

EVA CLEIDE BERTO

**OPERADORES ARGUMENTATIVOS NA *VEJA*: O ESCÂNDALO DO
MENSALÃO**

**TRÊS LAGOAS – MS
2009**

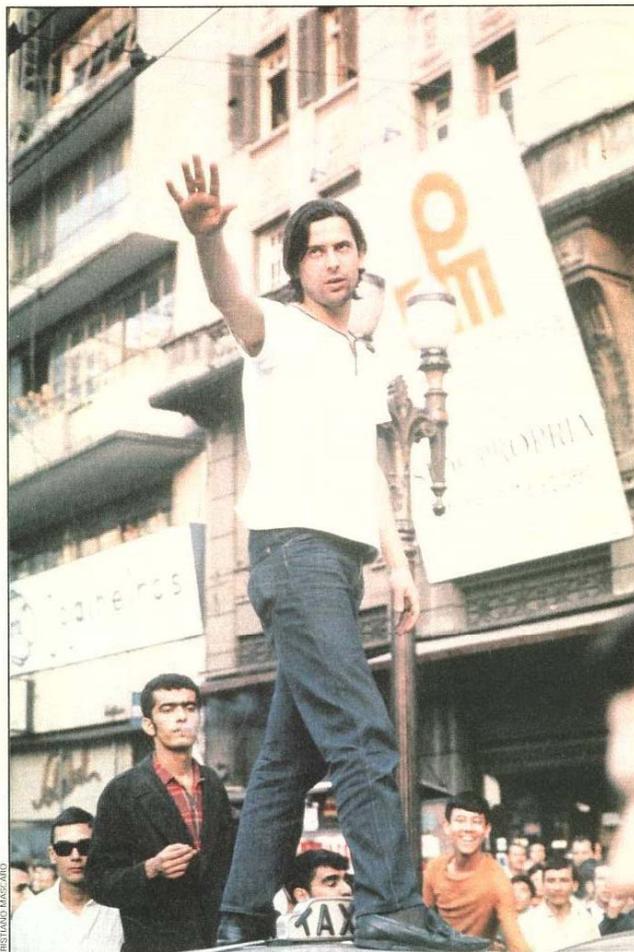


EDUARDO PEREIRA

se recebessem o mesmo que lhes foi oferecido para bandear-se para o PTB: 30 000 reais por mês mais uma quantia entre 300 000 e 500 000 reais para honrar dívidas, além de um cargo na hidrelétrica de Furnas. VEJA confirmou a história com três líderes tucanos. Os deputados negam. "Quem falou isso é um irresponsável", diz Jovair Arantes, filiado ao PTB desde 7 de agosto de 2003. "É uma tremenda acusação falsa", diz Salvador Zimbaldi, no PTB desde 7 de agosto de 2003. Osmânio Pereira não foi localizado por VEJA. Ele filiou-se ao PTB em 7 de agosto de 2003.

Além do escândalo do mensalão, o governo de Lula, agora que tenta inaugurar uma nova fase, também terá de lidar com a suspeita crescente de que permitia que os aliados se locupletassem em cargos públicos. Em seu depoimento, Jefferson confessou abertamente que os partidos só exigem cargos no governo com o objetivo de levantar dinheiro — e não, como diz o discurso da hipocrisia, para "ajudar o Brasil". Ele também admitiu, confirmando outra reportagem de VEJA, que realmente pressionara Lídio Duarte, então presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), a extorquir uma gorda mesada ao PTB dos clientes da estatal. Essa confissão tem um significado especial, pois revela os métodos delinquentes do PTB — e quem mais? — para financiar suas campanhas e confirma o que dizia Maurício Marinho no célebre vídeo da corrupção nos Correios. Rememorando: Maurício Marinho dizia, no que depois chamou de "bravatas", que o PTB fazia indicações para cargos federais com o objetivo de arrecadar dinheiro. É precisamente o que Jefferson confirmou ao depor na semana passada em relação ao IRB. Era só no IRB?

É difícil prever como o presidente Lula atravessará as investigações, para o bem de seu governo e de sua biografia. Embora ciente de que não tinha alternativa senão se livrar de José Dirceu, Lula manifestou certa perplexidade na semana passada. "E agora, como é que fica



CHRISTIANO MASCARANO

meu governo?", comentou com interlocutores próximos. Lula está decidido a recolocar seu governo nos trilhos, ainda que seja preciso voltar a cortar na própria carne. Quer recuperar sua autoridade. Na semana passada, ele deixou evidente seu desgosto com a forma como vem sendo retratado em charges de jornais e em programas de humor — com desrespeito, em sua opinião. Em pleno choque de perder um auxiliar como Dirceu, Lula voltou a ameaçar desistir da reeleição. "Eu não sou Collor. Não

OUTRA ORIGEM

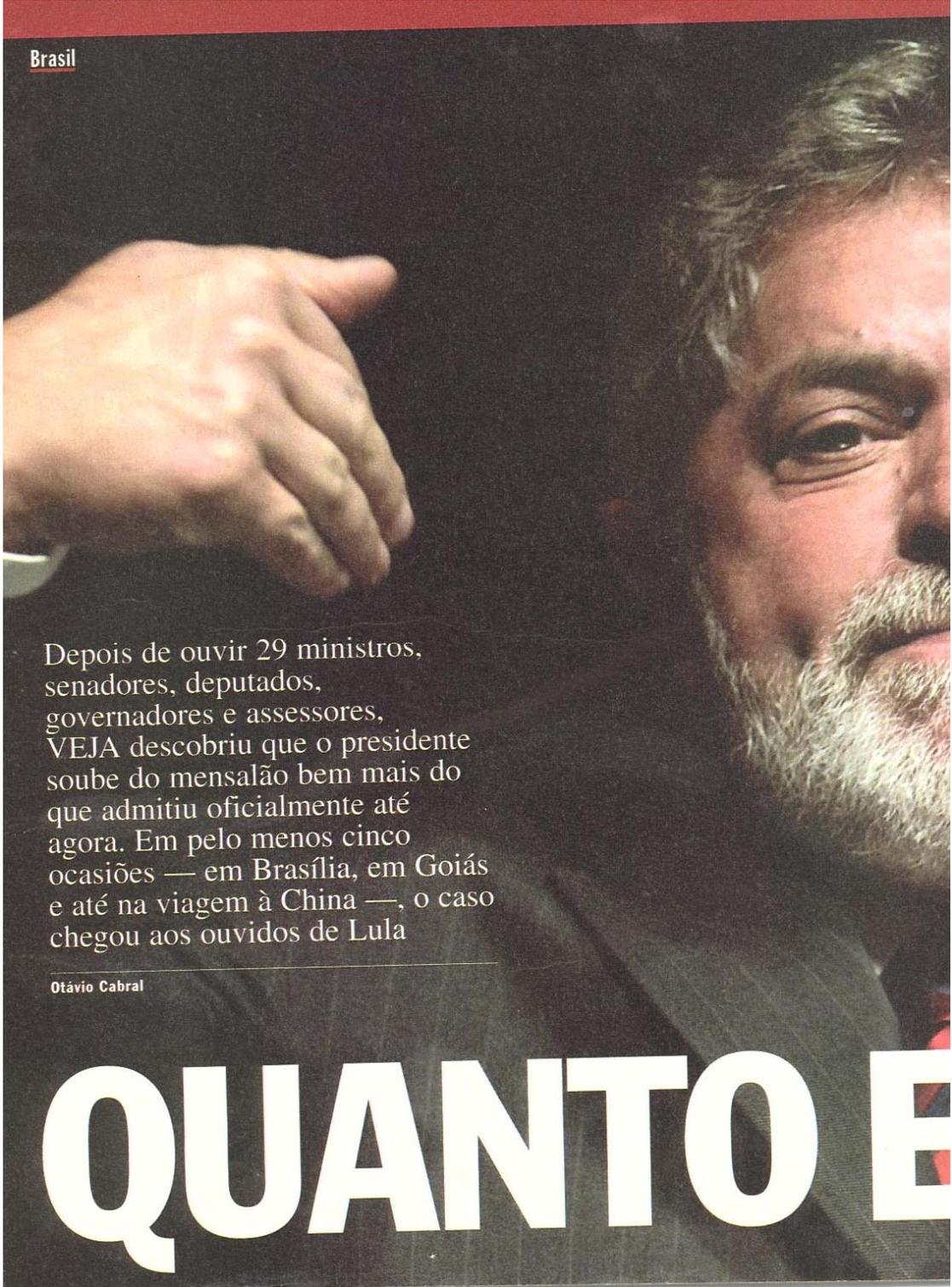
Dirceu, quando militava no movimento estudantil, antes do exílio em Cuba: diferente de Lula

sou Fernando Henrique. Não vou sujar minha biografia por causa de uma reeleição", desabafou. O complicado é que Lula tem sido enfático apenas nas palavras. Em seu programa quinzenal de rádio, disse que estava "indignado" com as denúncias de corrupção e prometeu que não sobrará "pedra sobre pedra". Mas dois dos sete diretores afastados do comando dos Correios sob denúncias de corrupção foram contratados como "consultores" da nova diretoria

Texto 4 – Quanto ele sabia

Otávio Cabral – edição 1914 – ano 38 – n.º 29 – 20 de julho de 2005

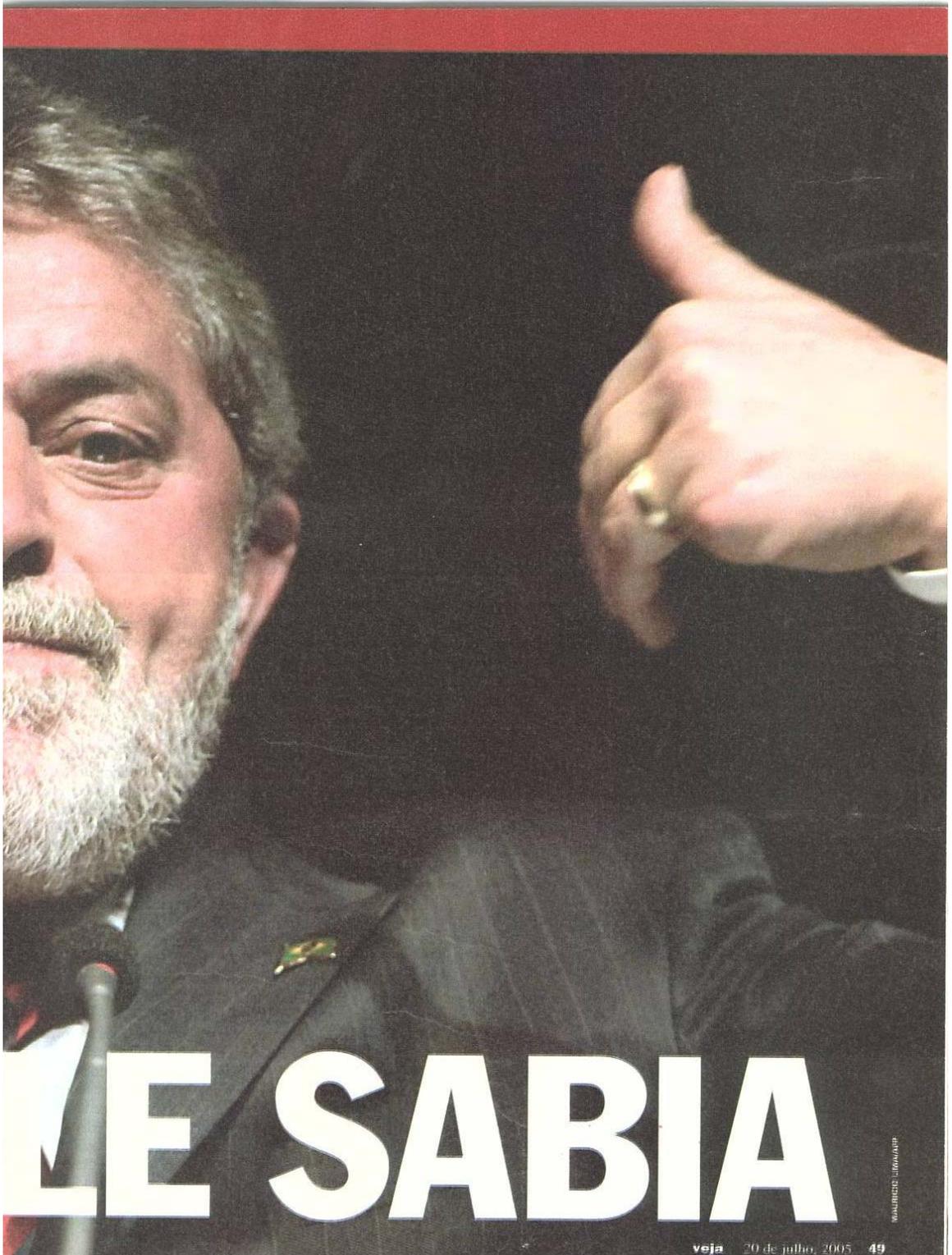
Brasil



Depois de ouvir 29 ministros, senadores, deputados, governadores e assessores, VEJA descobriu que o presidente soube do mensalão bem mais do que admitiu oficialmente até agora. Em pelo menos cinco ocasiões — em Brasília, em Goiás e até na viagem à China —, o caso chegou aos ouvidos de Lula

Otávio Cabral

QUANTO E



LE SABIA

1ª oportunidade

QUEM AVISOU

O deputado Miro Teixeira

QUANDO

25 de fevereiro de 2004,

quarta-feira, por volta das 16 horas

ONDE

No gabinete do presidente no Palácio do Planalto

■ Reação do presidente

Demonstrou surpresa. Disse que nunca ouvira falar do assunto, mas prometeu conversar com o então ministro José Dirceu, da Casa Civil

■ Reação do interlocutor

Esperou que uma providência fosse tomada, mas, como nada aconteceu, voltou ao Palácio do Planalto no dia 31 de março, novamente por volta das 16 horas, e pediu para deixar o cargo de líder do governo na Câmara

■ Testemunhas

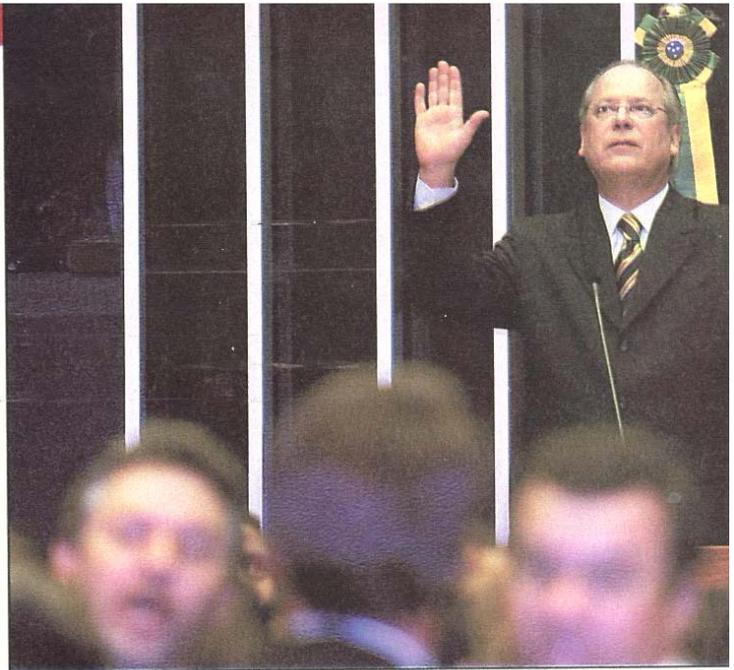
A conversa aconteceu a sós, mas foi relatada por Miro Teixeira a cinco interlocutores ouvidos por VEJA

O RESULTADO PRÁTICO

Nada foi investigado. Miro Teixeira deixou a liderança do governo na Câmara no dia 6 de abril

O ambiente político

Lula vivia sua primeira crise política com a divulgação da notícia de que Waldomiro Diniz, da Casa Civil, achacara um empresário do ramo de jogos. Mas o governo, com maioria no Congresso e uma recente mudança ministerial que fortalecera sua base parlamentar, conseguiu impedir a instalação de uma CPI para investigar o caso na época



Nas últimas quatro semanas, VEJA conversou com 29 autoridades para responder à pergunta primordial do escândalo atual: Lula sabia? Lula foi avisado de que deputados aliados receberam dinheiro para aderir à base governista? Lula foi alertado de que aliados vinham embolsando uma mesada de 30 000 reais para votar a favor das propostas do governo? VEJA entrevistou quatro ministros, cinco

A SAÍDA DO LÍDER DO GOVERNO

Miro, que deixou a liderança por não aceitar o mensalão

assessores, seis senadores, doze deputados e dois governadores, sendo que todos eles tiveram contato direto ou indireto com o assunto, e chegou a uma conclusão: o presidente Lula soube mais do que admitiu oficialmente até agora. VEJA encontrou cinco episódios nos quais o presidente estava presente quando se falou do chamado mensalão. O primeiro episódio identificado por VEJA aconteceu em 25 de fevereiro do ano passado, e o portador da notícia da existência do pagamento de mesada foi o deputado Miro Teixeira, na época líder do governo na Câmara. A quinta ocasião foi a única que já veio a público com detalhes. O alerta foi dado pelo deputado Roberto Jefferson, em 23 de março passado, no gabinete de Lula no Planalto.

O levantamento sobre o que chegou aos ouvidos do presidente tem uma evidente lacuna nas diferentes versões. O deputado Roberto Jefferson, desde a sua primeira e explosiva entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, tem dito que levou a denúncia do mensalão ao presidente Lula "em duas conversas". Na semana passada, por meio da assessoria de imprensa, o deputado confirmou a VEJA que a primeira conversa com Lula aconteceu em 5 de janeiro deste ano, no Palácio do Planalto, tendo sido testemunhada apenas pelo ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia. O tema oficial era a distri-



ROBERTO FUUCKERT/IMPRESSO O GLOBO



O AMIGO-PROBLEMA

José Dirceu, de volta à planície: o mensalão começou a vaziar depois que seu assessor Waldomiro Diniz caiu

nou a dois de seus auxiliares presentes à audiência — os deputados Aldo Rebelo, então ministro da Coordenação Política, e Arlindo Chinaglia, líder do governo na Câmara — que averiguassem o assunto. Os dois descobriram que, em setembro do ano passado, o caso fora investigado pela Corregedoria da Câmara e acabara arquivado por falta de provas. Diante disso, Lula desinteressou-se do tema.

Há outra lacuna relevante. O governador de Goiás, o tucano Marconi Perillo, já confirmou que falou do mensalão ao

presidente. Em público, Perillo contou que recebeu Lula no dia 5 de maio de 2004, em Rio Verde, no interior do estado, e reclamou de dois problemas: do pagamento a deputados para que trocassem de partido e do pagamento de mesada para que votassem com o governo. Perillo chegou a ilustrar sua denúncia com dois casos concretos. Um deles foi a deputada tucana Raquel Teixeira, que recebeu a proposta de mudar de partido em troca de luvas de 1 milhão de reais e uma mesada posterior de 30 000 reais, podendo chegar a 50 000 reais. Raquel Teixeira, em depoimento ao Conselho de Ética da Câmara, confirmou tudo e contou que a proposta indecente lhe foi apresentada pelo deputado Sandro Mabel, do PL de Goiás. Sobre o outro caso de sedução pecuniária, Perillo não deu detalhes. VEJA descobriu por quê: é que o deputado assediado aceitou a proposta. Foi Enio Tatico, de Goiás, que trocou o PSC pelo PL. “Mudei de partido porque o líder do PL é de Goiás e é meu amigo. Não recebi proposta.” É o que diz Tatico, ao justificar a quarta troca partidária que já fez em dois anos e meio.

Um governador e dois senadores ouviram da boca de Marconi Perillo o relato completo de sua conversa com o presidente, em Rio Verde. Perillo, porém, não quer mais se manifestar sobre o assunto. Explica-se: assim que veio a público con-

2ª oportunidade



RICARDO STUCKERT/PH

QUEM AVISOU

O governador Marconi Perillo, de Goiás

QUANDO

5 de maio de 2004, quarta-feira, às 10h45

ONDE

Dentro de um Omega preto, carro oficial do governo goiano, durante o trajeto de vinte minutos entre uma cooperativa do MST e uma fábrica da Perdígão em Rio Verde, no interior de Goiás

■ Reação do presidente

Atribuiu a prática ao governo anterior, mas, diante da insistência de Perillo de que tudo estava acontecendo no governo atual, Lula se resignou e disse que mandaria investigar o caso

■ Reação do interlocutor

Para mostrar que falava de um fato, não de um boato, o governador referiu-se a dois casos concretos de deputados que receberam oferta financeira para trocar de partido

■ Testemunhas

O motorista que conduzia o Omega. O governador Marconi Perillo, no entanto, já confirmou a história publicamente no dia 6 de junho e voltou a repeti-la dois dias depois em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*

O RESULTADO PRÁTICO

Perillo não voltou a falar com Lula depois do alerta

O ambiente político

Havia uma crise latente no Congresso. O Senado, no mesmo dia em que Lula conversava com Perillo, derrubou a MP que proibia os bingos e caça-níqueis no país, consumando a pior derrota parlamentar do governo até então. A proposta de reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado era outro foco de problemas, rachando a base parlamentar. Além disso, Lula começava a perder o apoio dos governadores da oposição

buição de cargos federais para o PTB, mas, a certa altura, Jefferson atalhou dizendo que o mensalão vinha causando problemas ao seu partido. A segunda conversa ocorreu em 23 de março deste ano, na presença de outras seis pessoas, no gabinete presidencial. Procurado por VEJA, o jornalista André Singer, secretário de Imprensa do presidente Lula, desmentiu Jefferson. Em nota, Singer repetiu a versão oficial de que Lula só ouviu falar do mensalão na conversa de 23 de março. Isso quer dizer que, na sua versão, ninguém falou de mensalão em 5 de janeiro.

É evidente que alguém está faltando com a verdade, mas nem o Palácio do Planalto nem o deputado Roberto Jefferson parecem interessados em entrar em confronto para esclarecer peremptoriamente a confusão. Jefferson mantém sua denúncia inicial de que houve duas conversas e dá detalhes. Diz que, depois de falar do mensalão ao presidente na audiência em janeiro, a bandalheira dos pagamentos sofreu até uma certa redução, mas continuou acontecendo. Ele conta que foi só depois da segunda conversa com o presidente, em 23 de março, que o mensalão foi definitivamente suspenso. O Palácio do Planalto afirma que houve só a conversa de 23 de março, na qual Jefferson fez um “comentário genérico” sobre o mensalão. Lula, então, determi-

3ª oportunidade

QUEM AVISOU

Não houve aviso

QUANDO

25 de maio de 2004,

terça-feira, durante um jantar com deputados

ONDE

No restaurante Leonardo's, que serve comida ocidental, no hotel Hilton Shanghai, em Xangai, no leste da China

■ Reação do presidente

Dirigiu-se ao deputado Paulo Rocha, do PT do Pará, e perguntou: "Paulinho, você já ouviu falar em pagamento de mesada para deputados da base? Me falaram isso, mas eu não consigo acreditar"

■ Reação do interlocutor

O deputado Paulo Rocha disse que desconhecia o assunto, mas afirmou que iria apurar

■ Testemunhas

Havia dez deputados presentes, de cinco partidos, à mesa. Sentado à esquerda do presidente, estava o deputado Paulo Rocha e, à direita, a primeira-dama Marisa

O RESULTADO PRÁTICO

Rocha não voltou a falar com Lula sobre o assunto

O ambiente político

Passado o turbilhão provocado por Waldomiro Diniz e pela derrota da MP dos bingos, Lula voltou a dispor de um clima de tranquilidade para governar. O aumento do salário mínimo, para 260 reais, gerou reclamações da bancada do PT, mas o problema foi facilmente contornado



firmar a denúncia de Jefferson, reforçando que o caso do mensalão chegara aos ouvidos de Lula, o governador goiano foi repreendido pela cúpula dos tucanos. Até o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso entrou em cena para obter o silêncio do governador. Os tucanos alegaram que Perillo não deveria jogar mais lenha na fogueira, aprofundando a crise ainda mais, e comprometendo mortalmente a imagem do presidente Lula. Os tucanos, antes como agora, preferem que Lula permaneça no cargo e conclua seu mandato de forma melancólica, cedendo a cadeira para algum tucano eleito nas urnas. Eles querem evitar um desfecho radical para a crise pois isso faria do presidente uma vítima, um mártir. Preferem vê-lo purgar nas

urnas os pecados que deixou grassar em seu governo. Cumprindo a determinação da cúpula tucana, Perillo não mandou sequer a carta que prometera enviar ao Conselho de Ética relatando tudo. O que o presidente da República tem a dizer sobre essa conversa com o governador goiano no dia 5 de maio do ano passado? A nota do Planalto não desmente nem confirma. "O presidente não se recorda de nenhum comentário a esse respeito", diz o comunicado oficial.

O mensalão não chegou aos ouvidos de Lula apenas como solução para arre-

banhar apoio no Congresso, mas também como problema. No dia 25 de fevereiro do ano passado, duas semanas depois da queda de Waldomiro Diniz, o assessor da Casa Civil flagrado achacando um empresário, Miro Teixeira foi ao Palácio do Planalto reclamar para o presidente do mensalão, Waldomiro Diniz, na condição de braço-direito de José Dirceu, era quem cuidava da relação do governo com o Congresso e, com sua demissão, os credores do mensalão entraram em polvorosa. Miro Teixeira, que havia apenas três semanas assumira a liderança do governo na Câmara, começou a ser procurado pela tropa interessada em saber como seria paga a mesada dali em diante. O deputado ficou estupefato. Não sabia o que era mensalão. Entre os dias 17 e 19 de fevereiro, Miro Teixeira recebeu várias sondagens. Numa delas, na manhã do dia 17, a pressão veio em comitiva. Eram três deputados juntos, querendo saber do futuro financeiro: Valdemar Costa Neto, presidente do PL, Sandro Mabel, líder do PL, e Pedro Henry, do PP.

O deputado Miro Teixeira foi então reclamar para o presidente Lula. Esteve numa reunião da coordenação do governo no dia 25 de fevereiro e, ao fim do

O HOMEM DO DINHEIRO

Delúbio, o ex-tesoureiro do PT: Jefferson avisou a Lula que ele colocaria uma bomba no colo do governo





NA TOCA DOS LEÕES

Lula, em reunião com Jefferson e outros aliados: para o presidente, foi uma reunião apenas, mas para o deputado foram dois encontros

putado jura que deixou o cargo porque discordou do número excessivo de medidas provisórias, o que não deixa de ser curioso porque as MPs eram excessivas antes, durante e depois de sua passagem pela liderança — e, nos dias em que foi líder, o governo manteve sua média de despachar ao Congresso Nacional quase uma MP por semana, sem nenhuma alteração no padrão histórico.

Miro Teixeira contou o motivo real de sua demissão da liderança de governo para pelo menos cinco interlocutores, que relataram o caso a VEJA. Ele, no entanto, nega que tenha conversado sobre mensalão com o presidente. Negava veementemente. “Jamais falei sobre esse assunto com o presidente da República”, diz. A palavra de Miro Teixeira, porém, precisa ser tomada por seu valor de mercado. Em setembro do ano passado, o *Jornal do Brasil* publicou uma reportagem informando que Miro Teixeira dissera que havia deputados recebendo mesada na Câmara. Assim que a notícia foi impressa, Miro desmentiu-a categoricamente. Agora, depois que Jefferson resolveu contar o que sabe, Miro veio candidamente a público confirmar que a notícia publicada pelo *JB* em setembro de 2004 era mesmo verdadeira... O Palácio do Planalto, em nota oficial, nega que o mensalão tenha sido o motivo da saída de Miro da liderança e que o pagamento de mesada tenha sido mencionado ao presidente. “Quando o líder Miro Teixeira entregou o cargo, ele se referiu apenas à sua discordância em relação à MP dos inativos”, diz a nota.

O problema do pagamento a deputados acompanhou Lula na sua viagem à China, em maio do ano passado. Na noite do dia 25, os deputados da comitiva ofereceram um jantar ao presidente e sua mulher, Marisa. O jantar foi no restaurante Leonardo’s, do Hilton Shanghai,

encontro, pediu para conversar reservadamente com o presidente. Disse que deixaria o cargo por causa do mensalão. Lula demonstrou surpresa, disse que nunca ouvira falar naquilo e prometeu conversar com o então ministro José Dirceu para apurar a denúncia — mas não voltou a tocar no assunto. No dia 31 de março, Miro voltou ao Palácio do Planalto e, diante do fato de que nada fora feito a respeito do mensalão, pediu para deixar a liderança. Saiu no dia 6 de abril, sendo substituído pelo Professor Luizinho. Até hoje, ninguém entendera por que Miro ficou apenas alguns dias como líder. O de-



4ª oportunidade

QUEM AVISOU

O deputado Roberto Jefferson

QUANDO

5 de janeiro deste ano, quarta-feira, por volta das 16h30

ONDE

No gabinete do presidente no Palácio do Planalto

Reação do presidente

Demonstrou surpresa, perguntou detalhes e, por fim, disse que falaria com o então ministro José Dirceu, da Casa Civil, para resolver a questão

Reação do interlocutor

Insistiu que o problema era sério, que, pelas suas contas, envolvia mais de 100 deputados aliados e a cúpula do PT

Testemunhas

O ministro do Turismo, Walfredo Mares Guia.

O deputado Jefferson,

no entanto, em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, publicada em 6 de junho passado, conta que levou o assunto ao presidente em janeiro deste ano



O RESULTADO PRÁTICO

Jefferson informou a VEJA, por meio de sua assessoria, que o problema do mensalão foi reduzido, mas não houve uma solução

O ambiente político

O governo andava bem, mas começava a ser contaminado pela crise do PT, que ainda lambia as feridas criadas pelas derrotas eleitorais, especialmente em São Paulo e Salvador. Na mesma época, o deputado Virgílio Guimarães, do PT mineiro, lançava seu nome para a presidência da Câmara, numa disputa que até então se dava em clima sereno, mas que, um mês depois, seria coroada com a desastrosa eleição de Severino Cavalcanti

ANTONIO CRUZABR

5ª oportunidade

QUEM AVISOU

O deputado Roberto Jefferson

QUANDO

23 de março deste ano,
quarta-feira, por volta das 16h30

ONDE

No gabinete do presidente no Palácio do Planalto

■ Reação do presidente

Demonstrou desconhecer o assunto. "Que mensalão?", perguntou. Jefferson explicou novamente. Lula ficou irritado e disse que iria mandar Dirceu resolver o problema

■ Reação do interlocutor

Fez questão de frisar que o mensalão iria destruir a base do governo se não fosse extinto

■ Testemunhas

O chefe-de-gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, os ministros da Coordenação Política, Aldo Rebelo, da Casa Civil, José Dirceu, e do Turismo, Walfrido Mares Guia, o deputado José Múcio, do PTB de Pernambuco, e o líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia

O RESULTADO PRÁTICO

Jefferson já disse publicamente que, tempos depois dessa conversa, o mensalão foi finalmente suspenso

O ambiente político

Havia uma crise política de razoável dimensão. A base do governo no Congresso estava em transtornos com a vitória de Severino Cavalcanti na eleição para a presidência da Câmara. No dia anterior à reunião com Jefferson, Lula engavetara a reforma ministerial por causa das pressões de Severino, trocando apenas dois ministros e fechando as portas ao PP e ao PTB



SAÍDA PELOS FUNDOS

José Genoíno, o velho guerrilheiro: prisão de assessor do irmão com dólar na cueca causou sua saída melancólica da presidência do PT

um cinco-estrelas de Xangai, cuja diária pode chegar a 1 000 dólares. Havia treze pessoas à mesa, onde foi servida comida ocidental e vinho tinto. Lula sentou-se entre Marisa e o deputado Paulo Rocha, do PT do Pará, para quem, já servida a sobremesa, se virou para fazer uma pergunta: queria saber se Paulo Rocha já ouvira falar de mesada a parlamentares. Rocha disse que não, mas prometeu investigar o assunto. Na mesma noite, sondou deputados que estavam presentes ao jantar sobre o assunto. Três deputados contaram a VEJA o relato que ouviram de Rocha sobre sua conversa com Lula. Dos três, dois estavam à mesa do jantar em Xangai. Rocha nega. "O presidente não me falou nada sobre o mensalão naquele jantar. Era uma mesa com deputados de vários partidos, não havia intimidade para isso", diz. O Palácio do Planalto também nega. "Não houve nenhum diálogo sobre esse assunto", diz nota oficial da Presidência.

O grau de conhecimento que Lula teve sobre o mensalão é um dado altamente relevante. Se soube do assunto e não tomou providências, Lula pode ser acusado de crime de responsabilidade, previsto nos artigos 84 e 85 da Constituição e, também, na Lei nº 1079, editada em 1950, conhecida como Lei do Impeachment. Pela lei, o presidente, se soube do mensalão, tinha de ter mandado apurar. "Se o presidente teve ciência disso, caracteriza-se uma omissão, que é um caso típico de crime de



REDAÇÃO VEJA

responsabilidade", afirma o jurista Miguel Reale Júnior, que redigiu a petição que resultou no impeachment de Fernando Collor, em 1992. Um impeachment, no entanto, não é um processo meramente jurídico. É, sobretudo, um julgamento político. Num processo de caráter político, a prova da omissão não basta — é preciso que haja vontade política de punir o presidente. E, no caso de Lula, o cenário não é esse. "Para ser condenado no julgamento político, o presidente tem de estar sem nenhuma base política ou social. Foi o que aconteceu com Collor, mas não é esse o caso de Lula", afirma o jurista Luiz Flávio Gomes, ex-professor de direito da Universidade de São Paulo (USP). A reportagem de VEJA mostra que o presidente Lula soube mais do que admitiu oficialmente até agora. Mostra também que há um interesse explícito no mundo político — e nisso governo e oposição estão de acordo — em evitar um desfecho catastrófico para a crise atual. Para isso é vital não se aprofundar em descobrir o quanto Lula sabia dos desmandos a sua volta, mesmo que não seja crível que ele possa ter estado alheio a tudo. Quando a verdade for revelada, biografias vão ficar mais pobres, mas a história vai se enriquecer. ■

HOMEM-BOMBA

Jefferson fez o que ameaçou: explodiu o governo Lula

veja A cronologia dos escândalos em
ON-LINE www.veja.com.br

Texto 5 – Ele assusta o governo

Otávio Cabral e Julia Duailibi – edição 1916 – ano 38 – n-º 31 – 03 de agosto de 2005.



O esquema clandestino de arrecadação de dinheiro e repasse a parlamentares aliados do PT, que ficou conhecido como mensalão, ganhou na semana passada um rosto de comando: o do ex-todo-poderoso ministro-chefe da Casa Civil, deputado José Dirceu. Desde que estourou o escândalo de corrupção no governo, em maio, o ex-ministro jurava desconhecer a estrutura milionária montada por seus colegas petistas para comprar apoio político e financiar campanhas eleitorais. Em depoimento à CPI dos Correios, Renilda Santiago Fernandes de Souza, mulher do publicitário Marcos Valério, o operador do esquema, disse que José Dirceu não só sabia de tudo como ainda se reuniu com representantes dos bancos envolvidos no caso, Rural e BMG, para tratar do assunto. Se confirmadas, as informações de Renilda comprovam o que havia muito se suspeitava: José Dirceu era o mandachuva do mais surpreendente escândalo de corrupção descoberto desde o impeachment do presidente Fernando Collor. Depois da revelação, a oposição e petistas importan-

ELE ASSUSTA O GOVERNO

No olho do furacão, às vésperas de seu duelo com Roberto Jefferson, o ex-ministro José Dirceu manda recados ameaçadores, inclusive a Lula, para evitar que sua cabeça seja dada como prêmio à oposição

Otávio Cabral e Julia Duailibi

tes passaram a enxergar na cassação do mandato do deputado a melhor alternativa para abreviar a crise. Disposição que deverá aumentar com a revelação de que o sujeito que cuidava da agenda e despesas pessoais do ex-ministro estava na lista dos sacadores de uma conta da agência SMPB, de Marcos Valério, no Banco Rural (veja reportagem na pág. 64). O problema é que José Dirceu avisou que não vai aceitar assumir o papel de chefe de quadrilha — e ameaça envolver o presidente Lula.

O ex-ministro é um arquivo dos acontecimentos recentes da política brasileira. Ele foi o responsável pela construção do PT nos moldes que se conhece, promovendo a chefes figuras virtuosas como José Genoíno, Delúbio Soares, Silvio Pereira e Marcelo Sereno.

Foi também o arquiteto da bem-sucedida campanha eleitoral de 2002, quando conseguiu atrair empresários e costurar alianças com outros partidos. Viu-se incumbido, ainda, da montagem do governo em todas as esferas, atendendo a interesses políticos legítimos e também aos inconfessáveis. Como chefe da Casa Civil, comandou a máquina administrativa e conhece como ninguém as áreas de interesse. José Dirceu tem a memória boa e a ruim do governo Lula. "Ele nunca dividiu com ninguém o mapa político dos cargos na administração", conta um ministro. "Fiz tudo com o conhecimento e o aval do presidente", repete Dirceu, dando a entender que, para se salvar, não hesitará em chantagear o presidente Lula.

Os recados enviados pelo ex-ministro são inequívocos. Peça-chave no escândalo, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares confessou ser o responsável pela máquina clandestina de arrecadação de recursos para campanhas políticas. Delúbio, enfatize-se, foi transformado em dirigente do partido pelas mãos de José Dirceu. Desde o início do governo, transitava livremente pelos principais gabinetes de Brasília como se fosse autoridade. O ex-tesoureiro era visto com frequência no 4º andar do Palácio do Planalto, onde funciona a Casa Civil, e chegou a integrar a comitiva presidencial em viagens ao exterior. Nos últimos dias, porém, Dirceu tem dito a interlocutores que suas relações com Delúbio não eram tão boas como se apregoa. Aliás, seriam até muito ruins. "O Delúbio estava descolado, agindo por conta própria, falando diretamente com o presidente", disse o ex-ministro. O afastamento teria acontecido por divergências políticas. O ex-tesoureiro queria ser candidato ao governo de Goiás, mas Dirceu considerava a idéia imprópria. Delúbio, então, teria ido buscar apoio para a empreitada com o presidente Lula, seu velho amigo. "Se forem conferir quem o Delúbio visitou mais vezes no Palácio, vocês vão ver que o presidente



ganha de longe", diz uma assessora do ex-ministro.

O curioso é que, ainda assim, Delúbio fez questão de preservar Dirceu em seu depoimento à CPI, dizendo que o ex-ministro não sabia nada dos empréstimos bancários malandros contraídos pelo PT e avalizados por Marcos Valério. Em outra demonstração um tanto peculiar de relação estremeçada, Delúbio acrescentou um lance ao jogo de chantagem de Dirceu, mandando um torpedão contra Lula — o ex-tesourei-

ANA CAROLLO

JOGADA EM FAMÍLIA
O casal Fernandes de Souza se esqueceu de muita coisa, mas se lembrou de que Dirceu sabia do esquema



AMOR E ÓDIO

Parceria abalada: de homem forte do governo, Dirceu se distanciou de Lula, a quem acusa de ser traidor, desleal e ciumento

lério em pelo menos duas situações: num encontro formal na Granja do Torto e num despretenso cafezinho no gabinete palaciano. Ambos teriam sido encerrados com o presidente agradecendo a Valério pela ajuda que vinha dando ao PT. "Lula conversa com Deus e com todo o mundo. É impossível fazer a averiguação prévia de todo mundo que entra lá. Vocês deveriam verificar", insistiu na semana passada um dos mais próximos assessores de Dirceu, ao ser indagado sobre as tais visitas. A Presidência da República informou oficialmente que Lula nunca se encontrou com Marcos Valério, seja no Palácio do Planalto, na Granja do Torto ou no Palácio da Alvorada. Embora negada peremptoriamente, a história é explosiva, se comprovada, e prospera como rastilho de pólvora, como desejam os amigos do ex-ministro.

Dirceu também fustiga Lula por outro lado. Comenta que o presidente tinha ciúmes de sua capacidade administrativa. Todas as vezes que apareciam notícias de que ele deixaria o governo, contou o ex-ministro a um amigo, havia uma fieira de pedidos a seu favor. Isso irritava o presidente, que se sentia menor do que seu ministro da Casa Civil. A situação, de acordo com relatos de Dirceu, chegou a tal ponto que o presidente passou a não convidá-lo para eventos e encontros importantes. O ex-ministro se considerava o sucessor natural de Lula. Antes da campanha de 2002, a quarta do PT, queria ser o candidato do partido, mas, como Lula não abriu mão, ele o apoiou e ajudou a construir sua vitória. Esperava, como sinal de gratidão, que Lula fizesse dele candidato à sua sucessão, em 2006 ou 2010. Em lugar disso, na sua opinião, foi traído.



ro fez vaziar uma parte do depoimento que deu ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. No depoimento, Delúbio afirma que usou recursos do caixa dois do PT para financiar a festa da posse de Lula. Por último, ninguém consegue expulsar Delúbio do PT, apesar de todos os seus trambiques, com medo da reação do ex-ministro. Isso que é inimizade.

Delúbio não é o único personagem da crise que o ex-ministro José Dirceu e sua turma tentam aproximar perigosamente do presidente Lula. Eles andam espalhando por Brasília que o presidente esteve reunido com o publicitário Marcos Va-

O ex-ministro diz que, por culpa de Lula, saiu do governo de maneira humilhante. Afirma que decidiu deixar o cargo logo depois das primeiras acusações do deputado Roberto Jefferson de que ele seria o chefe do mensalão. A disposição, porém, durou pouco. Dirceu diz que foi convidado para um jantar com o presidente na Granja do Torto. Na ocasião, comunicou a Lula que pretendia deixar o governo para não criar constrangimentos, e que também precisava de tempo para se defender. Lula teria pedido para que ele ficasse. O então ministro saiu do Torto se sentindo prestigiado e decidido a enfrentar a crise ainda como homem poderoso. Dois dias depois do jantar e horas após o famoso discurso de Jefferson em que ele aconselha Dirceu a deixar o governo, foi chamado ao gabinete do presidente. "Acho melhor você sair", disse Lula, de maneira brusca. Devido ao comportamento errático do presidente, segundo Dirceu, ele e o governo se transformaram em reféns de Roberto Jefferson. Ao narrar esse episódio aos seus assessores, Dirceu se referiu a Lula com os mesmos termos que um torcedor de futebol costuma dedicar ao juiz que marcou um pênalti injusto contra seu time.

Dirceu não tem dúvidas de que ele é uma espécie de troféu para a oposição e que pode ser vítima de uma conspiração de ex-aliados. Ele sabe que tem gente no governo que gostaria de ver sua cabeça numa bandeja. E tem mesmo. O Palácio do Planalto não duvida de que o escândalo do mensalão resultará em baixas de todos os lados e negocia com a oposição uma saída que atenda aos interesses políticos dos dois lados. Em alguns gabinetes palacianos, correu na semana passada uma lista com os nomes dos parlamentares que deverão perder o mandato. O governo até nomeou um interlocutor para discutir com a oposição a fila da guilhotina. José Dirceu é



FOTUS/DIA SAMPAIO/AGF

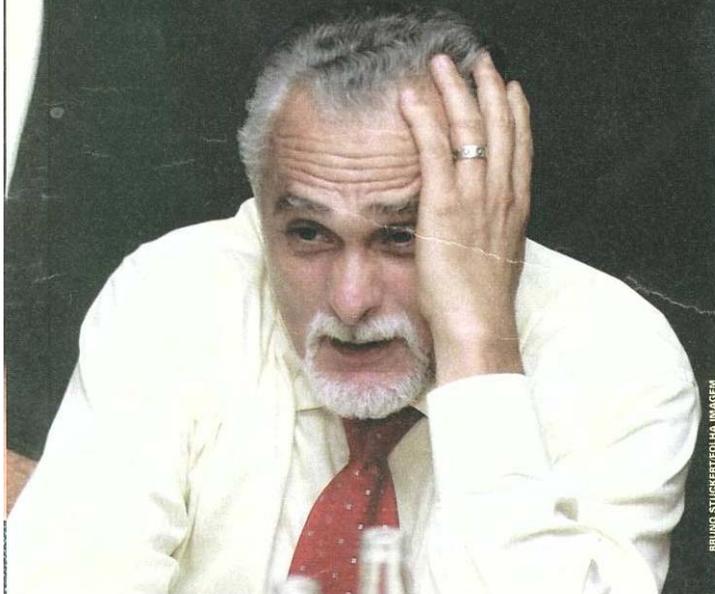


EFEITO DOMINÓ NO PT

Dirceu tenta se livrar da responsabilidade pela crise que abala o PT e o governo, mas seus aliados no partido vão caindo um por um, todos fulminados pelas provas de corrupção. No sentido horário: **Silvio Pereira (acima)**, que caiu por ter recebido um jipe de um empresário; **Marcelo Sereno**, afastado da Casa Civil e da direção do partido; **Genoino**, enrolado com os dólares da cueca; e **Delúbio**, também homem de Lula



REUTERS/REUTERS



BRUNO STUCKERT/FOLHA IMAGEM

o primeiro nome da lista oficial. O algoz petista é o secretário-geral do PT e ex-ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini. Em conversas recentes com líderes da oposição, entre eles os pefelistas Jorge Bornhausen e José Agripino e os tucanos Tasso Jereissati e Arthur Virgílio, Berzoini ofereceu a cassação dos petistas Dirceu, João Paulo Cunha, Paulo Rocha e José Mentor, além da de outros líderes aliados, como Valdemar Costa Neto e Sandro Mabel, do PL, José Janene, do PP, José Borba, do PMDB, e Roberto Jefferson. Em troca, quer a preservação de Lula e a entrega de alguns opositoristas, como o presidente do PSDB, Eduardo Azeredo, que usou o valerioduto em sua campanha ao governo de Minas Gerais, em 1998, e o pefelista Roberto Brant, que se beneficiou do esquema em 2002. A oposição topou.

Ao tomar conhecimento da tal lista, Dirceu contra-atacou com mais uma ameaça. Recluso em seu apartamento e preparando a defesa que apresentará nesta terça-feira ao Conselho de Ética da Câmara, o ex-ministro recebeu uma comitiva de três deputados petistas, não por acaso todos pilhados sacando dinheiro das contas de Marcos Valério no Banco Rural — Paulo Rocha (470 000 reais), José Mentor (120 000 reais) e Professor Luizinho (20 000 reais). Dirceu também conversou com o ex-presidente da Câmara deputado João Paulo Cunha (50 000 reais), que pensou em renunciar ao ser descoberto, mas mudou de idéia diante da nova estratégia do ex-ministro. O recado embutido nesses encontros: eles estão unidos, o que significa dizer que, se preciso, vão emparedar o governo. A turma de Dirceu considera equivocada a manobra para proteger o presidente, atribuída ao ministro Márcio Thomaz Bastos. Por trás dela, haveria, inclusive, reflexos de uma rixa antiga entre Dirceu e o ministro da Justiça, a quem sempre criticou por não ter o mínimo controle sobre a Po-



EDUARDO SAMPAYO/AGF



FL. BARBOZA

lícia Federal. A divergência entre os dois chegou ao ápice com a prisão do publicitário Duda Mendonça no ano passado. Dirceu soube do fato e telefonou para o ministro Márcio Thomaz para perguntar se era verdade. O ministro foi verificar e disse que a notícia não procedia. Dirceu, que estava num jantar, viu pela televisão o amigo Duda sair preso de uma rinha de galo. "É muita incompetência", esbravejou.

O problema de Dirceu é que, embora repita que nada sabia sobre o esquema ilícito de arrecadação, nin-



EDUARDO SAMPAYO/AGF

NAS MÃOS DE AMIGOS E INIMIGOS

Na semana de seu depoimento, Dirceu acompanha os passos de Berzoini (à esq.), que negocia sua cabeça com a oposição, usa Mentor (no alto) para mandar suas ameaças e se preocupa com o futuro do cambaleante João Paulo

guém acredita. Renilda disse, sem ser perguntada, que ouviu de Marcos Valério, que por sua vez teria ouvido de Delúbio Soares, a informação de que o ex-ministro sabia do caixa dois e até se encontrou com representantes dos bancos envolvidos no escândalo. Após a denúncia, Dirceu primeiro se calou e depois afirmou que não se lembrava do encontro. Só após o Banco Rural ter emitido uma nota confirmando a reunião é que sua memória, sempre muito boa, funcionou. Mas o tema da reunião nada teria a ver com empréstimos ou pagamentos de campanhas. A versão oficial, anunciada pelo Rural e confirmada por Dirceu, é que os banqueiros estariam interessa-

dos em comprar o Banco Mercantil de Pernambuco, que está em processo de liquidação. Nada mais. Na reunião, Dirceu teria falado muito sobre economia e, só no finalzinho, um pouco sobre o que interessava, e ainda assim para dizer que trataria do assunto após as eleições municipais. Por que o ministro-chefe da Casa Civil trataria de um tema financeiro completamente fora das atribuições de seu cargo? Talvez pelos milhares de razões que levaram seu "secretário particular", Roberto Marques, a constatar da lista de pessoas autorizadas a sacar dinheiro de uma conta de Marcos Valério no Banco Rural, como se verá nas páginas seguintes. ■

EVA CLEIDE BERTO

**OPERADORES ARGUMENTATIVOS NA VEJA: O ESCÂNDALO DO
MENSALÃO**

Dissertação apresentada Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Três Lagoas, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Claudete Cameschi de Souza.

**TRÊS LAGOAS – MS
2009**

**OPERADORES ARGUMENTATIVOS NA VEJA: O ESCÂNDALO DO
MENSALÃO**

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a CLAUDETE CAMESCHI DE SOUZA

Prof.^a Dr.^a Eliana Izabel Scurciatto Fernandes (FUNEC)

Prof.^a Dr.^a Marlene Durigan (UFMS)

**Três Lagoas – MS
2009**

Dedico para Eveline, Luciane, Michelli e Murilo,
presentes de Deus que compõem minha vida.

Para Antônio Olcides, porque, como companheiro,
compreendeu a minha opção e soube ajudar a realizá-la.

Ao meu pai, que sentiria orgulho se estivesse aqui.

AGRADECIMENTOS

À professora orientadora, Dr.^a Claudete Cameschi de Souza, pelas marcas inesquecíveis que fez em minha vida e pela paciência em ler meus textos (cartas enigmáticas), pela orientação segura – exemplo de sabedoria, compreensão e dedicação –, minha eterna gratidão.

À Prof.^a Dr.^a Marlene Durigan e à Prof.^a Dr.^a Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento, pelas preciosas sugestões no exame de qualificação.

Aos professores do Curso de Mestrado em Letras da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS – Campus de Três Lagoas, pelos novos mundos descortinados.

A todos os funcionários da UFMS, pela atenção e tratamento que recebi.

À minha mãe, meu irmão e minhas irmãs, que, cada um a seu modo, me incentivaram a seguir lutando.

À Prof.^a Adélia Gimenes Greco, pelas produtivas observações, sempre de forma tão gentil.

Aos amigos que, de uma forma ou de outra, contribuíram com sua amizade e com sugestões efetivas para a realização deste trabalho.

À minha amiga Denise Silva, por partilhar das alegrias e dificuldades desta caminhada.

Ao Prof. César Paes, pela contribuição para a construção dos gráficos e formatação do texto.

Ao Prof. Gerson Ferreira Eugênio Filho, pela ajuda na construção dos organogramas.

A Deus, pela companhia e pela luz em todos os momentos, especialmente nos de desânimo.

As palavras me antecedem e ultrapassam,
elas me tentam e modificam [...] meu enleio
vem de que um tapete é feito de tantos fios
que não posso me resignar a seguir um fio
só, meu enredamento vem de que uma
história é feita de muitas histórias [...].

Clarice Lispector, 1971, p. 99-100

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o uso de operadores argumentativos em recortes de reportagens da revista *Veja* sobre o Escândalo do Mensalão, focalizando o funcionamento de operadores de contrajunção, de adição, de condicionalidade e de restrição, buscando demonstrar o “ponto de vista” da revista quanto à “verdade” de que esta quer convencer seus leitores. O *corpus* que compõe a pesquisa, qualitativa e bibliográfica, compreende 119 recortes de cinco reportagens da editoria Brasil, publicadas na revista *Veja* no período de 01-06-2005 a 03-08-2005. Para análise, tomamos como base os princípios teórico-metodológicos da Semântica Argumentativa inaugurada por Ducrot (1987, 1989), complementados pelas contribuições de Koch (1996, 1997, 2007) e Neves (2000). A análise dos dados coletados levou-nos a concluir que os operadores mais utilizados em textos jornalísticos tem como funções básicas adicionar e contrapor argumentos e que o jornalista vale-se desses operadores para posicionar-se a favor ou contra os fatos que ele apresenta, direcionando o discurso.

Palavras-chave: *Veja*, texto jornalístico, operadores argumentativos.

ABSTRACT

This work aims to analyze the use of the argumentative operators in clipping of reports of *Veja* magazine about the scandal named Mensalão, focusing the working of argumentative operators of contra-conjunction, of addition, of conditionality and of restriction, That shows the point of view of the magazine in relation to the “true” that it wants to convince its readers. The *corpus* that composes this bibliographic and qualitative research has 119 clipping of five reports of Brazil editorial, published in *Veja* magazine in the period from 01-06-2005 to 03-08-2005. To the analysis, we took as base the theoretical – methodological principles of Argumentative Semantic introduced by Ducrot (1987, 1989), complemented by Koch contributions (1996, 1997, 2007) and Neves (2000) contributions. We concluded by means of the data analyzes that the operators more utilized in journalistic texts have as basic functions add and to go against arguments and that the journalist uses these operators to be favorable or against the facts that he presents directioning the speech.

Key words: *Veja*, journalistic text, argumentative operators.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – O TEXTO JORNALÍSTICO: ENTRE A INFORMAÇÃO E O POLÍTICO.....	17
1.1 Gênero textual	21
1.2 Jornalismo de revista.....	28
1.3 Texto jornalístico	30
1.4 Texto político – em foco o Mensalão.....	33
1.5 A revista Veja.....	39
CAPÍTULO II - SEMÂNTICA E ARGUMENTAÇÃO: REFLEXÕES TEÓRICAS	43
2.1 Semântica, argumentação e texto argumentativo.....	43
2.2 Concepção de texto argumentativo, argumento e argumentação.....	47
2.3 Operadores argumentativos na construção do processo argumentativo	53
CAPÍTULO III - ANÁLISE INTERPRETATIVA DOS OPERADORES ARGUMENTATIVOS NO <i>CORPUS</i>.....	67
3.1 Ocorrências dos operadores argumentativos.....	68
3.2 O papel dos operadores argumentativos no corpus.....	69
3.2.1 Operadores que somam a favor da mesma conclusão.....	71
3.2.1.1 Operador e.....	71
3.2.1.2 Operador também.....	74
3.2.1.3 Operador ainda	75
3.2.1.4 Operadores além de/ além disso.....	77
3.2.2 Operadores que somam argumento mais forte.....	80
3.2.2.1 Operador até	80
3.2.2.2 Operador inclusive	83
3.2.3 Operador que soma argumento decisivo	85
3.2.3.1 Operador aliás	85
3.2.4 Operadores que estabelecem relação de condicionalidade	85
3.2.4.1 Operador se	86
3.2.5 Operadores que obedecem a regras combinatórias	87

3.2.5.1 Operador apenas.....	87
3.2.5.2 Operador só	89
3.2.5.3 Operador quase	89
3.2.6 Operadores que estabelecem relação de oposição	90
3.2.6.1 Operador mas	90
3.2.6.2 Operador porém	101
3.2.6.3 Operador no entanto.....	102
3.2.6.4 Operador embora.....	104
3.2.6.5 Operador apesar de.....	105
3.2.6.6 Operador ainda assim.....	106
3.2.6.7 Operador ainda que	106
3.2.6.8 Operador mesmo que	107
3.3 Análise quantitativa dos operadores argumentativos.....	109

CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
---	------------

ANEXOS	123
---------------------	------------

Texto 1 - O que será que ele sabe?

Texto 2 – O PT assombra o Planalto

Texto 3 – Nocaute

Texto 4 – Quanto ele sabia

Texto 5 – Ele assusta o governo

INTRODUÇÃO

Quando lemos reportagens políticas em revistas informativas, tendemos a acreditar que elas são um índice do real e que os profissionais do campo do jornalismo não irão transgredir a fronteira que separa o real da ficção, o que se apresenta escrito é, no entanto, uma espécie de construção, de representação da realidade, que passou por um deslocamento ou por uma transformação que podem alterar o significado do acontecimento.

O jornalismo é uma narração do real, mediada por sujeitos – no exercício de suas subjetividades –, cujas escolhas se dão desde a pauta até a edição, passando pela apuração, pela seleção das fontes e pela hierarquização das informações. Analisando dessa forma, podemos observar que, embora se proponha tratar da realidade, de se reportar ao real, o jornalista necessariamente recorta fragmentos da realidade e representa-os de acordo com o posicionamento do veículo: a representação por ele produzida sobre o que está acontecendo no mundo.

O jornalista torna-se, portanto, intérprete da realidade, assumindo um lugar de enunciador que interpreta a sociedade. Tendo consciência ou não disso, o leitor ainda busca no jornalismo a porta para o real, enquanto o jornalista busca a adesão dos leitores, já que, para sobreviver, o discurso jornalístico depende da aceitação do público.

Muitos leitores leem reportagens de revista de informação (nesta pesquisa, a revista *Veja*) como se fossem verdade, porque a reportagem tem o peso da palavra escrita, impressa, que produz efeito de uma forma acabada da verdade; no entanto o que pode escapar ao leitor menos preparado é que essa escrita é uma ilusão, construída no universo da revista de informação e resultante de um trabalho de interpretação do real.

Por esse motivo, reportagens de revistas informativas merecem nossa atenção, porque tratam de temas variados e polêmicos e trazem, semanalmente, sua versão da realidade do Brasil e do mundo, construída ou produzida por meio de recursos de convencimento e persuasão para conduzir o leitor a uma ação determinada pelo enunciador.

As reportagens de revistas informativas, apoiando-se em valores aceitos pelo senso comum e funcionando como formadoras de opinião¹, pareceram-nos

¹ Hernandes (2004), em seu estudo *A revista Veja e o discurso de emprego na globalização: uma análise semiótica*, afirma que a revista influencia seus leitores na tomada de decisões.

adequadas para a análise de estratégias argumentativas usadas para persuadir o leitor em relação à validade de seu posicionamento.

Segundo Ducrot (1981), um argumento que visa a levar a uma conclusão realiza-se por meio do uso de recursos linguísticos que servem para revelar a força de um argumento, conduzindo o enunciatário a aceitar o que se propõe. Para o autor, a determinação frásica da argumentatividade é produzida pelo uso de operadores argumentativos que reforçam a veracidade dos enunciados que introduzem. Ressalta-se ainda que o uso dos operadores argumentativos em reportagens de revistas informativas é uma das estratégias usadas para reforçar a argumentação, a que se agregam escolhas lexicais, que podem contribuir também para a persuasão, mas não são objeto deste estudo.

De acordo com Koch (1996), o valor retórico – ou argumentativo – que se manifesta por meio de uma relação precisa entre enunciados, o de ser argumento para, é marcado por formas que funcionam como operadores argumentativos e discursivos. Esses elementos que determinam o valor argumentativo dos enunciados foram recuperados pela semântica argumentativa, uma vez que se constituem como marcas altamente relevantes da enunciação.

Koch (1996) identifica, em especial, formas linguísticas de natureza argumentativa, inscritas nos textos como marcadores explícitos de uma interação. Os operadores argumentativos fazem parte dessas marcas responsáveis pelo encadeamento dos enunciados, estruturadoras dos textos e determinantes de sua orientação argumentativa. Por isso, são formas consideradas como estratégias dos enunciadores para conduzir a uma conclusão.

Na linha da Semântica Argumentativa, muitos estudos sobre os operadores argumentativos estão sendo realizados. Em parte, esses estudos nos motivaram a estudar os operadores argumentativos em textos jornalísticos, analisando a função argumentativa que exercem, tendo em vista que os textos jornalísticos figuram entre os leitores como textos de autoridade, além de expressarem a opinião do jornal ou da revista sobre assuntos diversos e atuais, vinculados, em especial, no caso de nosso objeto de análise, à política partidária brasileira.

Dentre esses estudos, destacamos o de Guimarães (2001), tese de doutorado, pela PUC – São Paulo, intitulada *Fatos que destoam na mídia: a prática do MST e o embate cultural na Folha de S. Paulo*, na qual relaciona a frequência dos operadores argumentativos e os efeitos ou poderes de persuasão, por meio do confronto entre editoriais do *Jornal Folha de S. Paulo* e artigos de militantes do MST.

Pautando-se na análise semântica de operadores argumentativos em textos publicitários, Almeida (2001)² desenvolveu um estudo dos operadores argumentativos em *corpus* composto por uma coletânea de textos de propaganda. Seu objeto de análise foram textos publicados na revista *Veja* no período de novembro de 1998 a julho de 2000. As análises, que tiveram como suporte teórico, em especial, Ducrot (1989), Koch (1996), Kleiman (1989), detectaram que os operadores usados com maior frequência são os que somam e os que contrapõem argumentos, seguidos daqueles que visam a introduzir enunciados responsáveis por justificar e/ou explicar a informação que está sendo veiculada.

Parreira (2006)³ realizou um estudo do uso de operadores argumentativos no gênero editorial de jornal, pautado em *corpus* composto por editoriais de três jornais: *Folha de S. Paulo*, *Estado de Minas* e *O Globo*, publicados ao longo de cinco meses, entre julho e novembro de 2004. O objetivo do estudo de Parreira é analisar se a ocorrência de certos operadores argumentativos no gênero editorial aponta papéis diferentes dos apresentados na bibliografia sobre o assunto e como esses operadores podem funcionar na construção do discurso persuasivo. A autora considera que o uso dos operadores argumentativos pode tornar mais forte a argumentação dos editoriais, contribuindo para a persuasão. Para alcançar os objetivos propostos, a autora busca suporte teórico nos textos de Ducrot (1987), Koch (1984) e Perelman & Olbrechts-Tyteca. Além disso, a autora quantifica e registra os operadores mais frequentes no *corpus* da pesquisa: *mas, e, como, já, se, apenas, também, ainda, pois*.

Pichelli et al. (2006)⁴ apresentam resultados de uma análise de discurso da cobertura política sobre os indícios de corrupção no governo Lula, conhecido como “Mensalão”. Foram analisados 11 editoriais das revistas *Carta Capital* e *Veja*, selecionados no período de 01 de junho a 10 de agosto de 2005, com objetivo de verificar como o discurso é construído para formar a opinião pública. A proposta foi elucidar as teias de poder que perpassam a produção dos editoriais. Uma das conclusões é que o editorial é um espaço de discussão indireta entre os veículos de comunicação sobre o papel da mídia.

² ALMEIDA, Lucimar de. *Análise semântica de operadores argumentativos em textos publicitários*. 2001. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Uberlândia – MG. 150p.

³ PARREIRA, Mirian Silveira. *Um estudo do uso de operadores argumentativos no gênero editorial de jornal*. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Uberlândia- MG. 223 p

⁴ PICHELLI et al. “O discurso de formação da opinião pública: análise dos editoriais sobre as denúncias do ‘mensalão’ nas revistas *Veja* e *Carta Capital*”. Artigo - *UNIREVISTA* – vol. 1, nº 3, Julho 2006, UESP, SP.

Recorremos também a duas pesquisas realizadas em 2008, na UFMS. A primeira, de Calves, cujo objetivo é compreender e analisar o discurso sobre a crise educacional brasileira na coluna “Ponto de Vista”, da *Revista Veja*, a partir da Análise do Discurso de linha francesa. A segunda, de Moraes, também seguindo a linha francesa, que discutiu e analisou diferentes formações discursivas e ideológicas em discursos de *Veja e Istoé*.⁵

Podemos afirmar que esta pesquisa assemelha-se aos estudos acadêmicos citados por propor-se discutir os operadores argumentativos como elementos estratégicos na construção de textos que pretendem conduzir o leitor para uma conclusão e não outra; pelo fato de o *corpus* constituir-se de textos veiculados pela mídia impressa nacional. Salienta-se, no entanto, que tais semelhanças não diminuem a relevância desta dissertação, em especial por propor a discussão dos operadores argumentativos em textos que procuram “evidenciar” o esquema do Mensalão no período em que aconteceram as denúncias de corrupção. Assim, dentro do quadro da Linguística Textual e da Semântica Argumentativa, formulamos a pergunta fundamental desta pesquisa: em que medida o uso de certos operadores argumentativos “mostra” o ponto de vista da revista?

A busca de resposta a essa questão aponta para a necessidade de refletir sobre o modo como os argumentos são apresentados nas reportagens da revista *Veja*, que usa estratégias argumentativas para fazer que as ideias expostas sobre o Escândalo do Mensalão tornem-se significativas e mais pertinentes.

Assim, esta pesquisa tem por objetivos: verificar os efeitos de sentido causados pelo uso de certos operadores argumentativos no texto jornalístico e como esses operadores contribuem para a construção do discurso jornalístico sobre o escândalo do Mensalão; investigar como a linguagem do texto jornalístico da revista *Veja* chama a atenção do leitor e o induz à ação, que pode ou não levar à adesão da tese defendida.

É relevante este estudo, considerando-se, segundo Koch e Elias (2006), que o texto é lugar de interação de sujeitos sociais, os quais dialogicamente nele se constituem e são constituídos e que, por meio de ações linguísticas e sociocognitivas, constroem objetos de discurso e propostas de sentido, ao operarem escolhas

⁵ Dissertações defendidas junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado -, da UFMS, campus de Três Lagoas. CALVES, N. M. G. *A crise educacional brasileira em revista: o “Ponto de Vista” da Veja*. 2008, 155p. Dissertação (Mestrado em Letras) UFMS/ Três Lagoas. ; SOUZA, C. P. M. *Discurso e mídia: o mote do desarmamento em Veja e ISTOÉ*. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) UFMS/Três Lagoas.

significativas entre as várias formas de organização textual e as diversas possibilidades de seleção lexical que a língua lhes põe à disposição. Assim, deve-se considerar que, em todo e qualquer texto, há uma gama de implícitos, detectáveis pela mobilização do contexto sociocognitivo no interior do qual se movem os atores sociais.

Para as análises, selecionou-se o *corpus*, composto por 119 recortes de textos editados em cinco reportagens da Revista *Veja*: quatro escritas por Otávio Cabral: “O que será que ele sabe?”, “O PT assombra o planalto”, “Nocaute”, “Quanto ele sabia?”, e uma, por Otávio Cabral e Júlia Duailibi: “Ele assusta o governo”. Essas reportagens tratam do Escândalo do Mensalão⁶ e foram publicadas de 01-06-2005 a 03-08-2005, período que compreende as primeiras denúncias sobre o mensalão feitas pelo deputado Roberto Jefferson, até a edição que traz o ex-ministro José Dirceu, no olho do furacão, que manda recados ameaçadores, inclusive a Lula, às vésperas de seu duelo com Roberto Jefferson.

Por ser nosso objetivo estudar a função argumentativa de operadores lingüísticos, optamos pela escolha de textos jornalísticos, por sua natureza argumentativa. As reportagens escolhidas envolvem posições antagônicas (culpabilidade *versus* “inocência”) quanto ao envolvimento do governo com falcatruas que ele nega.

Sem nenhuma coloração partidária, este trabalho focaliza as escolhas realizadas pelo trabalho lingüístico do jornalista para produzir, em seus textos, efeito de imparcialidade, característica intrínseca a esse discurso. Para atingir o objetivo proposto, buscamos, nos textos de Ducrot (1987), Koch (1996, 2007) e Neves (2000), a fundamentação teórica necessária para as discussões e análises.

Buscando concretizar o até aqui exposto, esta dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro, apresentamos concepções de texto e a constituição dos gêneros, bem como uma revisão de bibliografia referente ao texto jornalístico, ao jornalismo de revista e ao gênero reportagem. No segundo, de natureza teórica e centrado na Semântica Argumentativa, discutimos a concepção de argumentação, texto argumentativo e operadores argumentativos. A análise do *corpus*⁷, precedida de uma contextualização da revista *Veja* e do Escândalo do Mensalão, constitui o terceiro capítulo.

⁶ Mensalão: mesada supostamente paga a deputados da base aliada do governo, em troca de apoio político em votação no Congresso. O esquema foi denunciado pelo ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), no dia 6 de junho de 2005.

⁷ A organização e a formatação seguiram as Normas do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Três Lagoas, elaboradas pela Prof.^a Dr.^a Marlene Durigan.

Neste estudo, priorizamos, nas análises, os operadores que estabelecem relação de oposição, seja pelo fato de serem, segundo Ducrot, os “mais argumentativos”, seja pela natureza do *corpus*: textos em que dois posicionamentos políticos estão em confronto.

Além desses operadores também serão analisados os operadores **e, também ainda, além de, além disso, ainda** que ligam elementos de duas ou mais escalas orientadas no mesmo sentido; **inclusive, até, mesmo, até mesmo** que estabelecem a hierarquia numa escala, assinalando o elemento mais forte; **aliás** que introduz argumento adicional; *se* operador que estabelece relação de condicionalidade; **apenas, quase, só** operadores cujo emprego obedece a regras combinatórias.

Esperamos que as análises permitam ao leitor reconhecer estratégias discursivas usadas no texto jornalístico, bem como as intenções subjacentes. Além disso, vale ressaltar que as reflexões aqui pretendidas tem por objetivo dinamizar e, se possível, viabilizar o uso dos operadores – recursos argumentativos – em atividades linguísticas nas quais estão engajados professor e aluno. Espera-se que a análise dos operadores argumentativos em textos jornalísticos possa fornecer subsídios para o trabalho com esse tipo de texto na prática escolar.

CAPÍTULO I – O TEXTO JORNALÍSTICO: ENTRE A INFORMAÇÃO E O POLÍTICO

Analisar os operadores argumentativos em textos sobre o Mensalão na revista *Veja* remete-nos à necessidade de buscar concepções que antecedem à própria concepção de texto e gênero textual, como, por exemplo: linguagem, língua, leitura e escrita. Assim, nesta primeira parte, procuramos traçar essas concepções, com o objetivo de esclarecer que a análise dos operadores encontra-se vinculada à concepção de linguagem, de língua e do uso que delas fazemos, e que a construção dos sentidos de um texto inicia-se no processo de produção por um “sujeito-autor” e suas representações sobre o tema, findando-se no “produto”, publicado no veículo *Veja*, e sua representação, mediada pelo texto, sua organização, finalidade e intencionalidade, marcadas, entre outros aspectos, pela seleção vocabular, pelo uso de operadores, que buscam uma conclusão específica, entre outras possíveis.

Diante do citado e considerando os textos que constituem o *corpus* desta pesquisa, assumimos com Barros (1997, p.34) que “a linguagem é, por constituição, dialógica e a língua não é ideologicamente neutra e sim complexa, pois, partir do uso e dos traços dos discursos que nela se imprimem, instalam-se na língua choques e contradições [...]”

Magnani (1993, p. 266), na esteira do pensamento de Geraldi (1991), afirma que a linguagem é

uma forma de interação: mais do que possibilitar uma transmissão de informação de um emissor a um receptor, a linguagem é vista como um lugar de interação humana: através dela o sujeito que fala pratica ações que não conseguiria praticar a não ser falando; com ela o falante age sobre o ouvinte, constituindo vínculos que não pré existem antes da fala [...]. A linguagem é um trabalho histórico e social; um processo coletivo de produção da linguagem e dos sujeitos [...] todo conhecimento é constituído pela linguagem [...] como atividade constitutiva e quase estruturante do mundo, é, na sua manifestação verbal, principalmente, constituinte de todas as atividades [humanas].

Nessa perspectiva, entendemos como língua o código estabelecido pelo engenho humano, por meio do qual se materializa uma das possibilidades de manifestação da linguagem, em duas modalidades: oral e escrita. (Essa última de interesse específico desta dissertação).

A escrita, por sua vez, é concebida como forma de produção de significados e sentidos, registrados por meio da língua e produzidos por sujeitos histórico-sociais, mediante as representações que possuem sobre o mundo (MAGNANI, 1993).

Assim, ler significa entrar em contato com o texto, num processo de reprodução e produção constante de significados e sentidos (MAGNANI, 1993, p. 269). Nesse sentido, segundo Magnani, ler implica “buscar nas pistas do texto os propósitos e opções [...] que o constituem, o que o caracteriza como texto, o que constitui sua especificidade e a previsão de sentidos possíveis”; implica, portanto, “uma atitude de participação crítica e ativa do leitor que, com sua história de leitura, aliada à história de leitura do texto, irá determinar maior ou menor grau de profundidade na relação leitor/texto”.⁸

De um ponto de vista semelhante ao de Magnani, Chiappini (1997) salienta que a leitura como exercício de cidadania exige leitor privilegiado, com muita criticidade, que preencha os vazios do texto (linguísticas, textuais e de mundo) com seus conhecimentos previamente adquiridos. Esse leitor cooperativo não se mantém limitado às intenções do autor, mas constrói, ele mesmo, a significação global do texto, por meio das pistas e indicações nele existentes. O leitor ultrapassa, portanto, os limites pontuais do texto e o incorpora no seu universo de conhecimento, o que proporciona melhor compreensão do seu mundo e do seu semelhante.

Ler e escrever implicam, necessariamente, a presença do texto. Mas afinal o que entendemos por texto? Adotando o pensamento de Magnani (1993, p.269), o texto é um lugar privilegiado onde ocorre o processo de produção de significados e de constituição dos sujeitos. “Entende-se *aqui texto como um enunciado que constitui um todo unificado e coerente, em determinada situação e com certas finalidades: um processo/produto de trabalho coletivo de construção de significado*” [grifo da autora].

Para a autora, um texto pode constituir-se por apenas uma palavra, uma frase ou uma sequência de frases. “O que define um texto não é sua extensão, mas o fato de que ele representa uma unidade de sentido” (MAGNANI, 1993, p.269). Um texto é, pois, um todo organizado. Dizer que ele é um todo organizado de sentido implica que o texto é um conjunto formado de partes solidárias, interdependentes.

Ainda segundo Magnani (1993, p. 269),

⁸ *ibid.*

O que dá unidade e coerência ao texto é o modo como se organizam as diversas construções que orientam o sentido, dadas certas condições, para uma mesma direção, de acordo com os propósitos e oposições que presidem sua produção [...] o sentido de um texto não está pronto, mas se produz no jogo das intenções. Trata-se de um processo/produto (ou melhor, de um produto sempre em processo) de co-autoria, de co-produção de significados entre quem diz/escreve e quem lê/ouve, mediado pelo texto, enquanto objeto.

Segundo Koch (1997, p. 22), o texto pode ser concebido como resultado parcial da atividade comunicativa do ser humano, que envolve processos, operações e estratégias que tem lugar na mente humana e que, em situações concretas de interação social, são postos em ação. A autora defende que:

- a) produção textual é uma atividade verbal, a serviço de fins sociais e, portanto, inserida em contextos mais complexos de atividade;
- b) trata-se de uma atividade consciente, criativa, que compreende o desenvolvimento de estratégias concretas de ação e a escolha de meios adequados à realização dos objetivos; isto é, trata-se de uma atividade intencional que o falante, de conformidade com as condições sob as quais o texto é produzido, empreende, tentando dar a entender seus propósitos ao destinatário através da manifestação verbal;
- c) é uma atividade interacional, visto que os integrantes, de maneiras diversas, se acham envolvidos na atividade de produção textual.

De acordo com a autora, pode-se conceituar o texto como:

uma manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenados pelos falantes, durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação(ou atuação) de acordo com prática socioculturais. (KOCH, 1997, p. 22)

Schmidt (1978, p. 170) também segue essa posição: texto é “qualquer expressão de um conjunto lingüístico numa atividade de comunicação – no âmbito de um ‘jogo’ de atuação comunicativa reconhecível, ou seja, realizando um potencial ilocucionário reconhecível”.

Em Costa Val (1999, p.3), encontra-se a seguinte definição de texto: “o texto é uma ocorrência linguística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotado de unidade sócio-comunicativa semântica e formal”.

Fávero e Koch (1983, p. 25) julgam lícito concluir que o termo texto pode ser tomado em duas acepções: “o texto, em seu sentido *lato*, designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano”, ou seja, todo tipo de comunicação realizado por meio de um sistema de signos. Desse modo,

o texto consiste em qualquer passagem, falada ou escrita, que forma um todo significativo, independente de sua extensão. Trata-se, pois, de uma unidade de sentido, de um contínuo comunicativo contextual que se caracteriza pela coerência e pela coesão, conjunto de relações responsáveis pela *tessitura* do texto. (FÁVERO; KOCH, 1983, p. 25)

Segundo essas autoras, em se tratando de linguagem verbal, tem-se o *discurso*, atividade comunicativa de um falante, numa situação de comunicação dada, incluindo o conjunto de enunciados produzidos pelo locutor e o evento de sua enunciação. Linguisticamente, o discurso manifesta-se por meio de texto, em sentido *estrito*.

Segundo Koch e Elias (2006, p. 7),

texto é o lugar de interação de sujeitos sociais, os quais, dialogicamente, nele se constituem e são constituídos; e que, por meio de ações linguísticas e sociocognitivas, constroem objetos-de-discurso e propostas de sentido, ao operarem escolhas significativas entre múltiplas formas de organização textual e as diversas possibilidades de seleção lexical que a língua lhes põe à disposição.

Numa primeira aproximação, os textos (escritos ou falados) são resultados da atividade verbal de indivíduos socialmente atuantes, que coordenam suas ações, de conformidade com as condições sob as quais a atividade verbal se realiza.

O texto escrito pode circular longe de sua origem, estar em contato com vários públicos sem ser modificado a cada vez. Quem escreve não pode controlar a recepção de seu enunciado, por isso precisa estruturá-lo de maneira a torná-lo mais

compreensível, isto é, quem escreve é responsável por fazer de seu enunciado um texto, no sentido mais pleno do termo.

Segundo Maingueneau (2005), uma especificidade do texto escrito é que a distância entre o coenunciador e o texto escrito abre um espaço para um *comentário* crítico ou para *análises*: o leitor pode sondar o texto, fazer comparações entre as partes a fim de elaborar interpretações.

A essas especificidades do texto escrito soma-se mais uma: um texto escrito pode ser recopiado, arquivado, classificado. No texto escrito, os enunciados passam por canais gráficos que permitem estocar informações, transformando as relações por meio do tempo e do espaço. “A estocagem permite confrontar textos variados e estabelecer princípios de classificação (por temas, gêneros, autores, datas)” (MAINGUENEAU, 2005, p.80).

1.1 Gênero textual

Nossa reflexão sobre texto e gênero tem como ponto de partida o conceito de que toda manifestação de linguagem faz parte de um processo de construção histórico, social ideológico e, portanto, de caráter dinâmico e heterogêneo. A intenção entre os falantes de uma determinada língua e cultura concretiza-se por meio da enunciação, que ocorre entre dois ou mais falantes.

Marcuschi (2005) parte do pressuposto básico de que é impossível comunicar-se verbalmente a não ser por algum gênero, da mesma forma que é impossível comunicar-se verbalmente a não ser por algum texto. Essa posição também é defendida por Bakhtin (1997) e por Bronckart (1999), além de ser adotada pela maioria dos autores que tratam a língua em seus aspectos discursivos e enunciativos, e não em suas peculiaridades formais. Dessa forma, a língua é uma forma de ação social e histórica que, ao dizer, também constrói.

Como destaca Bakhtin (1992, p. 279),

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) [...]. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas [esferas da atividade humana], não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é,

claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*.

Na esteira de Bakhtin, Marcuschi (2005, p. 22) define os gêneros textuais como práticas sócio-discursivas, afirma que toda a postura teórica desenvolvida pelo filósofo russo “insere-se nos quadros da hipótese-sócio-interativa da língua”: os gêneros textuais constituem-se como “ações sócio-discursivas para agir sobre o mundo e dizer o mundo, construindo-o de algum modo”. O gênero textual – também referido como gênero discursivo – consiste, pois, na realização concreta do texto histórico, social e culturalmente produzidos pelos falantes da língua, com uma determinada intenção, que supre as necessidades comunicativas dos falantes. Assim concebido, um gênero é uma organização composicional e suporte (canal comunicativo) específicos para cada função de comunicação que busca cumprir.

Para Marcuschi, os gêneros são fenômenos históricos e entidades sócio-discursivas que atuam sobre as atividades comunicativas, as quais eles ordenam e estabilizam. Além disso, os gêneros também acompanham as necessidades decorrentes das transformações socioculturais. Por esse motivo, os gêneros textuais transformam-se, desaparecem e reaparecem sob novas formas. Dada a própria dinamicidade da atividade humana, eles são dinâmicos e heterogêneos, de modo que nem sempre é fácil situar em um gênero específico um dado enunciado oral ou escrito.

A compreensão de um texto como processo realizado na interação inscreve-se na teoria dos gêneros textuais. A base das discussões sobre os gêneros textuais/discursivos encontra-se, sobretudo, nos estudos de Bakhtin (1992), para quem, sem a existência dos gêneros textuais, a comunicação verbal seria praticamente impossível.

Os gêneros são caracterizados por Bakhtin conforme o conteúdo temático (assunto), a estrutura composicional (organização textual) e o estilo (linguagem). Os gêneros são relativamente “estáveis”: possuem características mais ou menos fixas e, ao mesmo tempo, flexibilizam-se conforme o contexto e o sujeito que os utiliza ou produz.

A característica de possuir uma funcionalidade particular a cada situação comunicativa justifica o aparecimento de novos gêneros, que surgem à medida que se tornam necessários e desaparecem quando entram em desuso. Para Marcuschi (2003), é relevante lembrar que essa “relativa estabilidade” da qual fala Bakhtin é bastante polêmica, gerando, algumas vezes, interpretações equivocadas. O que se defende é que

há gêneros que são mais estáveis (como por exemplo: um formulário de inscrição em um vestibular, uma ata de reunião, um currículo) e há outros gêneros que são menos estáveis (por exemplo: um artigo de opinião, um editorial, um *e-mail*).

Pelo fato de o aparecimento de novos gêneros ser constante, torna-se difícil para os estudiosos enumerar a classificação de todos os gêneros existentes em uma língua. Isso acontece porque o processo de reconhecimento e aceitação de um novo gênero passa pelo crivo dos próprios falantes, que se utilizam de gêneros já existentes e criam novos conforme a necessidade comunicativa.

Assim, pode-se afirmar que a constituição de um gênero textual não depende de uma “seqüência teoricamente definida pela natureza lingüística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas)”. (MARCUSCHI, 2005, p. 22).

Em se tratando da caracterização dos gêneros, Marcuschi destaca que eles se caracterizam mais pela função que exercem do que pela forma que apresentam, ao contrário dos tipos textuais, definidos pelos traços lingüísticos predominantes e, portanto, distintos dos gêneros, os quais eles constituem. Para esse autor, o gênero (textual, de texto, discursivo, do discurso) engloba

textos orais ou escritos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária com padrões sócio-comunicativos característicos definidos por sua composição, objetivos enunciativos e estilo concretamente realizado por forças históricas, sociais, institucionais e tecnológicas. Os gêneros constituem uma listagem aberta, são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações tais como: sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística [...] são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas. (MARCUSCHI, 2003, p. 3)

Marcuschi (2003, p. 23) demonstra também que os gêneros funcionam como práticas discursivas de ação social em um *domínio discursivo* específico. Entendido como “esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana”, o domínio discursivo exerce papel sobre a função, o objetivo e a maneira de utilização do gênero.

Adam (1993,1999) apresenta a noção de tipo/seqüência textual. Defende que os gêneros e sua estrutura composicional são a base das regularidades sequenciais. Assim, a estrutura composicional de cada gênero é organizada pelas seqüências textuais,

conforme o objetivo da produção. As sequências, que organizam também o conteúdo temático, são esquemas textuais constitutivos dos gêneros e mais complexas que os períodos, com os quais podem, muitas vezes, se confundir.

O autor define as sequências como “uma rede relacional hierárquica e uma entidade relativamente autônoma, dotada de organização interna que lhe é própria e, portanto, em relação de dependência/independência com o conjunto do qual faz parte” (ADAM, 1993, p. 28). Dada a heterogeneidade de cada texto, as sequências apresentam-se de forma singular e com diferenças em relação às outras sequências, mas entre algumas há características (regularidades) que são comuns e que possibilitam o reconhecimento de uma dada sequência como narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa ou dialogal (ADAM, 1999). Destaca o autor que essas sequências são predominantes, não exclusivas, no interior de cada texto e em cada proposição.

Para Marcuschi (2003, p.5), a noção de tipo textual, de texto e de discurso:

Designa muito mais *modalidade discursiva* ou então *seqüências textuais* do que um texto em sua materialidade. O tipo textual define-se pela *natureza lingüística* de sua composição {modalidade, aspectos sintáticos, lexicais, tempos verbais, relações lógicas, estilo, organização de conteúdo etc.}. Em geral, os *tipos textuais* abrangem um número limitado de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*. Quando predomina uma característica tipológica num dado texto concreto dizemos que esse é um texto *argumentativo*, ou *narrativo* ou *expositivo* ou *descritivo* ou *injuntivo*. Os tipos textuais constituem modos discursivos organizados de formato e seqüências estruturais sistemáticas que entram na composição de um gênero textual. Tipo e gênero não formam uma dicotomia, mas se completam na produção textual.

Esse linguista argumenta em favor da existência do tipo textual injuntivo (marcado por verbos no imperativo e no infinitivo, com o intuito de induzir o destinatário), e do tipo expositivo (conjunto de enunciados parafraseados a partir de outros enunciados) em detrimento do tipo explicativo.

O autor também faz uma reflexão sobre o problema dos gêneros em suportes (convencionais e acidentais) em locais públicos em áreas abertas. A revista impressa é o suporte do gênero reportagem. Com base em Marcuschi (2005, p.8-9), entendemos que o suporte “fixa e mostra um texto”, “não é neutro e o gênero não fica indiferente a ele [...] O suporte afirma ou apresenta o texto para que se torne acessível de um certo modo”. Assim, para ler determinado gênero, deve-se considerar o suporte como constituinte do enunciado, para podermos assim ver o todo acabado.

Marcuschi (2005, p. 24) alerta-nos para não confundirmos texto e discurso: textos são entidades de natureza concreta, “realizam discursos em situações institucionais, históricas, sociais e ideológicas. Discurso é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva.” Ele também define os termos: tipo textual, gênero textual. Para o linguista (2005, p. 24),

na noção de tipo textual predomina a identificação de *seqüências linguísticas* típicas como norteadoras, já para a noção de *gênero textual* predominam os critérios de *ação prática*, circulação sócio-histórica, funcionalidade, conteúdo temático, estilo e composicionalidade, sendo que os *domínios discursivos* são as grandes esferas da atividade humana em que os textos circulam.

Na esteira de Marcuschi (2005, p 23) apresentamos a seguir um quadro para esclarecer a diferença entre tipos e gêneros textuais:

TIPOS TEXTUAIS	GÊNEROS TEXTUAIS
1. construtos teóricos definidos por propriedades linguísticas intrínsecas;	1. realizações linguísticas concretas definidas por propriedades sócio-comunicativas;
2. constituem seqüências linguísticas ou seqüências de enunciados no interior dos gêneros e não são textos empíricos;	2. constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas;
3. sua nomeação abrange um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas, tempo verbal;	3. sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função;
4. designações teóricas dos tipos: narração, argumentação, descrição, injunção e exposição	4. exemplos de gêneros: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, aula expositiva, romance, reunião de condomínio, lista de compras, conversas espontâneas, cardápio, receita culinária, inquérito policial.

O gênero textual caracteriza-se por exercer uma função social específica. Marcuschi (2005, p. 25) destaca que “em todos os gêneros também se está realizando tipos textuais, podendo ocorrer que o mesmo gênero realize dois ou mais tipos. Assim, um texto é em geral tipologicamente variado (heterogêneo)”.

Buscando esclarecer as designações teóricas dos tipos textuais apresentamos o quadro a seguir:

Bases temáticas	Traços linguísticos
Narração	Tendo como principal material a ação, a progressão temporal é essencial para o desenrolar dos fatos. O tempo predominante é o passado. Advérbios de tempo e lugar são características desse tipo textual.
Descrição	Ao contrário da narração, na descrição não há uma sucessão de acontecimentos ou fatos, mas sim a apresentação pura e simples do estado a ser descrito em um determinado momento. Geralmente é comum notar diversos adjetivos, e o uso de frases nominais.
Dissertação	Na dissertação, o autor defende o seu ponto de vista, utilizando a argumentação. É comum a utilização da persuasão para tentar convencer o leitor. Estrutura: introdução, argumentos e conclusão.
Injunção	A característica mais forte neste tipo textual é o verbo no imperativo. É utilizado para aconselhar. Um exemplo é o modo de preparo nas receitas.
Exposição	O objetivo do texto explicativo é passar conhecimento para o leitor. Nesse tipo textual, não se faz a defesa de uma idéia. Exemplos de textos explicativos são os encontrados em manuais de instruções.

Outro aspecto que se deve considerar em alguns gêneros textuais é a presença da união de características pertencentes a diversos gêneros distintos em um único texto. Esse é o conceito de intergenericidade, a que Marcuschi (2005, p.20) nomeia de “transmutação de gêneros”. A fusão dos gêneros permite que o locutor do texto tire vantagem da flexibilidade dos gêneros e amplie as condições de comunicação e compreensão de seu interlocutor. Esse processo criativo de transmutação reforça a noção de que a listagem de gêneros discursivos é infinita, e de que não cabem em formas de classificação.

O diálogo que há entre os vários gêneros existentes é bastante visível em textos da mídia, que abusam da criatividade e da plasticidade dos gêneros para atrair seus leitores, chamando-lhes a atenção a partir da publicação de textos híbridos. As reportagens que constituem o *corpus* desta pesquisa são exemplo de texto híbrido, pois não são formadas por um único tipo de discurso (discurso interativo, discurso teórico, relato interativo, narração) e/ou por uma única organização sequencial (narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal), pelo contrário, nelas, geralmente dialogam vários tipos de discursos e sequências.

Diante do exposto, para desenvolvermos esta dissertação, seguimos o ponto de vista teórico de Marcuschi, para quem os tipos textuais fundam-se em critérios internos (linguísticos e formais), enquanto os gêneros textuais fundem-se em critérios externos (sociocomunicativos e discursivos)

A reportagem é um gênero discursivo da esfera jornalística. Segundo Scalzo (2003), o propósito comunicativo da reportagem é trazer informações atualizadas e detalhadas sobre fatos (acontecimentos), temas ou pessoas de interesse do público-alvo

da revista ou do jornal. Pode ter caráter investigativo e resultar em denúncias. Muitas vezes a reportagem tem, no entanto, o propósito implícito de formar a opinião de seu público a respeito de determinado assunto, de causar indignação, de ironizar uma situação, de beneficiar ou desqualificar a imagem de uma figura, de fazer propaganda de um produto, entre outros possíveis.

Sobre as relações do jornalismo com a publicidade, Scalzo (2003) comenta que as revistas – e a observação vale também para os jornais – que se preocupam com sua credibilidade precisam zelar pelas necessidades e interesses de seus leitores, separando redação de departamento comercial. Reconhece, todavia, que pode haver tensão (por pressões financeiras) ou confusão (por falta de independência editorial ou de compromisso com o leitor) entre esses setores. Em qualquer dos casos, a publicação põe em risco sua credibilidade, que é seu maior patrimônio.

Para Kotscho (1989), a reportagem é a cobertura detalhada e aprofundada de fatos recentes e de grande repercussão ou de temas que o repórter procura desdobrar em seus aspectos mais importantes, difere da notícia em conteúdo, extensão e profundidade. É sempre baseada em fontes especialistas no assunto, pessoas envolvidas no fato, material de arquivo consultado pelo repórter, pesquisa – e a qualidade das fontes confere credibilidade à matéria jornalística. No jornal, a reportagem longa é dividida em textos auxiliares, também chamados de retrancas, cada um com um título próprio. A diagramação de revistas divide um texto longo em texto principal e *boxes* no pé da página ou nas laterais. Tanto jornais quanto revistas apresentam fotos, ilustrações e informações *boxes* e infográficos. Kotscho (1989) ressalta que todos esses elementos compõem a reportagem e não devem ser considerados isoladamente.

Pela abrangência de assuntos que podem ser abordados numa reportagem, segundo Sodré e Ferrari (1986), há três “tipos de reportagem”: de fatos, documental (sobre um tema) e de perfil.

A reportagem de fatos relata e analisa fatos recentes; tem uma estrutura narrativa e por isso inicia-se por um *lead* narrativo (primeiro parágrafo), como o das notícias (informando o que fez, onde, quando e por quê); precisa ser publicada e lida no calor dos acontecimentos – “quente” -, antes que os fatos percam seu interesse.

A reportagem documental aborda um tema de interesse do leitor e pode referir-se a saúde, comportamento, moda, educação, cultura, lazer, segurança, tecnologia, turismo, ecologia, entre muitas outras possibilidades. Pode até ser motivada pelo interesse ou curiosidade do público-alvo em virtude de algum fato recente.

O terceiro tipo de reportagem, chamada de perfil, tem como foco uma pessoa. A personalidade retratada é protagonista – herói ou anti-herói – de sua própria história.

1.2 Jornalismo de revista

O jornalismo de revista apresenta características específicas. A revista apresenta, segundo Scalzo (2003, p. 14), uma grande variedade de assuntos para fisgar o leitor e passar a sensação de janela do mundo:

Revista une e funde entretenimento, educação, serviço e interpretação dos acontecimentos. Possui menos informação no sentido clássico (“as notícias quentes”) e mais informação pessoal (aquela que vai ajudar o leitor no seu cotidiano, em sua vida prática).

Outra característica é a especialização, o que difere dos jornais, visto que está centrado num determinado universo de expectativas, pois conhece seu leitor e precisa satisfazer às ansiedades de seu público específico. Ter visão de mercado é a característica que ajuda a manter uma revista em circulação: além de conhecer seu público, deve apresentar um produto de olho nos nichos do mercado. O texto aliado à imagem tornou-se característica marcante da revista; o público é curioso e, muitas vezes, escolhe a revista porque é seduzido pelo visual, com o fotojornalismo. Texto e imagem traduzidos em matéria bem escrita e apresentação visual eficiente são as bases da revista.

Scalzo (2003) considera grande a variedade editorial de que o mercado dispõe. São milhares de títulos para todos os públicos e gostos. A revista está inserida no mercado atual, que busca a segmentação de público e publicitário. Há revistas especializadas para mulheres, para homens, para jovens, para crianças, para pessoas de negócios, entre outras. Portanto, hoje a revista é um bom negócio para as empresas, para o mercado, para o público e, em especial, para os jornalistas.

Há uma grande variedade de publicações, demonstrando que não é apenas o caráter informativo/educativo que existe. Há também o entretenimento, a diversão. Diferente do jornal, a revista funde informação, educação, serviço e entretenimento. Para Goulart (2006, p 2), o grande conflito da revista reside no fato de que

a revista não parte apenas do interesse público para decidir o que vai ser notícia, mas parte do interesse do público. Esse é um nó jornalístico, porque a chance de se invadir aquilo que é de caráter privado é grande. Temos muitos exemplos de revistas que publicam fofocas, boatos – especialmente sobre política e celebridades. Ou ainda páginas e páginas sobre pseudo-eventos que não são jornalísticos.

A revista publica fatos que não seriam notícias em jornal, porque ela é mais conotativa, opinativa, literária. Além disso, a notícia de revista passa a ser também o que é de interesse do público, seu foco é o leitor, sobretudo o seu assinante. Nesse sentido o jornalista é pago para escrever sobre aquilo que o leitor deseja ler/saber.

Costuma-se dizer que a revista é mais profunda que o jornal e menos profunda que o livro, porque esclarece o leitor. Scalzo (2003) considera que a relação revista x leitor é passional. Por isso, as pessoas tem um tipo de revista para a sala, outra para o banheiro, para o quarto: guardando-as de um determinado modo, carregam-na, recortam-na. Essa relação envolve confiança, expectativas, acertos, pedidos de desculpas, gerando uma identificação entre o leitor e a revista, o que identifica, por exemplo, um grupo (o grupo dos que leem Playboy, das que leem Capricho⁹, Caras, Caros Amigos, entre outros). O leitor dá significado para a revista, é ele quem diz o que é a revista.

Scalzo (2003) considera que, por falarem para um público de uma determinada época, as revistas sofrem mais que os jornais, pois podem ser atropeladas pela mudança dos costumes. Nas páginas de uma revista, pode-se conhecer a história de uma época, o retrato de uma sociedade. Assim, foram, em especial, as revistas ilustradas como O Cruzeiro, Manchete, Revista do Globo, que passaram a sofrer quando a televisão se tornou a janela para o mundo e as revistas de atualidade/informativas conquistaram o público.

Para Scalzo (2003), os jornais tentam parecer com as revistas, em especial na parte gráfica. Nas revistas, o primeiro elemento é a fotografia, a imagem. O restante da diagramação parte da imagem, depois vem o texto. O texto procura ser leve, agradável. Usam-se títulos criativos, sedutores. Outra característica é a divisão em seções, o que facilita a leitura, torna-a mais atraente. Seus recursos textuais e gráficos permitem que o leitor faça uma leitura mais prazerosa.

⁹ Segundo Scalzo (2003, p. 90), *Capricho* é a segunda revista mais antiga da Editora Abril. [...] Feita hoje, para adolescentes, até a década de 1970 ela trazia na capa a inscrição “desaconselhável para menores de 18 anos”. Na verdade, Capricho sempre foi uma publicação para moças.

O jornal e a revista, por serem impressos, parecem ser mais verdadeiros, servem como uma espécie de registro histórico, tem forte credibilidade. Por exemplo, mesmo que todos possam ver um jogo da Copa do Mundo na televisão, no dia seguinte compram o jornal para “saber mais”, para comprovar alguma coisa. Se surge um acontecimento importante, a edição seguinte da revista vai trazer o acontecimento na capa. A revista é a testemunha principal do evento e vai vender muito mais. Por enquanto, ainda se pode afirmar que o leitor continua ligado à materialidade do papel.

Tanto o jornal quanto a revista ajudam o leitor a interpretar o acontecimento. A revista, segundo Goulart (2006, p.1), “parte do fato em si para tratar o ‘assunto’ com maior amplitude”. Como diz Garcia Márquez (*apud* GOULART, 2006, p. 1), “a melhor notícia não é a que se dá primeiro, mas a que se dá melhor”. O jornalismo de revista sabe disso, e ainda tem o tempo como aliado. Uma publicação semanal, quinzenal ou mensal pode fazer uma apuração mais precisa, ouvir várias fontes, utilizar recursos gráficos, fotografias. Por isso, a revista permite um jornalismo mais analítico, interpretativo, investigativo.

A reportagem, na revista, é um texto híbrido, construído de sequências textuais, valendo-se de distintos tipos de textos, com predominância do narrativo.

Para Fiorin (2004, p. 11), um texto expositivo “serve para construir e transmitir um saber sobre um dado tema”. O enunciador informa ao co-enunciador sobre o universo, transmitindo conhecimento sobre o tema, já que expõe e analisa fatos e situações. Ao fazê-lo, expressa pontos de vista, ainda que não às claras, quando argumenta.

1.3 Texto jornalístico

Para Melo (2003), o jornalismo articula-se com veículos que tem como objetivo tornar públicas suas mensagens, mas isso não significa afirmar que todas as suas mensagens são de natureza jornalística, visto que podemos encontrar jornais que contenham anúncios (propaganda) e não tragam nenhuma matéria vinculada ao universo da informação de atividades.

A observação e descrição de eventos, conhecida como reportagem, é a atividade primária do jornalismo. O jornalista deve sempre estar atento para informar: O quê (o fato ocorrido); “Quem” (o personagem envolvido); “Onde” (o local do fato); “Quando” (o momento do fato); “Por quê” (a causa do fato) e “Como”(o modo como o fato ocorreu), entretanto, para Melo (2003), a essência do jornalismo é a seleção e a

organização das informações no produto final do jornal, revista, programa de TV, chamada de edição.

O autor considera que o trabalho jornalístico consiste em captação e tratamento escrito, oral, visual ou gráfico, da informação em qualquer de suas formas e variedades. Toda instituição jornalística possui sua linha editorial, que por meio da seleção de informações (pauta, cobertura, copidesque), entrelaça o fluxo noticioso e lhe dá um (mesmo) sentido. Esse trabalho é, pois, em geral, dividido em quatro etapas distintas, cada qual com suas funções e peculiaridades.

O primeiro é a pauta, entendida como a seleção dos assuntos que serão abordados, é a etapa de escolha de quais indícios ou sugestões devem ser considerados para a publicação final.

O segundo consiste na apuração, processo de averiguar informações em estado bruto (dados, nomes, números), etapa em que se trabalha com fontes que podem ser documentos e pessoas que fornecem informações sobre a pauta. Observa-se que a interação de jornalistas com suas fontes envolve com frequência questões de confidencialidade.

A terceira etapa corresponde ao tratamento das informações apuradas em forma de texto verbal e denomina-se redação, podendo resultar num texto para ser impresso (em jornais, revistas e *sites*) ou lido em voz alta (no rádio, na TV e no cinema).

A edição - que envolve finalização do material redigido em produto de comunicação, hierarquizado e coordenando, e o conteúdo de informações na forma final em que será apresentado - constitui a quarta etapa. Muitas vezes, é a edição que confere sentido geral às informações coletadas nas etapas anteriores. No jornalismo impresso (jornais e revistas), a edição consiste em revisar e cortar textos conforme o espaço de impressão pré-definido. A diagramação é a disposição gráfica do conteúdo e faz parte da edição dos textos impressos.¹⁰

Segundo Scalzo (2003), uma grande variedade de mídias realiza o jornalismo: jornais, televisão, rádio e revistas, além do mais recente, o jornalismo *on-line* na Internet. Cada tipo de mídia tem um tipo de suporte, isto é, papel, som, celulósido ou vídeo, por radiodifusão ou teledifusão eletrônicas.

Os jornalistas podem exercer diversas funções, que variam segundo a mídia, o canal, o veículo. Às vezes, a mesma função recebe nomes distintos em empresas

¹⁰ No radiojornalismo, editar significa cortar e justapor trechos sonoros junto a textos de locução, o que no telejornalismo, ganha o adicional da edição de imagens e movimento.

diferentes. São três as funções fundamentais: de repórter (responsável pela coleta de informações), de redator (responsável pela organização destas em textos) e de editor (responsável pela seleção e hierarquização das informações no produto final).

Segundo Melo (2003, p.25), por razões metodológicas, o jornalismo classifica-se em duas categorias básicas: informativo e opinativo. Discute o autor que

[...] é preciso deixar claro que essa distinção entre a categoria informativa e opinativa corresponde a um artifício profissional e também político. Profissional no sentido contemporâneo, significando o limite em que o *jornalista* se move, circulando entre o dever de informar (registrando honestamente o que se observa) e o poder de opinar, que constitui uma concessão que lhe é facultada opinar [...] Político no sentido histórico [...] admitir a convivência de categorias que correspondem a modalidades de relato dos fatos e das idéias no espaço jornalístico não significa absolutamente desconhecer que o jornalismo continua a ser um processo social dotado de profundas implicações políticas, onde a expressão ideológica assume caráter determinante. Cada processo jornalístico tem sua dimensão ideológica própria, independentemente do artifício narrativo utilizado.

Também fazem parte do jornalismo impresso as funções de: imagens, formatação, arte, técnica, além das funções auxiliares e as funções extrarredação.

Para Melo (2003), o produto da atividade jornalística é, na maioria das vezes, materializado em textos, que recebem diferentes nomenclaturas de acordo com sua natureza e objetivos. Textos informativos resultantes de apuração, incluindo notícias, reportagens e entrevista, recebem o nome genérico de matéria.

Os redatores, conforme Martins (2005), em geral seguem uma técnica para hierarquizar as informações, apresentando-as no texto em ordem decrescente de importância. Essa técnica recebe o nome de pirâmide invertida, porque a “base” (lado mais largo, mais importante) fica para cima, no início do texto, e o “vértice” (lado mais fino, menos relevante) fica para baixo, no final do texto. O primeiro parágrafo deve conter as principais informações da matéria (“o lide”). Muitas vezes, o texto é subdividido em “capítulos” agrupados por tema, chamados retrancas e sub-retrancas, ou de matérias coordenadas. Técnica de redação é o conjunto de técnicas e procedimentos específicos para a atividade de redação jornalística.

Para Melo (2003, p. 102), “as instituições jornalísticas buscam encontrar mecanismos que assegurem, senão o controle, a supervisão e o acompanhamento das etapas que transformam em notícia os acontecimentos que surgem e refletem o dinamismo da sociedade”.

Quase sempre, as matérias apresentam relatos de pessoas envolvidas no fato, que servem tanto para validar as afirmativas do jornal, quanto para provocar no leitor a identificação com um personagem (empatia). Segundo Melo (1972), no jargão jornalístico, os depoimentos desses personagens chamam-se aspas.

No discurso relatado, manifestam-se vozes sociais e, desta forma, o jornalista manipula a voz do citante e a voz citada, distanciando-se e/ou aproximando-se, assim, do dito por outrem no discurso jornalístico. Portanto, recursos como verbos indicadores de elocução como afirmar e dizer e o uso de aspas “são utilizados como marcas de objetividade e/ou imparcialidade, porque garantem ao jornalista o pressuposto de que ‘não sou eu quem diz, mas sim o outro’”. (cf. SILVA, 2006, p.3)

1.4 Texto político – em foco o Mensalão

As relações de força que se instauram no campo da palavra política e da questão do poder são muito complexas. Parece que é possível determinar o que é o campo político quando trata “simultaneamente, e em interação, as questões da ação política, sua finalidade e de sua organização; as instâncias que são partes interessadas nessa ação; os valores em nome dos quais é realizada essa ação” [grifo do autor] (CHARAUDEAU, 2006, p.16).

Charaudeau (2006, p. 249) comenta que:

Ouve-se dizer, aqui e ali, que a política não é mais o que era, que não há mais grandes causas a serem defendidas, que não há mais projetos de transformação da sociedade, que não há mais desejo de um viver junto como faria supor toda democracia. Frequentemente, é dado como prova não haver mais debate público - nem mesmo na televisão, local sagrado, nos anos 70 e 80, de enfrentamento de idéias e de projetos da sociedade - e, que as idéias foram substituídas pelas imagens e pelos aparelhos políticos, pelos especialistas em comunicação. Chega-se a ponto de dizer que a classe política, qualquer que seja a tendência, está doravante separada do povo, quando não diz que ela é corrupta. Além disso, acrescenta-se, ela é totalmente impotente para governar, pois são administrações, entidades burocráticas e tecnocratas frias que, colocadas nos lugares supranacionais, fazem a lei.

Segundo Charaudeau (2006), a produção comunicativa de um poder legítimo e a constituição dessa legitimação pelo sistema político requerem uma relação reflexiva. Essa relação de reflexão garante que o espaço de discussão determine os valores e

responda a um espaço de persuasão no qual a instância política, jogando com argumentos da razão e da paixão, tenta fazer a instância cidadã aderir a sua ação.

A linguagem é o que motiva a ação, orienta-a e lhe dá sentido, portanto não há política sem discurso. A política depende da ação e inscreve-se constitutivamente nas relações de influência social. Em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, a linguagem é que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de dedução nos quais se elaboram pensamento e ação políticos: “A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso”. (CHARAUDEAU, 2006, p.39).

Assim, compreendendo a linguagem como interativa e mediadora, constitutiva das ações do homem e, mais especificamente, no caso do texto jornalístico, mediadora do conhecimento, convencimento em busca de uma “verdade”, pode-se afirmar que ela estabelece o espaço de discussão e persuasão por meio do texto (produto sempre em processo), em especial o escrito, valendo-se de estratégias e mecanismos argumentativos que visam convencer o leitor/interlocutor, o sujeito/leitor de que a única conclusão possível é aquela “posta” pelo texto. No caso dos textos analisados, o que se espera do leitor é que ele assuma o ponto de vista da *Veja* e creia nela.

Segundo Malfatti (2006), no Brasil essa oposição entre sociedade e classe política é modelar. Primeiro na substituição do regime militar¹¹, há quase três décadas no poder, pela sociedade civil, que, dizendo-se comprometida com a ética, consegue substituir a classe política militar, acompanhada de várias denúncias de infrações éticas. Tendo em vista a ética e a democracia, fez-se uma reforma constitucional. Na primeira eleição em 1989, o eleitorado brasileiro consagra alguém que se dizia comprometido com os princípios liberais e pureza ética, no entanto, logo após a eleição, o eleito se envolveria com corrupção, comércio de votos, caixa dois e outros desvios e acabaria perdendo o comando. Na eleição seguinte, 1995, a sociedade elege alguém identificado com as aspirações populares, oriundo não das fileiras liberais, mas da ideologia socialista.

Malfatti (2006) considera que, mudando radicalmente o quadro político, em 2002, entra em cena o Partido dos Trabalhadores - PT - nascido no seio da

¹¹ No dia 15/04/1985, o Colégio Eleitoral escolheria o deputado Tancredo Neves, que concorreu com Paulo Maluf, como novo presidente da República [...] Era o fim do Regime Militar. A esse respeito consultar: www.historiadobrasil.net/ditadura/

Teologia da Libertação, deu seus primeiros passos pela mão da Igreja Católica, propondo uma revolução ética. Ao chegar ao poder nacional, agiria estritamente dentro da ética prometida e aprovada pela sociedade. Contrapunha um governo de honestidade ao que chamava de “governos corruptos”, uma justiça do trabalho contra o capital explorador, uma soberania nacional contra a presença “maléfica” estrangeira, a democracia participativa contra a democracia burguesa.

Antes do “Escândalo do Mensalão”¹², a palavra “mensalão” não fazia parte do vocabulário dos brasileiros. Hoje, embora ainda não conste nos dicionários, já faz parte de seu (nosso) repertório linguístico. Quem a trouxe a público foi o Deputado Federal Roberto Jefferson, e seu significado vai além de um irregular pagamento mensal a deputados, que poderão ser cassados. Mensalão é sinônimo de corrupção, propina, “maracutaia”, “cesta de Natal”, gorjeta, “leite das crianças”, superfaturamento, valores não contabilizados, entre tantos outros termos utilizados na época para conceituá-lo, para camuflá-lo nas escutas telefônicas ou, ainda, para justificá-lo como “esquecimento” no momento da contabilização¹³.

O deputado Roberto Jefferson Monteiro Francisco (PTB/RJ) adotou o neologismo “mensalão” ao se referir ao esquema de corrupção e justificou que mensal era a periodicidade média em que os envolvidos recebiam a “gratificação”. O neologismo – popularizado pelo deputado – é uma variante da palavra “mensalidade” usada para referir-se à suposta “mesada” paga a deputados em troca de votos favoráveis aos interesses do Poder Executivo. Segundo Jefferson, o termo já era comum nos bastidores da política e, desse modo, foi também adotado pela mídia como referência do escândalo. Pelo sufixo de aumentativo, o sentido denotativo de “periodicidade mensal” deslocou-se para a de imoralidade, ou melhor, de uma grande e vultosa imoralidade.

A crise, alcunhada por Roberto Jefferson de “mensalão”, começou com uma denúncia de corrupção no alto escalão do governo federal que deu início a uma série de escândalos, culminando em renúncias de mandato, cassações, perda de cargos políticos e investigações policiais sobre um suposto esquema de compra de votos e de outras operações financeiras ilícitas, envolvendo membros do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do Partido Liberal (PL), do

¹² O Mensalão seria uma suposta mesada de R\$ 30 mil que, segundo denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB/RJ), teria sido paga por dirigentes do PT a deputados do PP e do PL, partidos aliados, para que votassem de acordo com a orientação do governo.

¹³ A respeito da trajetória do “Mensalão”, desde a época de Cristo, quando Judas se vendeu para trair o Mestre, alcançando a moderna, com o caso italiano de Bettino Craxi; na Alemanha, a história com Helmut Kohl; no Brasil, com Luis Carlos Prestes, Nilmário Miranda, Roberto Freire, deputado João Alves, a UNE, Antônio Rogério Magri, O MST, entre outros, ver MAIER, F. O mensalão através dos tempos. Disponível em <http://www.midiasemmascara>.

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Progressista (PP), além de outros parlamentares, funcionários públicos e empresários.

Entre os fatos revelados pela imprensa e investigados em Brasília por comissões parlamentares, pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, estava a denúncia do deputado federal Roberto Jefferson Monteiro Francisco (PTB/RJ) sobre o pagamento regular de propina a parlamentares, para a aprovação de emendas de interesse do Poder Executivo e da base aliada.

Em 14 de maio de 2005, uma reportagem da revista *Veja* divulgou fotos e trechos de uma gravação clandestina, realizada na sede da administração dos Correios em Brasília. A fita flagra o exato momento em que Maurício Marinho, diretor do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios e Telégrafos, recebe três mil reais de dois interessados empresários, em troca de favorecimento ilícito em contratos de compra e venda de equipamentos de informática. Na mesma gravação, além de Marinho mencionar a empresa Novata, fornecedora de computadores ao governo federal, cita o então presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), deputado Jefferson, como um dos administradores do esquema.

Segundo Patarra (2006), alguns dias depois Jefferson defende-se e acusa de corrupção uma extensa lista de dirigentes de partidos, políticos e funcionários públicos. Num primeiro momento, Roberto Jefferson evita expor o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), porém, meses depois, alega que essas operações eram autorizadas por ele e por José Dirceu de Oliveira e Silva (PT/SP), então ministro da Casa Civil.

A repercussão dessas notícias em todas as mídias levou os parlamentares a convocar Roberto Jefferson ao Conselho de Ética, para “confirmar” as denúncias. Depois de analisarem as evidências e a lista de nomes por ele entregue, os membros da mesa solicitaram a abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI)¹⁴.

Para Patarra (2006), supostamente, sob ordens do presidente Lula, a base governista na câmara dos Deputados e no Senado Federal rapidamente se mobiliza para tentar dissuadir outros parlamentares ou, ao menos, colocar aliados entre os membros da comissão. O objetivo dessa mobilização era desacreditar Roberto Jefferson e esgotar argumentos favoráveis à criação da CPMI. A Imprensa apelidou o *lobby* de “Operação Abafa”. A oposição tinha, no entanto, o apoio da opinião pública e conseguiu assinaturas em número suficiente para a solicitação da abertura da CPMI, formada por 16 deputados e 16 senadores, que ocorreu em 9 de junho de 2005.

Patarra (2006) narra que a comissão tinha como princípio investigar as

¹⁴ CPMI – Comissão Mista porque é formada por deputados e senadores

causas e consequências de denúncias sobre delitos praticados por funcionários públicos nos Correios. No dia 14 de junho, Roberto Jefferson passou sete horas em depoimento na CPMI dos Correios. As revelações na mídia de um vídeo mostravam apenas uma das faces de um esquema muito maior de corrupção que chocou o Brasil. O então deputado acusava outros parlamentares de receber regularmente quantias de dinheiro para aprovar projetos e emendas de interesse do Poder Executivo. Jefferson denunciava também outros esquemas de movimentação financeiras irregulares no Brasil e no Exterior. O que contribuiu mais para aumentar o interesse do público no assunto foi a quantidade de políticos de partidos da base aliada, além de políticos do PT denunciados na CPMI.

Segundo Patarra (2006), um outro personagem ficou em destaque ao ser denunciado por Roberto Jefferson: o publicitário Marcos Valério de Souza, que teria solicitado empréstimos e gerenciado recursos financeiros não declarados (Caixa 2) para o financiamento de campanhas eleitorais do PT, em 2004. Em troca, o empresário teria vantagens em licitações do Governo Federal, inclusive, segundo o Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Governo Federal (COAF), com possíveis superfaturamentos.

Menos de um mês após a divulgação do vídeo dos Correios na imprensa, o “Escândalo do Mensalão” havia configurado a maior crise política sofrida pelo governo Lula até 2005.

Para esse autor, na fase de tomada de depoimentos da CPMI dos Correios, surgem outras revelações comprovando parte das denúncias de Roberto Jefferson e acrescentam-se novas suspeitas. Em consequência disso, os parlamentares pediram a abertura de uma nova CPMI, para investigar, em especial, o esquema do “Mensalão”. A comissão criada em 20 de junho é alvo de polêmica, pois, na lista de seus membros, estão presentes parlamentares da base aliada do Executivo. Isso provoca discussão na mídia e na população, com relação ao comprometimento desses membros com a punição dos envolvidos.

Segundo Patarra (2006), o “escândalo do Mensalão” transformou-se em motivo de escárnio da opinião pública e agravou a crise política interna. Houve o afastamento do petista José Adalberto Vieira da Silva, que ficou famoso pelos dólares escondidos na cueca. José Adalberto era assessor do deputado José Nobre Guimarães (PT/CE), irmão de José Genoino Guimarães, então presidente do Partido dos Trabalhadores.

Segundo Patarra (2006), em ano que precede as eleições presidenciais e diante da pressão da opinião pública, Genoino renuncia à presidência do PT, em 11 de

julho de 2005, uma semana após o início dos trabalhos da CPMI do Mensalão. Com a saída do presidente do Partido dos Trabalhadores, Delúbio Soares de Castro, ex-tesoureiro do PT e Sílvio Soares, secretário geral, também são afastados da diretoria executiva. A imprensa denunciou essas ações como prestidigitação para evitar a superexposição do partido e o desgaste do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição.

Em novembro de 2005, José Dirceu afasta-se da Casa Civil. A comissão foi encerrada oficialmente em 17 de novembro de 2005 sob forte desconfiança popular e rumores de um “acordão” (também no aumentativo), para evitar a punição de políticos envolvidos. Abi-Ackel, redator da comissão, procurou justificar o encerramento dos trabalhos com a seguinte explicação: “Não posso dizer que o repasse do dinheiro ocorreu de uma vez só ou em várias vezes. Fica a suspeita de que pode ter havido as duas formas. O problema é que não posso provar”.

No trecho final do relatório, Abi-Ackel admite:

Chame-se a isso mensalão, mensalinho, semanão ou quinzenão, o fato é que receberam. [...] Há múltiplos indícios de eu houve distribuição de recursos a deputados da base. Isso não caracteriza exatamente o que se denominou mensalão, pagamentos sistemáticos, mas houve sem dúvida pagamentos de dinheiro em espécie, em alguns casos com uma só prestação, em outros com prestações sucessivas. (PATARRA, 2006, p. 224).

Uma das maiores discussões em torno da crise foi o silêncio do presidente da República nos seis meses que se seguiram à denúncia do “Mensalão”. Não é preciso dizer que esse silêncio também gerou alguns efeitos de sentido. A mídia entendeu que o presidente Lula, prejudicado nos debates, em 1989, aprendeu a calar. Porém, o silêncio do Presidente não acalmou a população, ao contrário, deixou os meios de comunicação em estado de alerta.

Entre “ação entre amigos”, mensalões, mensalinhos, valeriodutos, bingos, caixa dois e outras formas de corrupções, chega-se a 2005, ano em que três CPIs (dos Correios, do Mensalão e dos Bingos) tratam de tais questões, em meio a uma enxurrada de denúncias, de escândalos ligados ao Mensalão. A mídia impressa, falada e televisiva busca, nesse “dilúvio”, a informação, os fatos, a “verdade”. Dentre os veículos, destaca-se a revista *Veja*, que publicou a reportagem que desencadeou todo o processo de explicitação da corrupção no meio político brasileiro.

1.5 A revista *Veja*

A revista *Veja*, um veículo de circulação nacional, possui uma grande tiragem (1.219.276 exemplares, conforme divulgação da edição de 19 de abril de 2006), capaz de atingir, portanto, uma parcela significativa da camada da população brasileira. Segundo *Hernandes (2004)*, os leitores da *Veja* possuem um grau de escolaridade acima da média nacional, um grupo que forma uma espécie de elite, considerando-se que o Brasil é um país de grande pobreza social e cultural. “*Veja* os influencia na tomada de decisões. Algumas podem parecer pequenas, como ver ou não o filme apontado como ‘imperdível’. Outras escolhas repercutem na maneira de toda uma nação projetar e construir sua história” (*HERNANDES, 2004, p. 14*).

Para a revista, em seu jargão, seus leitores estão na categoria de “formadores de opinião”; são pessoas que, no contexto em que vivem, influenciam outros cidadãos com sua visão de mundo.

A revista *Veja*, publicada pela Editora Abril, teve sua primeira edição, na época da ditadura, em 11 de setembro de 1968 nos moldes da publicação semanal norte americana *Time*, caracterizada por trazer notícias do país e do mundo organizadas em seções, cujas informações eram pesquisadas e checadas cuidadosamente.

A revista tem publicação semanal e apresenta assuntos variados, cujo objetivo é informar seu público sobre o que acontece no Brasil e no mundo. *Hernandes (2004)* afirma que, pelo fato de a revista ser de propriedade de uma dos maiores grupos de comunicação do Brasil, a Abril Cultural, que nunca fez segredo ou encobriu sua visão de mundo, não é uma conclusão apressada dizer que “Os valores que *Veja* defende e transmite são os capitalistas, neoliberais, apresentados pela revista por meio do eufemismo de livre iniciativa” (*HERNANDES, 2004, p. 14*). Trata-se do grande filtro que impõe o que entra ou não na publicação.

Desde seu primeiro editorial, a revista já tinha preocupação em informar ao leitor seu objetivo:

O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos

negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo da *Veja*. (*Veja*, 11-09-1968¹⁵)

Segundo Pichelli *et al.* (2006), podemos observar que, mesmo depois de tantos anos, *Veja* preocupa-se em informar a seu leitor que é imparcial, sua publicação é de caráter informativo e que seu principal objetivo é informar os leitores de todo o país.

Para os autores, *Veja* reflete, em cada texto produzido (do editorial à reportagem), que quer reforçar a sua suposta neutralidade. Acrescentam que os textos de *Veja* são sempre escritos em tom emocional, a partir de uma afirmação ou negação que, ao longo do texto, a revista demonstra e justifica para mostrar ao leitor sua “pureza” de propósitos e as suas intenções de lutar “pela liberdade de imprensa”, “objetividade e imparcialidade diante dos fatos”.

Bakhtin (1977, p. 36) afirma que “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência” e que as linguagens dão corpo material às ideologias. Na esteira desse autor, podemos perceber que os valores defendidos pela *Veja* só podem ser percebidos a partir de uma leitura reflexiva.

Fiorin (2000, p.41) afirma que todo discurso é “social”, “[...] é a materialização de formações ideológicas”, ou seja, da visão de mundo de uma determinada classe social. A cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, definida como “conjunto de temas e figuras que materializam uma determinada visão de mundo” (FIORIN, 2000, p. 61).

Para Hernandez (2004, p. 44 - 5): “O exercício da liberdade criadora, da manipulação consciente, é mais bem exercido na montagem do plano de expressão, quando se escolhem os tipos de linguagens e recursos (fotográficos, de ilustração, de tipo de letra, de diagramação entre outros) que vão interagir”.

Veja “justifica” diante de seus leitores o seu comportamento pretensamente neutro, ético e, acima de tudo, esclarece que é um veículo de comunicação que visa ao bem da sociedade brasileira. Quando começam as denúncias sobre o suposto esquema de corrupção, em 01/06/2005, no editorial, a revista justifica sua posição:

VEJA reafirma aqui que não escolhe suas reportagens investigativas com base em preferências partidárias ou ideológicas – e as publica porque a hipótese oposta, a de engavetá-las, seria eticamente intolerável. A revista não tem a intenção ou a vontade de que suas reportagens causem crises políticas ou

¹⁵ *Veja on-line*: [http:// veja.abril.com.br/numero1/index.html](http://veja.abril.com.br/numero1/index.html). Acesso em 25/04/2008.

desestabilizem governos democráticos. Como sempre fez em seus 37 anos de história, VEJA toma a decisão de publicar denúncias tendo como único objetivo servir a seus leitores e ao interesse público. (VEJA, 01-06-2005, p. 7)

Segundo Hernandez (2004), a revista tem suas reportagens selecionadas conforme os interesses de seu público alvo. Os editores apresentam sugestões “frias” e “quentes” (fria é aquela que não perde a atualidade facilmente). Os estoques frios cedem lugar para as notícias mais “quentes” (fatos considerados importantes que surgem de última hora).

Hernandes (2004, p. 178) considera que “*Veja* opina o tempo todo, mas, justamente em função da enorme quantidade de dados apurados, tenta fazer passar sua visão de mundo por uma interpretação irrefutável de uma realidade”. Do ponto de vista de Hernandez (2004,p. 179),

o texto da revista tenta compensar de a posição autoritária, de saber absoluto, com um tom didático, de pai pra filho, na relação com o leitor. Tudo é explicado em detalhes, com grande uso de figuras de linguagem, de expressões pitorescas. Percebe-se um trabalho esmerado de construção textual que se contrapõe ao que poderíamos chamar de estilo “telegráfico” dos jornais impressos.

As considerações desse autor vem ao encontro de alguns conceitos das teorias sócio-interacionistas, que, segundo Koch (1997, p. 7):

reconhecem a existência de um sujeito planejador/organizador que, sob influência de uma complexa rede de fatores, entre os quais a especificidade da situação, o jogo de imagens recíprocas, as crenças, convicções, atitudes dos interactantes, os conhecimentos (supostamente) partilhados, as expectativas mútuas, as normas do texto exige a realização de uma série de atividades cognitivo-discursivas que vão dotá-lo de certos elementos, propriedades ou marcas os quais, em seu inter-relacionamento, serão responsáveis pela produção de sentidos.

A edição final passa por um processo de seleção rigoroso, realizado em reuniões de editores, durante a semana, para julgarem o que sai e o que entra. Pode-se afirmar, segundo Hernandez (2004), que as reportagens de *Veja* são muito trabalhadas e controladas, um trabalho de diversas mãos. A capa é a última parte da edição a ser fechada, porque na capa investe-se o principal efeito de atualidade. As imagens que

ilustram cada reportagem também merecem igual atenção, pois elas constituem uma reafirmação do texto verbal; por isso o fotógrafo procura fotos que atendam às exigências do editor, que já tem o perfil do que quer para confirmar a parte verbal.

Veja busca apresentar seu ponto de vista, sua visão de mundo como verdade dos fatos, a realidade, como demonstra a fala de Victor Civita na edição comemorativa de 30 anos¹⁶ “informar os leitores corretamente, contar-lhes a verdade”, para confirmar esses fatos, e assumir sua “imparcialidade”, utilizam-se argumentos de autoridade, exemplos, opiniões de especialistas entre outros. Como podemos observar, a revista coloca-se como imparcial, no entanto as marcas linguísticas dos textos, a estruturação, a organização, seleção de reportagens apontam para o posicionamento de parcialidade. Foi o que constataram as pesquisas de Calves e Souza, comentadas na Introdução deste trabalho.

¹⁶ Informação retirada da coluna *Ponto de Vista*, assinada por Roberto Civita, p. 146, na edição especial de 30 anos, parte da *Veja* 1569, de outubro de 1998.

CAPÍTULO II - SEMÂNTICA E ARGUMENTAÇÃO: REFLEXÕES TEÓRICAS

2.1 Semântica, argumentação e texto argumentativo

A semântica argumentativa desenvolvida por Oswald Ducrot (1977, 1980, 1987)¹⁷ e Anscombre e Ducrot (1988), perpassada pela visão crítica de Eduardo Guimarães (1995, 2001), considerada neste trabalho como linha teórica que se inscreve no interior da pragmática, surge, para efeito de viabilização de nossa análise, como instrumental teórico mais adequado para possibilitar a “desconstrução” de significados e revelar aspectos menos visíveis, mas imprescindíveis para a compreensão de textos jornalísticos.

Percebemos que o percurso intelectual de Ducrot é construído por constantes retomadas e revisões teóricas. Até meados do século passado, os estudos semânticos, seguindo a tradição saussuriana, detinham-se no sentido literal, excluindo, assim, aspectos que eram vistos como extralingüísticos (nessa visão, destaca-se o filósofo da linguagem Frege). Nesse período, o não-dito, por exemplo, simplesmente não era considerado como passível de estudos lingüísticos. A significação construía-se na perspectiva referencial-veritativa. Aos poucos o referencial de língua incluiu elementos como a intenção do sujeito, relação sujeito língua (BENVENISTE, 1988, 1989) e ação entre sujeitos (estudos pragmáticos). A perspectiva passou a ser mais discursiva e menos referencial-veritativa.

Piccardi(1999) considera que, na década de 70, a partir dos estudos formalistas de Chomsky, ainda havia a tendência em fixar o foco de atenção na língua enquanto entidade abstrata e ideal. A significação era buscada em uma língua, cuja lógica se aparentava à lógica matemática e, portanto, era passível de ser explicada exclusivamente na e pela língua. Nesse período, o conceito de pressuposição linguística assemelhava-se ao conceito de implicação lógica. Havia influências de filósofos da linguagem, de concepções lógicas, como Frege.

Ducrot (1977, 1980) estudando a questão da pressuposição na língua, desde o início da década de 70 até meados da década de 80, reconhece as limitações de se

¹⁷ Nas Referências Bibliográficas estão relacionadas as obras de Ducrot, as quais sintetizam os esforços intelectuais do autor, que culminam no que o próprio autor chama de “teoria polifônica da enunciação”. Essa teoria, formulada primeiramente em artigo (“Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”), está publicada como último capítulo do livro *O dizer e o dito* (DUCROT, 1987, p. 161- 218)

considerar a pressuposição fortemente ligada à lógica. Sem deixar de atrelar-se ao estritamente linguístico, ele passa a considerar a pressuposição como de natureza discursiva. Assim, os estudos sobre pressuposição ampliaram-se, introduzindo o conceito de pressuposição pragmática, em que o conhecimento extra-linguístico partilhado pelos falantes no processo de interação verbal passa a ser reconhecido como inerente às possibilidades de apreensão dos significados. Dessa forma, é com Ducrot que o não-dito passa a fazer parte dos estudos linguísticos.

Deve-se ressaltar que o objetivo de Ducrot era introduzir na língua o fenômeno da pressuposição, mesmo reconhecendo o extra-linguístico. Anteriormente, segundo a dicotomia saussuriana, o fenômeno da pressuposição era relegado à fala, porém não existe um falar que se realize livremente e univocamente. Tal constatação leva Ducrot (1987) a esboçar o conceito de polifonia e a rever o conceito de pressuposição, desvinculando-o do conceito de ato ilocutório. O conceito de polifonia desnudou a ilusão da univocidade dos discursos, apontando o quanto os vários pontos de vista (muitas vezes antagônicos) influenciam e constroem a fala. Esses pontos de vista constituem os interdiscursos, dos quais o locutor retira os elementos que formarão sua fala aparentemente homogênea e individual.

Acreditamos que o valor da obra de Ducrot deve-se ao processo de abertura do linguístico para o extra-linguístico, embora o fixar-se no discurso em nenhum momento desvie Ducrot do estritamente linguístico. Ele enriquece a linguística por ampliar suas categorias. Com Anscombe (1995), Ducrot desenvolve o conceito de *topos*. Pode-se dizer, de maneira genérica, que o conceito de *topos*, ampliado do conceito de feixes de *topoi*, ainda em desenvolvimento, refere-se ao aglomerado linguístico de posições discursivas, as quais servem como fonte do falar individual.

Guimarães (1995) afirma que todo dizer é determinado sociopolítica e economicamente em certo tempo histórico. Esse ponto de vista é fundamental na análise de textos jornalísticos.

O postulado da unicidade do sujeito falante reinou na linguística e na teoria literária até que Bakhtin elaborasse seu conceito de polifonia, ao reconhecer que, na literatura, em especial na literatura popular, várias vozes falam simultaneamente.

Ducrot (1987, p. 182) defende a tese de que é “necessário distinguir entre os sujeitos pelo menos dois tipos de personagens, os enunciadores e os locutores”. Para ele, o locutor é o ser responsável pelo enunciado. O locutor pode ser distinto do autor empírico do enunciado (seu produtor), mesmo que ambos coincidam habitualmente no discurso oral. Os enunciadores são seres que se expressam na enunciação, sem que, para

tanto, lhes sejam atribuídas palavras precisas. Os enunciadores são distinguidos pela diferenciação de pontos de vista que permeiam o texto. A cada ponto de vista diverso corresponde um enunciador.

Enquanto o locutor é aquele que fala e que pode ser facilmente identificado como o responsável – ao menos imediatamente – pelo enunciado, o enunciador é a voz de um “ponto de vista”, de uma “perspectiva”, a perspectiva de uma posição ideológica que permite ao locutor falar:

Por definição, entendo por locutor, um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, a responsabilidade do enunciado. É a ele que se refere o pronome *eu* e as outras marcas da primeira pessoa. (DUCROT, 1987, p. 182)

O enunciador, por seu turno, deve ser entendido como “a pessoa de cujo ponto de vista são apresentados os acontecimentos” (DUCROT, 1987, p. 195). O locutor é quem fala; o enunciador é aquele “a partir de quem se vê”, interpelando o sujeito para que se coloque como locutor naquela posição. O enunciador deve ser concebido, na análise, como a perspectiva da qual o locutor enuncia. Nesse sentido, podemos ter locutores distintos enunciando sob a perspectiva de um único enunciador. Por outro lado, o mesmo locutor pode mover-se entre dois ou mais enunciadores. Em um exercício de argumentação, esse movimento do locutor entre diversas perspectivas pode ficar claro ou ocultar-se, conforme os recursos empregados. Assim, Ducrot (1987) acrescentou ao enunciado uma definição de voz discursiva que se relaciona com as formações ideológicas.

Os enunciadores são, em última instância, a manifestação de pontos de vista a partir dos quais o sujeito reconhece o que pode e deve ser dito – por meio das formações ideológicas –, reconhece e constrói as formações discursivas. Como resume Ducrot (1987, p. 217), “o locutor faz de sua enunciação uma espécie de representação, em que a fala é dada a diferentes personagens, os enunciadores”, alargando-se “a noção de ato de linguagem”.

Os pontos de vista nem sempre são apreendidos em uma leitura inicial, porque não são explicitados como postos, e sim como pressupostos ou subentendidos. São vislumbrados por pistas que o locutor deixa na superfície discursiva, que vão permitir uma interpretação mais aprofundada. Uma mudança súbita de tempo verbal, a

presença de certo advérbio ou ainda o uso de operadores argumentativos, por exemplo, podem constituir marcas textuais que servem de pistas à apreensão dos diferentes enunciadores.

Para este trabalho, pressuposto será considerado como uma decorrência do entendimento literal do enunciado, em estreita conexão com as construções sintáticas gerais. O pressuposto apresenta-se como uma evidência, um quadro incontestável no interior do qual a conversação deve inscrever-se, isto é, como um elemento do discurso. Locutor e interlocutor não podem deixar de aceitá-lo.

Já o subentendido é, para Ducrot (1987), um processo interpretativo, diz respeito à decifração do sentido colocado de tal forma que o interlocutor deve exercer um ato de raciocínio para captá-lo. O subentendido permite acrescentar algo sem o dizer. Trata-se de um importante recurso de que a linguagem jornalística se utiliza para obter os efeitos de sentido desejados. Segundo Piccardi (1999), o discurso jornalístico, em meio aos interdiscursos que o perpassam, consolida ou cria pressupostos necessários para que ocorra a interlocução. Construindo o quadro geral, articula locutor e enunciadores para acrescentar ao discurso o que não pode ser dito, tecendo os subentendidos. Dessa articulação global, o discurso político cria as significações de que necessita. Para Ducrot (1987, p. 33), “a oposição pressuposto-subentendido reproduziria a distinção dos níveis semânticos, o da significação (frase) e o do sentido (enunciado): pressuposto e subentendido se opõem pelo fato de não terem sua origem no mesmo momento de interpretação”.

Anscombe e Ducrot (1988) desenvolvem uma linha de pesquisa que diz respeito às relações entre os níveis sintáticos, semântico e pragmático. Essa linha inclui a noção de argumentação no nível semântico (uma semântica independente da lógica vericondicional), o que é de muito valor para este trabalho. Esses autores introduzem na língua a noção de argumentação como um traço constitutivo de numerosos enunciados e a necessidade de, ao se descrever um enunciado dessa classe, dizer que orientação ele traz – ou ainda –, num sentido mais restrito, em favor de que ele pode ser argumento.

Segundo a teoria da argumentação, os encadeamentos argumentativos dependem da estrutura linguística dos enunciados e não apenas da informação que veiculam. Um determinado enunciado está “destinado” a admitir outros de *certo tipo*, e não de outro. Segundo Anscombe e Ducrot (1983, p. 8), “um locutor faz uma argumentação quando apresenta um enunciado E1 (ou um conjunto de enunciados) destinado a fazer um outro (ou um conjunto de outros) E2”, de modo que existem coerções na língua que regem esta apresentação.

Algumas categorias linguísticas, em particular os operadores argumentativos, estruturas afirmativas/negativas, certos advérbios e interjeições, teriam implicada certa direção que a interpretação deve seguir. Haveria uma certa obrigatoriedade interpretativa autorizada no próprio interior do código linguístico. A direção argumentativa libera estratégias argumentativas discretas que, conforme Maingueneau (1993, p.160), “longe de serem superpostas às estruturas, estas estratégias só se manifestam à medida que a própria organização da língua é condicionada por esta necessidade de agir sobre outrem”.

Ducrot (1981), para definir o conceito de escala argumentativa, refere-se às várias gradações que determinado enunciado pode assumir quanto à sua eficácia argumentativa, ligada ao efeito de sentido que pretende ser instalado. Dessa forma, se se disser, por exemplo, “quase 100%” e não “mais de 90%”, ou “um pouco menos de 100%”, isso equivale a impor uma certa interpretação que varia de maneira significativa em relação a outras interpretações, mesmo que se tenha em vista que, em uma análise meramente vericondicional, a diferença entre “pouco menos de 100%” e “mais de 90%” não pareça significativa.

2.2 Concepção de texto argumentativo, argumento e argumentação

Segundo Fiorin (2004, p. 52),

A finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite.

Até meados da década de 70, a Linguística Textual, em face do conceito de texto – unidade linguística hierarquicamente mais elevada que a frase –, preocupou-se basicamente com o estudo dos mecanismos interfrásticos. Nesse período, a maioria dos linguistas dedicou-se à abordagem do processo de construção de textos, tendo como objeto de estudo a coesão e a coerência.

Na década seguinte, deu-se ênfase à ampliação do conceito de coerência que deixou de se constituir como mera qualidade do texto para ser um fenômeno que se construía, numa situação de interação, entre o texto e os usuários dele, conforme fatores de ordem linguística, cognitiva, sociocultural e interacional. No Brasil, nos anos 80,

iniciaram-se os primeiros estudos da Linguística Textual, com o objetivo de investigar o texto e os fatores que envolviam sua elaboração, sua produção e sua recepção.

Segundo Parreira (2006), no início dos anos 90, surgem os estudos de Van Dijk e Kintsh (1983), trazendo forte tendência sociocognitivista, enfatizando os processos de organização global dos textos. Os estudos que envolviam questões de ordem sociocognitiva e interacional também se destacaram nessa época, além dos estudos do texto falado.

A Linguística Textual já percorreu um longo caminho. Segundo Koch (2004), suas investigações são contribuições para que se conheça melhor como acontece a produção textual do sentido. Ela considera que a Linguística Textual, à medida que busca compreender e explicar o texto, vem tornando-se um domínio multi e transdisciplinar. Para a autora, é o resultado de um complexo processo de interação social e também de construção social de sujeitos, de conhecimento e de linguagem.

Para esta pesquisa, torna-se relevante a concepção de linguagem como processo de interação que produz efeitos de sentido entre os interlocutores, já que os textos que constituem o *corpus* são jornalísticos de cunho político e enquadram-se no tipo argumentativo que, por sua vez, procura, marcadamente, persuadir o leitor, ou convencê-lo de uma “verdade”, levá-lo à conclusão X e não Y.

Koch (1996) defende a proposta de que o ato linguístico fundamental é o ato de argumentar, isto é, comunicar não é agir na explicitude linguística, mas sim montar um discurso envolvendo as intenções em modos de dizer, cuja ação discursiva realiza-se nos diversos atos argumentativos, construídos no falar, dizer e mostrar. Dessa forma, o ato de argumentar é visto como o ato de persuadir que “procura atingir a vontade”, envolvendo a subjetividade, os sentimentos, a temporalidade, buscando adesão e não criando certezas.

o **ato de argumentar**, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a **todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia**, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade. (KOCH, 1996, p. 19).

Na Semântica Argumentativa, segundo Guimarães (1995), a argumentação é vista como a relação de sentidos na linguagem e essa relação orienta para uma interpretação em uma enunciação particular.

Ilari e Geraldi (1992, p, 83) afirmam:

Mas é claro que recorrendo à semântica argumentativa, somos obrigados a encarar a linguagem humana de um modo peculiar: as línguas historicamente conhecidas são como são porque, no âmbito de uma comunidade lingüística, servem a propósitos de envolvimento e pressão: a linguagem em última análise, é instrumento não informativo mas político.

Ducrot (1981) considera que a marca da relação argumentativa encontra-se na própria estrutura semântica: na língua, existem formas que, ao serem usadas, marcam a própria enunciação do enunciado. Na verdade, o autor e a semântica argumentativa tratam das relações argumentativas, mostrando que um argumento que tem como objetivo levar a uma conclusão realiza-se por meio do uso de formas linguísticas que levam os argumentos a terem uma relação de menor ou maior força para uma determinada conclusão.

Segundo Ducrot, (1989, p. 18-9),

um morfema **X** é operador argumentativo, em relação a uma frase **P** se três condições forem preenchidas: 1) a primeira delas é que pode-se construir a partir de **P** uma frase **P'** pela introdução de **X** em **P**, ou seja, $P' = P + X$. Deve-se entender que a introdução de **X** pode fazer-se não somente por adição, mas também por uma substituição acompanhada, eventualmente, de certas modificações; 2) a segunda condição é que em uma situação de discurso determinada, um enunciado de **P** e um de **P'** tem valores argumentativos nitidamente diferentes: não se pode argumentar da mesma maneira a partir de um e a partir de outro; 3) esta diferença argumentativa não pode ser derivada de uma diferença factual entre as informações fornecidas, na situação de discurso considerada, pelos enunciados de **P** e de **P'**. Ter-se-á notado que esta terceira condição liga a aplicação da definição às possibilidades de derivação que a lingüística dá a si mesma.

Tomemos como exemplo o caso de “pouco” e “um pouco”. No enunciado “Pedro trabalhou um pouco”, pode-se substituir “um pouco” por “pouco” e construir uma frase **P'**; “Pedro trabalhou pouco”. É necessário dizer que **X** é operador argumentativo se um enunciado de **P** e um enunciado de **P'** permitem conclusões

diferentes, porém as conclusões podem ser idênticas porque tudo depende do que se considera a melhor razão para o êxito. Se o pensamento for de que o trabalho leva ao êxito, toma-se **P** como argumento. Se for de que o trabalho leva ao fracasso porque cansa e irrita, o argumento será **P'**.

Pode-se concluir que duas idéias essenciais sustentam a teoria da argumentação na língua na sua forma atual, segundo a concepção de Ducrot e Anscombe:

De um lado a idéia de um valor argumentativo situado a um nível semântico mais profundo que o ato de argumentação; de outro lado a idéia de que este valor está fundamentado na mobilização de *topoi* graduais suscetíveis de receber duas formas tópicas recíprocas. (DUCROT, 1989, p. 345)

Ducrot (1989) desenvolve o conceito de *topos*¹⁸ proposto por Aristóteles, na tentativa de fornecer condições de explicar os sentidos dos enunciados. Conclui que todo ato de argumentação e toda orientação argumentativa de um elemento semântico implicam que sejam convocados *topoi* graduais e que não se pode utilizar uma língua, à medida que ela comporta operadores argumentativos, se não se pressupõe *topoi*. Pelo exposto, a argumentação consiste em reforçar a intensidade da adesão. Por isso deve-se recorrer à noção de *lugares* ou *topoi argumentativos*, proposta por Aristóteles. Os “lugares podem ser definidos como depósitos de argumentos”.

Segundo Fiorin e Savioli (1996, p. 284), argumento, em sentido lato:

vem do latim *argumentum*, que tem como tema *argu*, cujo sentido primeiro é ‘fazer brilhar’, ‘iluminar’. É o mesmo tema que aparece nas palavras *argênteo*, *argúcia*, *arguto* etc. Pela sua origem, podemos dizer que argumento é tudo aquilo que faz brilhar, cintilar uma idéia. Assim, chamamos argumento a todo procedimento lingüístico que visa a persuadir, a fazer o receptor aceitar o que lhe foi comunicado, a levá-lo a crer no que foi dito e a fazer o que foi proposto.

Rey (*apud* CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 57) considera que

¹⁸ A palavra *topos* (plural, *topoi*) foi emprestada do grego. Ela corresponde ao latim *locus communis*, de que resultou *lugar comum*.

a palavra “argumento” somente tornou-se corrente no século XIX, “com aplicações particulares na publicidade e nas vendas” (1998): artigo “Argumento”. É utilizada em três domínios, com acepções diferentes. Em *lógica*, corresponde a um termo designativo; em *literatura*, a um discurso que resume um outro discurso; em *retórica argumentativa*, define-se como um enunciado que legitima uma conclusão.

Considerando esse sentido, pode-se dizer que todo texto é argumentativo, pois, de certa maneira, todos os textos são persuasivos. Há textos explicitamente persuasivos, como os publicitários, que usam mais a argumentação em sentido lato, e outros que se colocam como discursos de busca de comunicação do conhecimento científico, mais comprometidos com raciocínios lógicos em sentido estrito.

A argumentação considerada em sentido mais amplo ou mais restrito, quando bem estruturada, dá consistência ao texto, produzindo sensação de realidade ou impressão de verdade. Assim, “orientar argumentativamente com um enunciado X é apresentar conteúdo A como devendo conduzir o interlocutor a concluir C (também conteúdo)” (GUIMARÃES, 2001, p. 25), ou seja: dar A como uma razão para crer em C, levar o interlocutor a acreditar que o texto está falando de coisas reais ou verdadeiras.

Em textos jornalísticos, a justaposição de citações diretas e indiretas é muito comum. Há construção de parágrafos que tem como suporte unicamente a fala do outro, por meio de discursos direto e indireto, dando a impressão de que o jornalista se priva de sua voz, transformando-se em um simples articulador do texto. A inserção da voz do outro costuma obedecer à sequência X + verbo *dicendi*¹⁹ + indicação (nome, atividade/função e instituição a que está vinculado).

Sob um véu de neutralidade, os verbos *dicendi* atuam como um importante mecanismo de interferência do “eu” no discurso do “outro”. Segundo Marcuschi (1991, p. 75) “... apresentar ou citar o pensamento de alguém implica, além de uma oferta de informação, também uma certa tomada de posição diante do exposto”.

A seleção dos depoimentos, sua organização dentro do texto e, em especial, a escolha de um ou de outro verbo *dicendi* para introduzir a voz do “outro” dão margem à geração de diferentes efeitos de sentido. Assim, mesmo quando parte da voz do

¹⁹ Os verbos *dicendi* ou de elocução, cuja principal função é indicar o interlocutor que está com a palavra, pertencem, *grosso modo*, a oito áreas semânticas, cada uma das quais inclui vários de sentido geral e muitos de sentido específico: a) de dizer (afirmar, declarar); b) de perguntar (indagar, interrogar); c) de responder (retrucar, replicar); d) de contestar (negar, objetar); e) de exclamar (gritar, bradar); f) de pedir (solicitar, rogar); g) de exortar (animar, aconselhar); h) de ordenar (mandar, determinar). A esse respeito consultar (Garcia, O. M. *Comunicação em prosa moderna*: aprender a escrever, aprendendo a pensar. 6.ed. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997)

“outro” para construir sua própria voz, a função do jornalista como sujeito do discurso é preservada.

Para Koch (1996), a enunciação faz-se presente no enunciado por meio de uma série de marcas linguísticas. É por meio dessas marcas que se poderá chegar à macrossintaxe do discurso, o que constitui o objeto da Semântica Argumentativa. Dentre as relações que se estabelecem entre o texto e o evento que constitui a sua enunciação, podemos destacar o papel dos operadores argumentativos, responsáveis pelo encadeamento dos enunciados, estruturando-os em textos e determinando a sua orientação argumentativa. A autora ressalta que as estratégias argumentativas tem por finalidade conduzir a uma conclusão em direção à opinião expressa: elas determinam a orientação argumentativa do enunciado.

Quando lemos artigos de jornais e revistas que defendem certas teses, estamos diante da formação de pontos de vista, visões de mundo, que tem o objetivo de influenciar as ideias, opiniões, princípios das pessoas; de definir ou redefinir posições; de formar ou reformar atitudes. Em qualquer dos casos, busca-se efetivamente o convencimento.

Na argumentação, além de expressarmos o que sabemos ou acreditamos saber a respeito de determinado assunto, também procuramos formar a opinião do leitor/ouvinte, tentando convencê-lo, persuadi-lo de que temos a “razão”, de que somos possuidores da verdade.

Dessa forma, persuadir é o ato de influenciar uma pessoa, tendo como objetivo operar a transferência de um ponto de vista, de uma opinião, impondo por meio da razão, da emoção ou da imaginação. Esse ato de influenciar também informa, não como uma opinião neutra, mas provocando uma adesão.

Devemos considerar que

as relações lógicas são procedimentos linguísticos de articulação diferentes da argumentação propriamente dita, que é eminentemente discursiva (senão exclusivamente). Quando usamos um articulador causal (porque, por exemplo), produz-se uma *relação lógica* de causalidade, “visível” (explícita) no enunciado porque se trata de um procedimento linguístico. No âmbito do discurso e da textualidade, a relação de causalidade estende-se ao que está implícito, seja no sentido, seja na distribuição das proposições que se coordenam, seja nos itens lexicais escolhidos ou mesmo no conhecimento de mundo e nas relações naturais. “Argumentar não é, portanto, persuadir.

Argumentar é o próprio processo de chegar a uma conclusão; persuadir é fazer que os outros aceitem.”²⁰.

Koch (1996) afirma que, no processo de interação, o locutor procura a adesão de seu interlocutor. Para a autora, os operadores argumentativos tem por função estruturar os enunciados em textos, orientando o sentido dos textos em uma dada direção.

Assim, a escolha de determinados operadores é crucial para que se atinja o efeito desejado, pois a seleção das estratégias é delimitada pelo que impõe a situação discursiva da qual fazem parte os interlocutores nela envolvidos. Cabe ainda lembrar que a utilização de um determinado operador deve levar em conta sua força argumentativa conforme a finalidade a que se propõe o texto.

2.3 Operadores argumentativos na construção do processo argumentativo

Quando o locutor, dentro de um determinado contexto, deseja persuadir ou convencer o seu interlocutor, por meio de um enunciado, lança mão de mecanismos argumentativos, responsáveis pela orientação argumentativa do texto, que assumem a função de levar o interlocutor a chegar a uma possível conclusão.

Segundo Koch (2007, p. 29):

Quando interagimos através da linguagem (quando nos propomos a jogar o ‘jogo’), temos sempre objetivos, fins a serem atingidos; há relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos ver desencadeados, isto é pretendemos atuar sobre o(s) outros de determinada maneira obter dele(s) determinadas reações (verbais ou não verbais). É por isso que se pode afirmar que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo: pretendemos orientar os enunciados que produzimos no sentido de determinadas conclusões (com exclusão de outras). Em outras palavras dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa.

Pensar nesses mecanismos é pensar em argumentos reais e concretos que atribuem força argumentativa a um enunciado. Tais mecanismos são denominados

²⁰ Consideração tecida pela Prof.^a Dr.^a Marlene Durigan, durante o Exame de Qualificação desta dissertação, realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS - Três Lagoas), em 22-08-2008.

operadores argumentativos segundo a teoria da Argumentação. Ducrot cunhou o termo operador argumentativo para designar que certos elementos de uma língua orientam argumentativamente os enunciados. Dentro dessa perspectiva, há um argumento mais forte de uma escala argumentativa que vai se sobrepor aos outros argumentos ali existentes. (ANSCOMBRE e DUCROT, 1983, P. 105).

Esses elementos podem estar em um mesmo nível com o mesmo peso, denominados Classe Argumentativa. Uma classe argumentativa é constituída de um conjunto de enunciados que podem igualmente servir de argumento para uma mesma conclusão (a que, por convenção, se denomina *R*). Todos os elementos tem o mesmo peso para levar o alocutário a concluir *R*. Ou em nível de força crescente denominados Escala Argumentativa. Tem-se uma escala argumentativa quando dois ou mais enunciados de uma frase se apresentam em gradação de força crescente no sentido de uma mesma conclusão.

Koch (2007, p. 30) exemplifica a classe argumentativa expondo:

1. João é o melhor candidato. (conclusão *R*)
 - arg. 1 – tem boa formação em Economia.
 - arg. 2. tem experiência no cargo
 - arg. 3. não se envolve em negociatas.

Na sequência acima, todos os argumentos tem o mesmo peso para levar o alocutário a concluir *R*.

Como exemplo de escala argumentativa (KOCH, 2007, p. 30-31), temos:

2. A apresentação foi coroada de sucesso (conclusão *R*)
 - arg. 1 – estiveram presentes personalidades do mundo artístico.
 - arg. 2 – estiveram presentes pessoas influentes nos meios políticos.
 - arg. 3 – esteve presente o Presidente da República. (argumento mais forte)

Em geral, os operadores argumentativos fazem parte da gramática da língua, e figuram como elementos de relação que pertencem a classes argumentativas invariáveis (conjunções, advérbios, preposições, locuções conjuntivas, adverbiais, prepositivas). Além desses, há palavras que a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) não inclui nas classes gramaticais e, por isso, foram classificadas à parte; na maioria das gramáticas são palavras denotadoras de inclusão (até, somente, mesmo, também, inclusive); de exclusão (só, somente, apenas, senão); de retificação (aliás, ou

melhor, isto é). Essas palavras, segundo Koch (2007), são responsáveis, em grande parte, pela força argumentativa dos enunciados.

Koch (1996) distingue dois tipos de elementos de conexão interfrástica: os do tipo lógico e os do tipo discursivo. Os do tipo lógico tem a função de apontar o tipo de relação que o locutor estabelece entre o conteúdo de proposições em um único enunciado. Os do tipo discursivo são denominados operadores de discurso por estruturarem os enunciados dos textos por meio de encadeamentos sucessivos. A autora defende que esses conectores dividem-se em operadores argumentativos e operadores de sequencialização.

Para Koch (1996), os operadores de sequencialização exercem duas funções: a) ordenar os estados das coisas a que se referem, a partir da sequencialidade temporal, como *antes, depois, primeiro, enquanto, por fim* etc.; b) assinalar a ordem dos assuntos abordados no texto, estabelecendo a sequencialidade textual. Já os operadores argumentativos, como afirma a autora, são os responsáveis pela orientação discursiva dos enunciados que encadeiam.

Embora os operadores de sequencialização não sejam objeto de nossa pesquisa, citamos como exemplo o fragmento a seguir:

- (1) “O pedido de abertura foi apresentado por PPS, PV e PDT, **depois que** ocorreu a suspeita de que petistas e tucanos fizeram acordo para que a CPI dos Correios acabasse em pizza.” (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

Antunes (2005) considera conexão o recurso coesivo que se realiza pelo uso dos conectores, cuja finalidade é promover a sequencialização de diferentes partes do texto. No entanto, a conexão diferencia-se dos demais recursos coesivos por envolver um tipo específico de ligação, isto é, só acontece em determinados pontos e na dependência de certas condições sintáticas.

Como já foi dito, além das conjunções e locuções conjuntivas (elementos tradicionais de coesão), a conexão também se efetua por meio de alguns advérbios, locuções adverbiais, preposições e locuções prepositivas.

Enquanto as gramáticas tradicionais tratam os conectores, em geral, sob um olhar apenas classificatório, a função de unir termos de uma ou mais orações e dar pouco destaque à ligação entre períodos, entre parágrafos e a blocos maiores do texto, Antunes (2005, p. 141) propõe uma ampliação do âmbito da conexão “para incluir não apenas nexos que se estabelecem entre termos de uma oração ou entre orações, mas

também aqueles que ocorrem entre períodos, entre parágrafos e até blocos maiores do texto” e atribui a esses blocos o termo genérico de “segmentos”.

As gramáticas e os livros didáticos apresentam exercícios tão artificiais, que o uso das conjunções até parece não ser algo comum nos usos reais da linguagem cotidiana, “sua função na organização dos textos e na condução de sua orientação argumentativa” (ANTUNES, 2005, p. 143). Antunes ressalta a falta de perspectiva da textualidade no estudo desses conectores e a dificuldade de algumas pessoas em usar o conector adequado para expressar o valor semântico pretendido. Além disso, considera relevante reconhecer que esses elementos também tem a função de indicar a orientação discursivo-argumentativa que o produtor pretende emprestar a seu texto.

Para Antunes (2005, p.144), “os conectores são uma espécie de sinal, de marca que vai orientando o interlocutor acerca da direção pretendida. Funcionam, então, como *marcadores*, que especificam, que sinalizam a relação semântica criada”. Os marcadores são fundamentais para produção ou entendimento de um texto e podem estar explícitos ou subentendidos na superfície textual.

A autora cita dois pontos fundamentais das novas perspectivas para o estudo dos conectores na atividade de produção e recepção do texto: 1) entender a função dos conectores como elementos de ligação de subpartes do texto; 2) entender esses conectores como elementos indicadores de relação de sentido e de orientações argumentativas pensadas para o texto.

A seguir, organizamos um elenco de operadores argumentativos, valendo-nos do que propõem alguns pesquisadores²¹, que, em seus estudos, elencaram operadores argumentativos e suas funções básicas. Para eles, os operadores argumentativos que servem para orientar o discurso, conforme a relação que estabelecem, dividem-se em:

a) **Operadores que estabelecem relação de causalidade (*p* porque *q*):** a relação lógico-semântica de causalidade é estabelecida sempre que o segmento expressa a causa da consequência indicada em outro segmento, (oração, período). Essa relação é estabelecida sempre que o segmento expressa a causa da consequência indicada em outro segmento. Segundo Koch (1991, p.62), “(*p* porque *q*) expressa-se pela conexão de duas orações, uma das quais encerra a *causa* e que acarreta a consequência contida na outra.” Tal relação se manifesta lingüisticamente pelas expressões: **porque, uma vez que, visto que, já que, dado que, como.**

²¹ Koch (1996, p. 104-110; 2007, p. 30-43); Antunes (2005, p. 145-163) e Guimarães (2001, p. 35-186).

- (2) “O deputado jura que deixou o cargo porque discordou do número excessivo de medidas provisórias, o que não deixava de ser curioso...”²² (Texto 1 – Edição nº 22 – 01-06-2005)

b) Operadores que estabelecem relação de condicionalidade: a relação de condicionalidade estabelece-se quando um segmento expressa a condição de um outro, de forma que se um é verdadeiro o outro também será. Embora de forma hipotética esse tipo de relação sempre implica um valor de causa. A relação lógico-semântica de condicionalidade implica sempre a admissão de uma possível causa para uma consequência identificada, ou seja, há uma implicação entre um antecedente e um conseqüente. Essa relação é sinalizada pelos operadores: **se, caso, sem que, desde que, contanto que, a menos que, salvo, exceto se**. “O que se afirma nesse tipo de relação é que, sendo o antecedente verdadeiro, o conseqüente também o será (se *p* então *q*)”, (KOCH, 1991, p. 62), Esse tipo de relação sempre implica valor de causa, embora de forma hipotética:

- (3) “É possível que a compra de deputados, se vier a se confirmar, seja uma expressão pecuniária do desprezo que o PT nutre pelo parlamento.” (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

c) Operadores que estabelecem relação de temporalidade: a relação de temporalidade expressa o tempo a partir do qual são localizadas as ações ou os eventos em foco, podendo envolver o tempo anterior, tempo posterior, tempo simultâneo, tempo habitual, tempo proporcional. Os segmentos que sinalizam essa relação são iniciados pelos conectores: **quando, enquanto, apenas, mal, antes que, depois que, sempre que, logo que, assim que, até que, desde que, todas as vezes que, cada vez que**.

Segundo Antunes (2005), o encadeamento temporal pode expressar: a) a ordem temporal que o enunciador percebeu para os acontecimentos (coerência entre o texto e os fatos da realidade – sequência temporal); b) a ordem temporal em que as coisas aparecerão em determinado texto (coerência interna ao texto – sequência textual).

Na *sequência temporal* que segue, observa-se que essa relação articula, une, enlaça dois blocos do texto, observando a coerência entre o texto e os fatos da realidade:

²² Alguns exemplos citados foram escolhidos dos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa (sugestão da Prof.^a Dr.^a Celina A. G. S. Nascimento, durante o exame de qualificação); outros são de Antunes (2005) e Koch (1996/2007).

- (4) “**Nas últimas quatro semanas**, VEJA conversou com 29 autoridades para responder à pergunta primordial do escândalo atual: Lula sabia?” (Texto 4 – Edição nº 29 – 01-07-2005)

No exemplo de *sequência textual* que segue, o encadeamento está relacionado com a coerência interna do texto, pois se aplica à ordem em que os tópicos ou subtópicos vão aparecer no texto:

Todos os fatos relacionados à coerência textual são extremamente interligados. Procuramos, porém dividir o assunto nas seguintes seções: **em primeiro lugar**, mostraremos o que se tem entendido por coerência [...]; em **segundo lugar**, examinaremos alguns aspectos relevantes da relação entre coerência, competência textual e lingüística [...]; em quarto lugar, tentaremos mostrar de que depende a coerência; e **finalmente**, na conclusão, (...) faremos menção a alguns aspectos fundamentais quanto à utilização da noção de coerência no ensino de língua materna. (KOCH & TRAVÁGLIA, 1993, p.7-8 *apud*. ANTUNES, 2005, p. 149)

Essas articulações temporais e textuais são importantes elementos estruturadores do texto, à medida que orientam o leitor ou ouvinte no espaço textual, facilitando o processamento global dos sentidos em questão.

d) **Operadores que estabelecem relação de finalidade**: a relação de finalidade manifesta-se quando um dos segmentos explicita o propósito ou objetivo expresso pelo outro. Essa relação é sinalizada pelos conectores: **para que, para, a fim de que**.

- (5) “O fato é que depois de ouvir tudo o que Jefferson tinha a dizer, Aldo Rebelo e José Dirceu imploraram ao deputado **para** que retirasse sua assinatura da CPI ...” (Texto 1 – Edição nº 22 – 01-06-2005)

e) **Operadores que estabelecem relação de alternância**: essa relação pode ocorrer de duas maneiras diferentes.

e.1.) **exclusiva**: os elementos em alternância se excluem mutuamente, isto é, “somente uma das proposições é verdadeira, nunca ambas”– (*p* diferente de *q*).

- (6) “Jefferson contou que a bancada do seu honrado PTB chegou a votar – votar! – se queria **ou** não receber o mensalão de 30 000 reais. (Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)

e.2.) **inclusiva**: os elementos envolvidos não se excluem, somam-se; a relação é verdadeira se uma das proposições ou ambas forem verdadeiras – “*p* v *q* (em

que p, q = proposições lógicas; v = disjunção inclusiva)”: **ou, ou ... ou, quer... quer, seja...seja, ou então**).

- (7) “[...] agora ninguém sabe igualmente quais foram os argumentos políticos **ou** ideológicos que convenceram Jefferson a retirar o apoio do PTB à CPI” (Texto 1 – Edição nº 22 – 01-06-2005)

f) **Operadores que estabelecem relação de conformidade**: a relação de conformidade é estabelecida quando um segmento expressa que algo foi realizado da maneira como foi pontuado em outro. Os conectores que sinalizam essa relação são: **conforme, como, consoante, segundo**.

- (8) “Depois de eles falharem em evitar sua instalação, a tática agora parece ser impedir que ela funcione de modo ‘minimamente competente’ – que, **como** se sabe, é aquele modo que pode pegar Silvinho e Delúbio.” (Texto 1 – Edição nº 22 – 01-06-2005)

g) **Operadores que estabelecem relação de complementação**: essa relação ocorre quando um segmento funciona como termo complementar de outro – abrange todas as chamadas orações subordinadas substantivas da classificação tradicional (KOCH, 1996), vem sinalizada por conectores como **que, se, como**.

No exemplo que segue, o segmento em itálico funciona como complemento do verbo da oração anterior:

- (9) “Os tucanos alegaram *que Perillo não deveria jogar lenha na fogueira, aprofundar a crise ainda mais*, e comprometendo mortalmente a imagem do presidente Lula.” (Texto 4 – Edição nº 29 – 01-07-2005)

Na sequência, temos o exemplo em que o segmento em itálico constitui uma espécie de aposto em relação ao que é afirmado antes:

- (10) “Lula sentou-se entre Marisa e o deputado Paulo Rocha, do PT do Pará, para quem, já servida a sobremesa, se virou para fazer uma pergunta: *queria saber se Paulo Rocha já ouvira falar de mesada a parlamentares*.” (Texto 4 – Edição nº 29 – 01-07-2005)

h) **Operadores que estabelecem relação de delimitação ou restrição**: essa relação é sinalizada pelo *pronome relativo* e manifesta-se quando uma oração delimita ou restringe o conteúdo da outra.

- (11) “Falaram da crise, claro. A avaliação do presidente: é correto lutar para tentar evitar a instalação de CPIs **que** incomodam o governo.” (Texto 1 – Edição nº 22 – 01-06-2005)

i) **Operadores que estabelecem relação de adição:** essa relação acontece quando mais de um item é introduzido num conjunto ou, do ponto de vista argumentativo, quando mais de um argumento é acrescentado a favor de uma determinada conclusão, isto é, argumentos que fazem parte de uma mesma classe argumentativa (a verdade de um não exclui a verdade de outro).

Neste trabalho, optamos por separar a “adição” em dois blocos ²³:

1) A adição propriamente dita estabelecida por operadores que somam argumentos de mesmo valor argumentativo a favor de uma conclusão, ou seja, argumentos que fazem parte de uma mesma escala argumentativa. Opera por expressões como: **e, ainda, também, mas também, não só... mas também, além de, nem (=e não), tanto ... como, além disso, a par de...** (a expressão **além do mais**, em geral, introduz um argumento decisivo).

- (12) “**Além do** escândalo do mensalão, o governo Lula, agora que tenta inaugurar uma nova fase, **também** terá de lidar com a suspeita crescente de que permitia que os aliados se locupletassem em cargos públicos.” (Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)

2) A adição por força argumentativa, que é estabelecida por operadores que assinalam o argumento mais forte de uma escala no sentido de determinada conclusão. As expressões **até mesmo, mesmo, até** aparecem, de algum modo, relacionando enunciados, constituindo seus conteúdos como argumentos de uma mesma classe argumentativa. Assim, esses operadores estabelecem a hierarquia dos elementos numa escala. Portanto, as expressões **até mesmo, mesmo, até**, em sequência do tipo X, mesmo Y os conteúdos A e B são argumentos de uma escala argumentativa, e B é argumento mais forte que A para a mesma conclusão.

- (13) “No olho do furacão, às vésperas de seu duelo com Roberto Jefferson, o ex-ministro José Dirceu manda recados ameaçadores, **inclusive** a Lula, para evitar que sua cabeça seja dada como prêmio à oposição.” (Texto 5 – Edição nº 31 – 03-08-2005)

²³ Sugestão da Prof. ^a Dr. ^a Marlene Durigan, durante o exame de qualificação. A professora sugeriu a leitura de Neves (2000).

Outros operadores aditivos assinalam o argumento mais fraco (**ao menos, pelo menos, no mínimo**), deixando, porém, pressuposto que existem outros mais fortes.

- (14) “Terá o PT degenerado numa máquina gluttona que corrompe **até** seus militantes mais antigos?” (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

Assim exemplifica Koch (1996, p. 105):

R = Pedro é um político ambicioso. Ele quer ser **até** presidente.

R = O rapaz era dotado de grandes ambições. Pensava em ser **no mínimo** prefeito da cidade onde nascera.

No primeiro exemplo temos o operador **até**, que assinala o argumento com maior força da escala argumentativa para a conclusão **R**. No segundo temos o contrário: o operador **no mínimo**, que assinala o argumento com menor força da escala argumentativa para a conclusão **R**.

Os operadores **aliás** e **além do mais** também introduzem um argumento adicional a um conjunto de argumentos já enunciados, mas de maneira sub-reptícia, isto é, ele é apresentado com se fosse desnecessário, quando, na verdade, é por meio dele que se introduz um argumento decisivo, resumindo ou coroando todos os demais argumentos, justamente para dar o golpe final (“retórica do camelô”, no dizer de Ducrot, 1980). João é o melhor candidato. “Além de ter boa formação em Economia, tem experiência no cargo e não se envolve em negociatas. **Aliás**, é o único candidato que tem bons antecedentes.” (KOCH, 2007, p.34).

- (15) “Nos últimos dias, porém, Dirceu tem dito a interlocutores que suas relações com Delúbio não eram boas como se apregoa. **Aliás** seriam até muito ruins.” (Texto 5 – Edição nº 31 – 03-08-2005)

j) **Operadores que estabelecem relação de oposição**: esses operadores são identificados nas gramáticas tradicionais como conjunções coordenativas adversativas e conjunções subordinativas concessivas²⁴, pois ambas expressam relações de oposição. A direção argumentativa é que as diferencia. Nas adversativas, a expectativa levantada no primeiro enunciado não é mantida; nas concessivas, a expectativa levantada num enunciado é mantida no outro. Essa relação é construída por

²⁴ Para Antunes (2005), o fato de unir as adversativas e as concessivas como expressão de uma única relação de oposição, além de simplificar, põe em evidência o caráter argumentativo de ambas.

meio de expressões como: **mas** (**porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto**), **embora** (**apesar de, se bem que, ainda que, posto que**).

- (16) “A idéia, ao promover esse inchaço, nasceu de uma arrogância tipicamente petista: aumentava-se a base de apoio ao governo **mas** mantinha-se a pureza ética e ideológica do PT, sem contaminá-lo com a filiação de políticos filológicos e aventureiros.” (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

Do ponto de vista semântico, os operadores do grupo do **mas** e os do grupo do **embora** tem funcionamento semelhante: opõem argumentos enunciados de perspectivas diferentes, que orientam para conclusões contrárias. O que diferencia o grupo do **mas** e o do **embora** é a *estratégia argumentativa* utilizada pelo locutor: quando o locutor utiliza o grupo do **mas** emprega, segundo Guimarães (2001), a “estratégia do suspense”: faz que venha à mente do interlocutor a conclusão *R* para, em seguida, introduzir o argumento ou conjunto de argumentos que levará à conclusão $\sim R$. Quando utiliza o **embora**, o locutor utiliza a *estratégia de antecipação*: anuncia, de antemão, que o argumento introduzido pelo **embora** vai ser anulado.

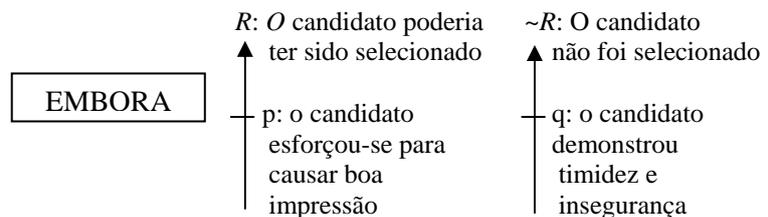
Ducrot (1989) considera que o **mas** constitui o operador argumentativo por excelência, visto que os enunciados que contem **mas** e seus similares, bem como os que contem operadores do paradigma do **embora**, permitem introduzir, num de seus membros, a perspectiva que não é – ou não é apenas – a do locutor, para, em seguida, contrapor-lhe a perspectiva deste, para o qual o enunciado tende.

Segundo Koch (2007, p. 36), “o locutor introduz um *argumento possível* para uma conclusão **R**; logo em seguida, opõe-lhe um *argumento decisivo* para a conclusão contrária **não-R** ($\sim R$)”. Para ilustrar esse esquema argumentativo, Ducrot recorre à metáfora da balança: o locutor coloca no prato *A* um argumento (ou conjunto de argumentos) com o qual não se engaja, isto é, que pode ser atribuído ao interlocutor, (a terceiros, a um determinado grupo social ou ao saber comum de determinada cultura); em seguida, coloca no prato *B* um argumento (ou conjunto de argumentos) contrário, ao qual adere, fazendo a balança inclinar-se nessa direção. Esse é o fenômeno da polifonia, isto é, entrecrocamos no discurso “vozes” que falam de perspectivas, de pontos de vista diferentes. Koch (1996, p. 36-7) assim exemplifica essa ocorrência:

A equipe da casa não jogou mal, *mas* o adversário foi melhor e mereceu ganhar o jogo.



Embora o candidato se tivesse esforçado para causar boa impressão, sua timidez e insegurança fizeram com que não fosse selecionado.



É comum o uso de expressões como *por um lado [...], por outro lado* com a função de indicar oposição ou contraste, pois essas expressões, além de expressarem uma oposição, desempenham claramente o papel articulador de trechos em sequências. É fundamental para a interpretação global do que é dito o encadeamento que essas sequências promovem na organização espacial do texto.

k) **Operadores que estabelecem relação de justificação ou explicação:** essa relação acontece quando um segmento tem a finalidade de justificar, explicar ou esclarecer um segmento anterior. Essa relação é bastante frequente em textos expositivos ou explicativos, sobretudo naqueles com finalidade didática. Essa relação se expressa por meio de conectores como **isto é, pois, quer dizer, ou seja, porque, que, já que**. Essas expressões também podem introduzir reformulações ou correções de algo dito anteriormente e são de grande relevância para estabelecer nexos entre as partes do texto. Um segmento explicativo também pode ser introduzido pelo pronome relativo (neste caso, o efeito de explicação pode concorrer com o de qualificação ou sobrepor-se a ele).

(17) “Pior: disse que Jefferson, cujo nome não citou, fazia “chantagem”. É uma declaração enigmática, **já que** chantagem pressupõe que o

chantageado tenha culpa no cartório [...]” (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

l) **Operadores que estabelecem relação de conclusão:** a relação de conclusão ocorre quando em um segmento expressa-se uma conclusão que se obteve a partir de fatos ou conceitos expressos no segmento anterior. Essa relação é sinalizada pelos conectores **logo, então, portanto, pois, por conseguinte, assim.**

(18) “É possível que a compra de deputados, se vier a se confirmar, seja uma expressão pecuniária de desprezo que o PT nutre pelo Parlamento. O PT acredita que é um poder burguês. **Por isso**, acha que lá só tem corrupto e que o jeito mais fácil de controlá-lo é com dinheiro.” (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

Como qualquer outro, o conector de conclusão não está expresso, ou seja, o elo entre os segmentos não aparece na superfície e sua interpretação é legitimada pelos conhecimentos prévios dos interlocutores.

(19) “Ajoelhou, tem de rezar.” (Texto 1 – Edição nº 22 – 01-06-2005)

m) **Operadores que estabelecem relação de comparação** (de igualdade, inferioridade e superioridade): a relação de comparação acontece quando pomos em confronto, em segmentos distintos, dois ou mais elementos com o objetivo de verificar semelhanças ou diferenças entre eles, ou seja, a relação de comparação entre elementos, com vistas a uma conclusão. O nexos coesivo criado por essa relação se expressa pelo conector **como** e pelas expressões correlatas **mais (...) do que, menos (...) do que, tanto (...) quanto**, entre outras.

(20) “Qualquer brasileiro sabe que, diante de tipos **como** Roberto Jefferson e Anthony Garotinho, ajoelhou, tem de rezar.” (Texto 1 – Edição nº 22 – 01-06-2005)

n) **Operadores que tem por função introduzir no enunciado pressupostos: já, ainda, agora.**

(21) “Lula chegou a comentar [...] que seu objetivo **agora** teria passado a ser acabar bem seu mandato e evitar um processo de impeachment.” (Texto 1 – Edição nº 22 – 01-06-2005)

Exemplo, segundo Koch (2007, p.38):

Paulo **ainda** mora no Rio. b) Paulo **já** não mora no Rio. c) Paulo **agora** mora no Rio.

Quando se utiliza **já** e **ainda** tem-se o pressuposto de que Paulo morava no Rio antes. Porém, utilizando-se o **agora**, o conteúdo pressuposto é de que Paulo não morava no Rio anteriormente.

o) **Operadores que se distribuem em escalas opostas**, ou seja, um deles funciona numa escala orientada para a *afirmação total* e o outro, numa escala orientada para a *negação total*. Às vezes, tais operadores são morfologicamente relacionados, como é o caso de **um pouco** e **pouco**. Exemplo, segundo Koch, (2007, p. 38-9):

Será que Ana vai passar no exame?

Ela estudou **um pouco** (- tem possibilidade de passar)

Ela estudou **pouco** (- provavelmente não passará).

Constata-se que o emprego de certos operadores obedece a regras combinatórias, isto é, eles não entram nos mesmos contextos argumentativos. Isso também acontece com os operadores **quase** e **apenas (só, somente)**. Veja o exemplo:

R: O voto não seria obrigatório.

a) Arg. 1: A Maioria dos cidadãos já vota conscientemente: **quase** 80%.

b) Arg. 2: São poucos, mesmo agora, os que votam conscientemente: **apenas** 30%. (KOCH, 2007, p. 39).

Observa-se que o operador **quase** aponta para a afirmação da totalidade e, por isso, combina-se com **a maioria**, ao passo que o operador **apenas** orienta para a negação da totalidade, o que permite o seu encadeamento com **poucos**.

Para Antunes (2005), o critério para perceber esses conectores ultrapassa a sintaxe da frase e o encadeamento do texto e, portanto, o aspecto classificatório perde sua importância tradicional. O entendimento da função textual e dos tipos de relações semânticas e pragmáticas ²⁵ que os conectores assumem no texto tornam-se relevantes,

²⁵ Relações semânticas e pragmáticas: a "semântica que trata das relações dos signos com a realidade; a pragmática, que se interessa pelas relações dos signos com seus usuários, pelo seu uso e pelos seus efeitos." (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p.393)

pois, na perspectiva da coesão global do texto, a ligação dos conectores entre parágrafos ou entre blocos maiores que o do parágrafo sinaliza os limites entre blocos maiores do texto.

CAPÍTULO III - ANÁLISE INTERPRETATIVA DOS OPERADORES ARGUMENTATIVOS NO *CORPUS*

Antes de iniciar as análises, cabe-nos observar que, na edição de 18 de maio de 2005, *Veja* denuncia, por meio de uma fita de vídeo, um suposto esquema de suborno, envolvendo os Correios, em que o ex-diretor do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, Maurício Marinho, detalha a dois empresários um esquema de pagamento de propina, supostamente conduzido por Roberto Jefferson, presidente do PTB e deputado federal (RJ), e outro diretor da empresa, Antônio Osório Batista. Esse fato desencadeou a formação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), no dia 27 de maio de 2005, mesmo contra a vontade do Governo.

Também é relevante lembrar que, anteriormente à edição da denúncia do esquema de corrupção denominado “Mensalão”, *Veja* (edição de 25 de maio de 2005) trouxe como tema central em sua capa o título “Corruptos – Estamos perdendo a Guerra contra essa praga” e a imagem de um político, com poder e riqueza, mas ao mesmo tempo ligado à figura de um rato, como perfil de seu rosto. Essa capa retrata uma doença ou praga – a corrupção praticada por políticos. Pode-se considerar essa edição como uma prévia do que seria o tema utilizado pela revista durante o período em que houve as denúncias, as investigações e apuração do escândalo do mensalão.

Nesse período, o Brasil atravessa um momento político de efervescência. A suspeita e posterior comprovação do envolvimento do mais tradicional partido de esquerda do Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT), que governa o país, em atos de corrupção, tem desencadeado diversas reações. O Congresso Nacional está no centro das atenções, já que existem evidências de que os problemas perpassam a maioria dos partidos políticos.

Além disso, vive-se um momento ímpar para a nação, que pode usar esse período de caos para profundas transformações em todo o cenário político. Tal discussão vai além do Congresso. A imprensa ocupa papel relevante não só na busca de informações, mas também na denúncia e apuração de muitos escândalos que surgem relacionados ao assunto.

O papel principal, o de informar, tem-se confundido, no entanto, com o papel de ser historiador do cotidiano, visto que a imprensa interpreta os fatos e transmite a seus leitores, ou seja, toda publicação jornalística recorta uma realidade, pinça os fatos

da maneira como lhe é mais conveniente. Assim, certos aspectos são destacados e outros esquecidos, o jornalista faz suas escolhas por um filtro que envolve mecanismos como: as informações a partir de sua formação, sua vivência enquanto indivíduo, o que o editor da revista espera que ele publique e o que o público espera de seu texto enquanto repórter.

3.1 Ocorrências dos operadores argumentativos

A tabela a seguir tem por objetivo proporcionar melhor visualização dos operadores usados nas reportagens do *corpus*. Nela podemos visualizar a ocorrência de cada operador usado, perfazendo um total de 386 ocorrências.

Tabela 1 – Ocorrência dos operadores no *corpus*

OPERADOR	TEXTO 1	TEXTO 2	TEXTO 3	TEXTO 4	TEXTO 5	TOTAL OCORRÊNCIA
OPERADORES	69	91	90	71	65	386
E	14	23	17	16	11	81
TAMBÉM	6	1	6	3	5	21
AINDA	2	5	2		2	11
ALÉM DISSO		1	1			2
ALÉM DE	2	1	3		1	7
ATÉ	6	3	6	6	3	24
INCLUSIVE				1		1
ALIÁS					1	1
SE	2	6	6	3	5	22
APENAS	1	3	3	5		12
QUASE		1				1
SÓ	3	5	5	3	5	21
MAS	7	16	14	7	4	48
PORÉM	1	2	1	2	2	8
NO ENTANTO	1	1	1	2		5
EMBORA			2		2	4
AINDA QUE			1			1
AINDA ASSIM					2	2
APESAR DE	1				1	2
MESMO QUE				1		1
MAS TAMBÉM				1		1
NEM				1		1
NÃO APENAS... MAS TAMBÉM		1				1
E TAMBÉM					1	1
COMO	5	6	5	2	9	27
QUANDO	1	1	2	3	1	8
ENQUANTO	1		1			2
ANTES QUE		2				2
DEPOIS QUE		1				1
ASSIM QUE				2		2
DESDE QUE		2		1	1	4
PARA QUE	1			2		3
PARA	4	2	2	5	6	19
OU	2	1	4		2	9
SEJA	3				1	4
ORA ... ORA			1			1
SEGUNDO	2	2				4
POIS	1	2	2	1		6
QUER DIZER QUE				1		1
PORQUE		1	4	3		8
JÁ QUE		1				1
ASSIM			1			1
POR ISSO		1				1
MAIS... DO QUE	2					2
UM POUCO	1					1

3.2 O papel dos operadores argumentativos no *corpus*

O levantamento feito permite-nos constatar que é frequente o uso de operadores argumentativos em reportagens de revistas e que eles funcionam como

recurso eficiente na construção do discurso persuasivo. Isso significa que essa categoria de texto precisa orientar bem o leitor para a conclusão a que deve chegar e, ainda, achar/ter a impressão de que chegou a essa conclusão porque raciocinou por conta própria; daí a logicidade da argumentação.

Diante do exposto e reconhecendo a necessidade de delimitar nossa pesquisa, neste estudo, dos 45 operadores em 386 ocorrências, apresentados na Tabela 1, cabe-nos analisar apenas vinte operadores argumentativos, dispostos em seis grupos, presentes no *corpus*, constituído por 119 fragmentos, de cinco reportagens da revista *Veja* sobre o “Escândalo do Mensalão”, levando-se em conta as relações estabelecidas por eles e suas respectivas funções nos textos e avaliando o efeito de sentido que produziram no decorrer das argumentações de seus enunciadores.

- 1) Operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão - argumentos que fazem parte de uma mesma escala argumentativa: **e, também, ainda, além de, além disso.**
- 2) Operadores que assinalam o argumento mais forte de uma escala orientada de determinada conclusão: **até, inclusive.**
- 3) Operador que introduz um argumento *adicional* a um conjunto de argumentos já enunciados, mas o faz de maneira sub-reptícia: o operador é apresentado como se fosse desnecessário, quando na verdade, é por meio dele que se introduz um argumento decisivo, com o qual se dá o “golpe final”, resumindo ou englobando todos os demais argumentos: **aliás.**
- 4) Operador que estabelece relação lógico-semântica de condicionalidade (se *p* então *q*), uma implicação entre um antecedente e um conseqüente. “O que se afirma nesse tipo de relação é que, sendo o antecedente verdadeiro, o conseqüente também o será” (KOCH, 1991, p. 62). Esse tipo de relação sempre implica valor de causa, embora de forma hipotética: **se.**
- 5) Operadores cujo emprego obedece a regras combinatórias, isto é, “eles não entram nos mesmos contextos argumentativos”(KOCH, 2007, p.39): **apenas, só, quase.**

- 6) Operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias –
 contrajunção: **mas, porém, no entanto, embora, apesar de, ainda assim, ainda que, mesmo que.**

Depois de listar os operadores, passamos a discutir os valores e o papel argumentativo com que cada operador²⁶ de cada grupo aparece e atua nos fragmentos que compõem o *corpus* desta dissertação.

3.2.1. Operadores que somam a favor da mesma conclusão

Operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão, isto é, argumentos que fazem parte de uma mesma escala argumentativa (**e, também, ainda, além de, além disso**):

3.2.1.1 Operador e

O operador *e* é bastante usado em textos jornalísticos. Seu papel básico é acrescentar mais um argumento que passa a ser decisivo, quando há duas ou mais escalas orientadas no mesmo sentido. Segundo Neves (2000), o fato de esse operador marcar uma relação de adição entre os segmentos coordenados indica que esse coordenador possui um caráter mais neutro do que os outros. A autora também considera que esse operador, numa relação aparentemente menos neutra entre os segmentos coordenados, pode resultar da adição de segmentos que mantem entre si uma relação semântica marcada por uma relação de contraste ou por uma relação de causa-consequência.²⁷

(22) “Tomaram vinho **e** conversaram amenidades costumeiras a que se dedicam sempre que se encontram socialmente.” (Texto 1 – Edição 1907 - nº 22 – 01-06-2005)

(23) “Os deputados Valdemar Costa Neto e Bispo Rodrigues, ambos do PL, e Pedro Henry, do PP, recebiam **e** distribuíaam nas suas bancadas”. (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

²⁶ Nos fragmentos analisados optamos por destacar os operadores argumentativos, com o objetivo de melhor identificação.

²⁷ Em cada caso, exemplificaremos a análise de um ou mais exemplos, buscando deixar claro como o operador funciona em seu papel argumentativo. Não será apresentada análise de todos os exemplos listados, já que isso tornaria a exposição desnecessariamente longa e repetitiva.

- (24) “Jefferson mantém sua denúncia inicial de que houve duas conversas e dá detalhes.” (Texto 4 – Edição 1914 - nº. 29 – 20-07- 2005).

O uso do operador **e** com valor puramente de adição pode ser verificado nos fragmentos 22, 23 e 24, porque neles são anunciadas duas proposições **p** e **q**, acrescentadas como verdadeiras pelo jornalista.

Esse mesmo raciocínio não é válido para os fragmentos a seguir. Verificamos que o uso do **e** não tem valor puramente de adição. Aliado à expressão **além de** e **além disso**, o operador soma e reforça o argumento anterior. No fragmento 25, o enunciado é uma interrogativa retórica, que requer um argumento e pode ser considerado um acréscimo, à medida que traz o argumento à consideração.

- (25) “Ora, a quem interessa que os deputados do PL e do PP votem a favor dos projetos do governo? Por acaso o PT virara só uma espécie de ‘especulador de partidos’, comprando legendas na baixa para vendê-las na alta? **E** tudo isso sem nenhum outro interesse **além de** faturar uma graninha?” (Texto 2 – Edição 1909 - nº 24 – 15-06-2005).

- (26) “Não era conselheiro influente, pois a área sob a qual tinha responsabilidade – a política num primeiro momento e, depois, a gerência administrativa do governo – não vinha exibindo os resultados desejados. **E, além disso**, não perdia uma oportunidade para fustigar a política de seu colega Palocci.” (Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)

Nos fragmentos a seguir, o operador **e** não adiciona um outro argumento, mas reforça o primeiro empregado. Podemos afirmar que há a confirmação do primeiro segmento. No fragmento 27, além da confirmação, o primeiro segmento também é reforçado pela palavra denotativa de reforço “mesmo”. Já no fragmento 28 o uso do operador **e** não tem valor puramente de adição. Ele tem valor de adição mais efeitos de co-orientação e sequenciação: as asserções anteriores orientam-se para a mesma tese.

- (27) “Ele sabe que tem gente no governo que gostaria de ver sua cabeça numa bandeja. **E** tem mesmo.” (Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)

- (28) “Agora, cai o próprio José Dirceu, também com água até o pescoço em um mar de suspeitas. **E** vai juntar-se a seus aliados mais fiéis dentro do PT.” (Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)

Verificamos que, nos fragmentos 29, 30 e 31, o uso do **e** também não estabelece relação de adição, e sim uma relação de adversidade ao enunciado anterior, para fortalecer os argumentos que se apresentam após sua introdução, que estão em sentido contrário. Além disso, o fragmento 29 traz um tom de ameaça de Jefferson para José Dirceu.

- (29) “A operação anti-CPI falhou. **E** Jefferson já disse que, se sentar no banco dos réus, três petistas sentarão junto: José Dirceu, Delúbio Soares e Silvio Pereira”. (Texto 1 – Edição 1907 - nº 22, 01-06-2005).
- (30) “Quanto à CPI em si, Lula acha que devia mesmo ser instalada **e**, agora, precisa funcionar.” (Texto 1 – Edição 1907 - nº 2 – 01-06-2005).
- (31) “Marcelo Sereno, seu assessor especial, deixou o governo sob acusação de que fora alertado sobre as tramóias de Waldomiro Diniz **e** nada fizera para contê-las”. (Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)

Em todos os exemplos citados, há oposição entre argumentos:

- | | | |
|--|---|--|
| (29) operação CPI falhou | x | punição a Jefferson e mais três. |
| (30) deve ser instalada CPI | x | deve funcionar (argumento que prova nunca haver funcionado antes). |
| (31) Marcelo Sereno fora alertado sobre tramóias | x | nada fez. |

Nos fragmentos 32 e 33, o operador **e** foi utilizado com sentido conclusivo.

- (32) “Mas, como Miro disse que não disse o que dissera ao JB, o caso foi arquivado na Câmara. **E** o governo se deu por satisfeito.” (Texto 2 – Edição 1909 - nº 24 – 15-06-2005).
- (33) “Esse governo não é conivente com corrupto **e** não vou manchar minha biografia.” (Texto 2 – Edição 1909 - nº 24 – 15-06-2005).

Nos exemplos citados, o segundo argumento indica conclusão com relação ao primeiro: “o caso foi arquivado na Câmara”, *portanto* “o governo deu-se por satisfeito”; “Esse governo não é conivente com corrupto”, *portanto* “não vou manchar minha biografia”.

3.2.1.2 Operador também

O operador argumentativo **também** funciona como marcador de inclusão. Ele liga dois atos de asserção em que dois argumentos p e q são orientados para uma mesma conclusão.

Segundo Vogt (1997), a argumentatividade de **também** reside no fato de que ele opera, no nível de duas proposições, para igualá-las em termos de força argumentativa. Esse autor ainda considera que para qualquer locutor **L** da língua portuguesa e qualquer que seja a intenção argumentativa de seu ato de comunicação, dizer que p também q tem a mesma força argumentativa, relativamente a tal intenção.

Observe os fragmentos listados a seguir:

- (34) “Já surgiram indícios de que o PT **também** tinha alguma participação no esquema espúrio dos Correios desvendado pelo jornalista Policarpo Junior, da sucursal de *VEJA* em Brasília. [...] **Também** apareceram sinais de que diretores indicados pelo partido em estatais tinham a estranha mania comum de beneficiar um corretor chamado Henrique Brandão.” (Texto 1 - Edição 1909 - n.º 24 – 15-06-2005).
- (35) “Na bancada do PT, na semana passada, havia praticamente unanimidade sobre os casos de corrupção nos Correios e no IRB e **também** sobre o pagamento de mesadas – mas todos ressalvavam a figura do presidente Lula.” (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)
- (36) “Agora, cai o próprio José Dirceu, **também** com água até o pescoço em um mar de suspeitas”. (Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)
- (37) “Além do escândalo do mensalão, o governo de Lula, agora que tenta inaugurar uma nova fase, **também** terá que lidar com a suspeita crescente de que permitia que os aliados se locupletassem em cargos públicos.” (Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)

Em todos esses casos elencados, o operador **também** funciona como um elemento relacional entre dois enunciados de tal forma que acentua, ou orienta argumentativamente a atitude do locutor relativamente ao enunciado anterior. Do ponto de vista argumentativo, podemos afirmar, portanto, que o operador **também** liga duas enunciações (dois argumentos p e q) de mesmo valor argumentativo, isto é, que concorrem para a mesma conclusão.

Essa análise permite-nos explicar alguns dos enunciados listados. O operador **também**, no fragmento 34, em suas duas ocorrências, soma argumentos que comprovam a participação do PT no esquema de corrupção.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao fragmento 35, em que o operador **também** funciona como um elemento relacional entre dois enunciados de mesmo valor argumentativo. Nesse fragmento, verifica-se que dois enunciados p e q são considerados para a mesma conclusão. Assim, p “na bancada do PT havia unanimidade sobre os casos de corrupção nos Correios e no IRB” e q “**também** havia unanimidade sobre pagamento de mesadas”. Esses dois argumentos são considerados para a mesma conclusão: *Há praticamente unanimidade na bancada do PT sobre os casos de corrupção (Correios e mesadas)*.

No fragmento 36, o operador argumentativo **também** funciona como elemento que relaciona as asserções p e q , permitindo afirmar que, do ponto de vista argumentativo, seu papel é orientar a ação do locutor relativamente ao enunciado anterior, estabelecendo que os argumentos possuem o mesmo valor argumentativo. Nesse fragmento temos: “Agora caiu o próprio José Dirceu”, antes dele já tinham caído outros de sua turma, **também** com água até o pescoço em um mar de suspeitas. Tanto Dirceu quanto seus aliados mais fiéis dentro do PT caíram acusados de envolvimento nos escândalos de corrupção.

No fragmento 37, o operador argumentativo **também** tem por função somar argumentos a favor da mesma conclusão. Esses argumentos tornam mais expressivo o enunciado e, em relação à orientação argumentativa, contribuem para dar ao texto maior poder de persuasão. A intenção é orientar para que o leitor veja que os partidos envolvidos no mensalão só exigem cargos no governo com o objetivo de levantar dinheiro para benefício próprio e não para “ajudar o Brasil”, segundo Roberto Jefferson, “o discurso da hipocrisia”.

3.2.1.3 Operador ainda

Segundo Koch (1996), do ponto de vista de uma análise argumentativa do discurso, o operador **ainda** pode servir como marcador de excesso (temporal/não temporal) ou como introdutor de mais um argumento a favor de determinada conclusão, “isto é, argumentos que fazem parte de uma mesma classe argumentativa” (KOCH, 2007, p.33).

A presença desse operador funciona como eficiente mecanismo usado pelo jornalista com a finalidade de introduzir um argumento que pode mudar o pensamento do leitor, apresentando-o como algo excessivo: um argumento que leva à conclusão r ,

mas é algo visto como uma espécie de absurdo, algo que não devia ser/existir, ou que pode ser visto pelo leitor como improvável ou inaceitável.

A título de exemplificação, relacionamos os seguintes fragmentos:

(38) “Disse que estava sendo abandonado pelo governo, que o governo sabia de tudo que ele, Jefferson, vinha fazendo e que, agora, **ainda** tinha de agüentar calado o discurso de José Genoïno, presidente do PT, segundo o qual o governo precisava se empenhar em "requalificar" sua base de apoio.” (Texto 1 – Edição nº 22 – 01-06-2005).

(39) “Houve, **ainda**, quem tenha confirmado até mais do que lhe foi perguntado.” (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

Em 38, o operador **ainda** soma mais um argumento a favor da injustiça sofrida por Jefferson. Em 39, também temos valor de adição.

(40) “O PT já atravessou várias crises. A última, que colocou em campos opostos o Palácio do Planalto e uma parte do partido, aconteceu durante o debate em torno da aprovação da reforma da Previdência Social. Agora, porém, a natureza ética da crise torna as coisas **ainda** mais confusas e imprevisíveis.” (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

O efeito do operador **ainda**, no fragmento 40, é de intensificação e censura.

(41) “Jefferson desmentiu a mesada, mas para sua irritação, ninguém lhe deu crédito, Não surgiram **ainda** evidências irrefutáveis que autorizem a afirmação de que setores do PT e do PTB se associaram em esquemas clandestinos nos desvãos do governo”. (Texto 1 – Edição nº 22 – 01-06-2005)

Nesse fragmento, o **ainda** assume conotações temporais e funciona como marcador de pressuposição: as evidências vão surgir. Não se trata de adição

(42) “As denúncias de Roberto Jefferson **ainda** precisam de apuração, mas já acertaram o coração do PT, comprometendo seu discurso histórico em defesa da ética.” (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

No fragmento 42, o operador **ainda** tem valor de adição e também assume conotações temporais.

3.2.1.4 Operadores **além de/ além disso**

No texto jornalístico, os operadores argumentativos **além de** e **além disso** encerram considerável força argumentativa, visto que são responsáveis pelo acréscimo de mais um argumento que tem valor decisivo no sentido de orientar para uma determinada conclusão, sua função é dar o golpe final. O enunciador usa o operador para acentuar a força argumentativa do enunciado, direcionando o leitor para concluir o que deseja.

Observa-se que, embora esses dois operadores adicionem argumentos, há diferença de funcionamento entre eles. O operador **além de** adiciona um argumento, mas não põe em destaque o argumento que ele encabeça, enquanto **além disso** retoma o enunciado anterior por meio do elemento de coesão “isso”, que resume tudo que foi dito anteriormente, e adiciona um argumento, dando importância ao argumento que ele encabeça. Consideremos os exemplos a seguir:

Nos fragmentos 43 e 44, o uso do operador **além de** soma argumento, e foi usado com o objetivo de provocar a adesão do leitor ao fato enunciado.

(43): “O Palácio do Planalto foi o artífice do regime de engorda do PTB, que saiu das urnas com 26 deputados e hoje tem 47 – crescimento que, como até as emas do Alvorada sabem, não costuma se materializar à base de argumentos políticos ou ideológicos. [...]O certo é que, **além de** Jefferson, o governo ficou apavorado com a própria criação da CPI. Procurou até o ex-governador Anthony Garotinho, que vinha sendo tratado como inimigo número 1. (Texto 1 – Edição nº 22 – 01-06-2005)

(44) “Fez questão de inocentar o presidente Lula – "um homem de bem, honrado, simples, correto" – e acusar o que chamou de "cabeça do PT", composta, **além de** José Dirceu, pelo presidente José Genoíno, pelo secretário-geral Silvio Pereira e pelo tesoureiro Delúbio Soares. Apontou ainda o suposto operador do mensalão, o mineiro Marcos Valério Fernandes de Souza, que seria responsável por transitar com malas de dinheiro”. (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

No fragmento 43, esse operador soma um argumento mais forte a favor do fato de que não foi apenas Jefferson que ficou apavorado com a criação da CPI; o governo também ficou. Esse argumento passa a ser decisivo para que o leitor conclua que, se até o governo está preocupado com essa criação, é porque há sérios motivos para tal preocupação.

O operador **além de**, no fragmento 44, antecipa o argumento decisivo “a participação de José Dirceu na composição do que se pode chamar de ‘cabeça do PT’”. Esse fato dá à argumentação um caráter mais forte, quase irrefutável.

(45) “O que existe e é irrefutável é o fato de que a aliança entre os dois partidos, principalmente quando se tenta verificar o que há debaixo do tapete, exhibe um vigor e uma solidez que vão muito **além dos** compromissos programáticos e dos interesses políticos mais evidentes entre as duas agremiações. Por quê?” (Texto 1 – Edição nº 22 – 01-06-2005)

No fragmento 45, o operador **além de** não apenas soma um argumento a favor da possibilidade de que as alianças tenham fins escusos, mas também, utilizado de maneira irônica, amplia a extensão do vigor e da solidez que existem na aliança entre os dois partidos (PT e PFL). Deve haver muitas coisas debaixo do tapete que são desconhecidas, visto que esses partidos se unem para não permitir que se descubra o que realmente há debaixo do tapete.

O operador não é **além de**; o **além de** está no escopo do verbo: “ir além de”. Existe um efeito de soma, mas o que se sobrepõe, no enunciado, é o efeito de que há algo escondido, não revelado, destaca-se a afirmação de que há “algo” escondido debaixo do tapete.

(46) “E tudo isso sem nenhum outro interesse **além do** de faturar uma graninha?” (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

No fragmento 46, o operador **além de** foi utilizado para introduzir o argumento “interesse de faturar uma graninha”, realçando e colocando-o como decisivo que orienta a favor da conclusão que o interesse é financeiro.

(47) “Não se sabe o que aconteceu na Casa Civil, mas o fato é que, no mês seguinte, os três procuraram os líderes tucanos e disseram o seguinte: topariam ficar no PSDB, e não votar mais com o governo, se recebessem o mesmo que lhes foi oferecido para bandear-se para o PTB: 30.000 reais por mês mais uma quantia entre 300.000 e 500.000 reais para honrar dívidas, **além de** um cargo na hidrelétrica de Furnas”. (Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)

No fragmento 47, o operador **além de** introduz um argumento que soa como mais forte – “**além de** um cargo na hidrelétrica de Furnas” - soma-se aos benefícios já pleiteados pelos três deputados do PSDB, fortalecendo a posição do locutor que visa ao convencimento do leitor de que todos estão envolvidos no escândalo do mensalão.

- (48) “**Além do** escândalo do mensalão, o governo de Lula, agora que tenta inaugurar uma nova fase, também terá de lidar com a suspeita crescente de que permitia que os aliados se locupletassem em cargos públicos”. (Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)

Nesse fragmento, o operador argumentativo **além do** tem por função somar argumento a favor da mesma conclusão. O governo Lula, que tenta inaugurar uma nova fase, terá que lidar com o escândalo do mensalão – primeiro argumento (introduzido pelo **além de**), com a suspeita crescente de que permitia que os aliados enriquecessem desonestamente em cargos políticos. Esse argumento torna mais expressivo o enunciado e, em relação à orientação argumentativa, contribui para dar ao texto maior poder de persuasão. A intenção é orientar o leitor para que veja que os partidos envolvidos no mensalão só exigem cargos no governo com objetivo de levantar dinheiro para benefício próprio e não para “ajudar o Brasil”, segundo Roberto Jefferson, “o discurso da hipocrisia”.

- (49) “Em conversas recentes com líderes da oposição, entre eles os pefelistas Jorge Bornhausen e José Agripino e os tucanos Tasso Jereissati e Arthur Virgílio, Berzoni ofereceu a cassação dos petistas Dirceu, João Paulo Cunha, Paulo Rocha e José Mentor, **além da** de outros líderes aliados, como Valdemar Costa Neto e Sandro Mabel, do PL, José Janen, do PP, José Borba, do PMDB, e Roberto Jefferson.” (Texto 5 – Edição nº 31 – 03-08-2005)

A análise do fragmento 49 permite-nos observar que o jornalista aborda sua opinião a partir de argumentos devidamente selecionados e hierarquizados. O enunciado introduzido pelo operador **além de** aponta fortemente para um argumento que deve prevalecer sobre os outros: a cassação dos outros líderes aliados. O papel do operador **além de**, nesse caso, é o de adicionar um argumento que acentua a força argumentativa do enunciado.

- (50) “Não era uma sombra oculta nos desvãos do poder, como seu antecessor PC Farias no governo de Fernando Collor. **Além disso**, na semana passada o governo tentou tomar distância do mensalão, mas escolheu um caminho risível”. (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

Nesse fragmento, o operador argumentativo **além disso** foi utilizado para introduzir um argumento decisivo que orienta a favor de determinada conclusão: o fato

de o governo tentar tomar distância do mensalão torna-se argumento decisivo a favor da conclusão de que a crise não está apenas no PT, ela pode atingir o Planalto.

- (51) “Não era um conselheiro influente, pois a área sob a qual tinha responsabilidade – a política num primeiro momento e, depois, a gerência administrativa do governo – não vinha exibindo os resultados desejados. E, **além disso**, não perdia uma oportunidade para fustigar a política econômica de seu colega Palocci. No início do governo, Dirceu simplesmente bombardeava a orientação econômica de Palocci”. (Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)

A análise dessa sequência permite-nos observar que o produtor do texto constrói sua opinião a partir de argumentos devidamente selecionados e hierarquizados. O enunciado introduzido pelo operador argumentativo **além disso** acrescenta, na sequência linguística, um argumento que acentua a força argumentativa do enunciado. A intenção é orientar para que o leitor veja que, durante trinta meses do governo Lula, José Dirceu vinha perdendo espaço para os dois conselheiros do presidente (Palocci e Luiz Gushiken), e que o leitor também veja a saída de José Dirceu como possibilidade de mais tranquilidade à equipe econômica.

3.2.2 Operadores que somam argumento mais forte

Os operadores que assinalam o argumento mais forte de uma escala orientada para determinada conclusão são **até, inclusive, aliás**.

3.2.2.1 Operador até

O operador **até**, considerado de fundamental importância para os estudos da semântica argumentativa, de acordo com Koch (2007, p. 31), “assinala o argumento mais forte de uma escala orientada no sentido de determinada conclusão”. Além disso, “esse operador estabelece relações semânticas no sintagma verbal, indicando circunstanciação de lugar, de tempo e de limite numérico”. (NEVES, 200, p. 625).

Tomemos, para análise, os seguintes fragmentos:

- (52) “Mas por que o governo se agarrou tanto ao PTB de Roberto Jefferson, mais **até** do que ao aliado de primeira hora, o PL do vice-presidente?” (Texto 1 – Edição nº 22 – 01-06-2005)

- (53) “O certo é que, além de Jefferson, o governo ficou apavorado com a própria criação da CPI. Procurou **até** o ex-governador Anthony

Garotinho, que vinha sendo tratado como inimigo número 1.” (Texto 1 – Edição nº 22 – 01-06-2005)

- (54) “A operação abafa do governo foi a maior mobilização política já realizada nos trinta meses de governo petista e incluiu seis ministros e um punhado de aliados. **Até** João Pedro Stedile, o líder dos sem-terra, entrou no jogo, mas só conseguiu o recuo da deputada Luci Choinacki, do PT catarinense.” (Texto 1 – Edição nº 22 – 01-06-2005)
- (55) “Terá o PT se degenerado numa máquina glutona que corrompe **até** seus militantes mais antigos?” (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)
- (56) “VEJA descobriu que o presidente soube do mensalão bem mais do que admitiu oficialmente até agora. Em pelo menos cinco ocasiões – em Brasília, em Goiás e **até** na viagem à China – o caso chegou aos ouvidos de Lula.” (Texto 4 – Edição nº 29 – 01-07-2005)
- (57) “Jefferson mantém sua denúncia inicial de que houve duas conversas e dá detalhes. Diz que, depois de falar do mensalão ao presidente na audiência em janeiro, a bandalheira dos pagamentos sofreu **até** uma certa redução, mas continuou acontecendo. Ele conta que foi só depois da segunda conversa com o presidente, em 23 de março, que o mensalão foi definitivamente suspenso”. (Texto 4 – Edição nº 29 – 01-07-2005)
- (58) “O Ministério Público também já ouviu o deputado Roberto Jefferson, o qual em seu depoimento, revelou que seus contatos com Marinho foram um pouco mais numerosos do que admitira em seu discurso de defesa na Câmara há duas semanas – e incluíram **até** dois encontros no prédio dos Correios”. (Texto 1 – Edição nº 22 – 01-06-2005)

Podemos afirmar que grande parte da força argumentativa nos fragmentos listados acima está no uso do operador **até**, que confere maior poder de persuasão ao que está sendo enunciado.

No fragmento 52, como nos demais exemplos, evidencia-se que o uso do **até** é capaz de apontar para uma conclusão, selecionando, argumentativamente, o elemento mais forte, isto é, o governo agarrou-se até mais ao PTB de Roberto Jefferson do que ao PL do vice-presidente, que deveria ser o aliado de primeira hora do governo. O efeito é de que a lógica é contrariada. Em 53, o jornalista, utilizando o operador **até**, acrescenta um argumento mais forte: o governo procurou **até** Anthony Garotinho, na tentativa de impedir a criação da CPI. O **até** adiciona um argumento, porém há o pressuposto de que Garotinho jamais poderia ser procurado pelo governo, visto que

vinha sendo tratado como inimigo número 1. Em 54, o operador **até** também adiciona um argumento mais forte, mas o efeito é de que João Stedile não deveria entrar no jogo (“operação abafa do governo”).

Uma ressalva deve ser feita quanto aos fragmentos 54 e 57, cuja estrutura e emprego do operador **até** nos parece incomum. É interessante notar como se processa a articulação argumentativa, tendo em vista a criação de um determinado efeito de sentido: admite-se um argumento possível para determinada conclusão, no entanto há um jogo sutil nesse enunciado assertivo à medida que o enunciador, com a introdução de um **mas** argumentativo, visa a uma conclusão oposta, **não-r**, para argumentar em favor do enunciado anterior. Em 54, o operador **mas** direciona para a conclusão de que a operação abafa do governo não está sendo bem sucedida, seus aliados não estão atingindo seus objetivos. Em 57, a palavra **até** denota que a redução foi *pequena* e não seria, portanto, suficiente. A presença dos operadores **até** e **mas** antecipa o desfecho: houve redução do pagamento, mas não a suspensão.

No fragmento 55, o uso do operador **até** aponta para uma conclusão, selecionando, argumentativamente, o elemento mais forte “**até** seus militares mais antigos”, supostamente incorruptáveis. O leitor pode concluir que ninguém está livre da corrupção, já que os militares antigos, que sempre teriam sido vistos como confiáveis e idôneos, também estarão sendo corrompidos.

No fragmento 56, o uso do operador **até** confere maior poder de persuasão à informação da *Veja* de que o presidente Lula ficou sabendo do Mensalão mais do que admitiu oficialmente, em pelo menos cinco ocasiões. Numa escala argumentativa: 1) Lula ficou sabendo do Mensalão em Brasília; 2) Lula ficou sabendo do Mensalão em Goiás; 3) Lula ficou sabendo do Mensalão na China (argumento mais forte). Esse argumento estratégico objetiva causar no leitor a convicção de que Lula realmente foi informado do Mensalão: Brasília, Goiás e China são localidades gradativamente distantes. Infere-se que, na China, haveria maior dificuldade de o Presidente Lula receber informações, mas que, mesmo assim, teria recebido.

Nos enunciados que seguem, encontra-se o uso do operador **até** com valor temporal (NEVES, 2000):

Tempo

- (59) “Com a saída de José Dirceu, porém, Lula dá um passo fundamental em direção a duas coisas essenciais: salvar seu governo e preservar

sua biografia. **Até** agora, não apareceu uma prova da existência do mensalão.” (Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)

- (60) “A reportagem de *VEJA* mostra que o presidente Lula soube mais do que admitiu oficialmente **até** agora”. (Texto 4 – Edição nº 29 – 01-07-2005)
- (61) “O desafio é quem colocar no lugar deles. **Até** a semana passada, o presidente não decidiu se a nova equipe teria um perfil marcadamente político.” (Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)
- (62) “No dia 31 de março, Miro voltou ao Palácio do Planalto e, diante do fato de que nada fora feito a respeito do mensalão, pediu para deixar a liderança. Saiu no dia 6 de abril, sendo substituído pelo Professor Luizinho. **Até** hoje, ninguém entendera por que Miro ficou apenas alguns dias como líder.” (Texto 4 – Edição nº 29 – 01-07-2005)

Lugar

- (63): “Agora, cai o próprio José Dirceu, também com água **até** o pescoço em um mar de suspeitas.” (Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)

Circunscrição

- (64) “A reação à denúncia é um notável choque de versões. Houve **desde** ministro que fez silêncio sobre o assunto (José Dirceu) **até** ministro que confirmou tudo mas nada fez por falta de provas (Ciro Gomes).” (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

No fragmento 64, temos o operador **até** marcando o ponto terminal de uma série, em correlação com o ponto inicial que representa o primeiro da série, precedido por **desde**, estabelecendo adição de vários elementos não mencionados, com destaque para os extremos (o primeiro e o último) (NEVES, 2000,p.625).

3.2.2.2 Operador inclusive

Sobre o operador **inclusive**, vale ressaltar o fato de que, além de seu valor aditivo, ele é responsável pelo sentido argumentativo do enunciado, uma vez que a intenção do enunciador é realçar uma característica essencial, imprescindível para provar o que está sendo dito, o que pode levar o leitor a uma determinada conclusão em detrimento de outras.

- (65) “Miro Teixeira disse que recebeu a denúncia, mas acrescentou que Jefferson lhe narrou **inclusive** “uma certa corrupção num ambiente ministerial’.” (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)
- (66) “José Dirceu manda recados ameaçadores, **inclusive** a Lula...”. (Texto 5 – Edição nº 31 – 03-08-2005)
- (67) “Por trás dela, haveria, **inclusive**, reflexos de uma rixa antiga entre Dirceu e o ministro da Justiça...” (Texto 5 – Edição nº 31 – 03-08-2005)

Nesses fragmentos, as ocorrências do operador **inclusive** apresentam uma estrutura cuja estratégia argumentativa é a de dar destaque a um determinado fato que se julga mais relevante, para fazer o leitor aderir ao que está sendo informado. Dessa forma, o argumento iniciado por esse operador é dado como mais abrangente, superior aos já mencionados. Essa estratégia é utilizada, pelo produtor do texto, com objetivo de causar maior impacto e fazer o receptor partilhar da crença de que a mensagem por ele enunciada não pode ser contestada. Assim ele apresenta uma razão mais forte com o objetivo de persuadir seu leitor.

Tomemos, a título de exemplificação, os fragmentos dados anteriormente, tendo em vista o mecanismo argumentativo.

Nos fragmentos 65 e 67, temos o operador **inclusive** com valor de inclusão. A orientação argumentativa do enunciado 65 processa-se pela inserção do operador **inclusive**, de forte valor aditivo, cuja função é orientar para uma conclusão *r*. O operador **inclusive** introduz o argumento mais forte de uma escala orientada para a conclusão *r*: a) “Miro Teixeira disse que recebeu a denúncia”, b) Jefferson narrou a Miro **inclusive** uma certa corrupção num ambiente ministerial”. A corrupção no “ambiente ministerial” é apresentada como um argumento que engloba o outro por ser de âmbito mais geral. Esse argumento seduz o leitor a aceitar a denúncia de corrupção como verdade, uma vez que o ambiente ministerial é tido como órgão acima de qualquer suspeita. No fragmento 67, o **inclusive** marca um argumento mais forte “A turma de Dirceu considera equivocada a manobra para proteger o presidente, atribuída ao ministro Márcio Thomaz Bastos. Por trás dela, haveria, **inclusive**, reflexos de uma rixa antiga entre Dirceu e o ministro da Justiça.

No fragmento 66, o operador **inclusive** tem o poder não só de *incluir* Lula na lista dos ameaçados, mas também de *reforçar* o poder da ameaça, visto que Lula é a

autoridade maior. O valor argumentativo do termo **inclusive** é, portanto, duplo: inclusão e reforço.

3.2.3 Operador que soma argumento decisivo

Koch (2007) considera que o operador **aliás** introduz um argumento decisivo, mas o faz de maneira sub-reptícia, isto é, o argumento é apresentado como se fosse desnecessário, como se se tratasse simplesmente de “uma lambuja”, quando, na verdade, é por meio desse marcador que se introduz um argumento decisivo, com o qual se dá o “golpe final”, resumindo ou englobando todos os demais argumentos:

3.2.3.1 Operador aliás

Operador **aliás** introduz um argumento adicional a um conjunto de argumentos já enunciados.

(68) “Nos últimos dias, porém, Dirceu tem dito a interlocutores que suas relações com Delúbio não eram tão boas como se apregoa. **Aliás**, seriam até muito ruins. O Delúbio estava descolado, agindo por conta própria, falando diretamente com o presidente”, disse o ex-ministro. O afastamento teria acontecido por divergências políticas. O ex-tesoureiro queria ser candidato ao governo de Goiás, mas Dirceu considerava a idéia imprópria.” (Texto 5 – Edição nº 31 – 03-08-2005)

Para reforçar ou intensificar a idéia de que Dirceu havia dito que suas relações com Delúbio, ao contrário do que diziam, não eram boas, foi utilizado o operador **aliás**, que introduz um argumento adicional como se fosse desnecessário, mas que, na verdade, introduz o argumento decisivo a favor da conclusão desejada: as relações entre Delúbio e Dirceu são ruins.

3.2.4 Operadores que estabelecem relação de condicionalidade

No caso dos operadores que estabelecem relação lógico-semântica de condicionalidade (se p então q), uma implicação entre um antecedente e um conseqüente, “O que se afirma nesse tipo de relação é que, sendo o antecedente verdadeiro, o conseqüente também o será” (KOCH, 1991, p. 62). Esse tipo de relação sempre implica valor de causa, embora de forma hipotética.

3.2.4.1 Operador se

O operador **se** é usado para defender argumentos que visam a persuadir o leitor a aderir à tese do enunciado do texto e, conseqüentemente, à sua opinião; no entanto apresenta o argumento como hipotético, virtual. Isso permite ao enunciador retratar-se, voltar atrás, dada uma certa condição de irrealidade (apenas uma possibilidade) do argumento. Em textos jornalísticos é utilizado como estratégia na defesa de argumentos que marcam o ponto de vista do jornalista.

(69) “O que será que ele sabe? - A operação anti-CPI falhou. E Jefferson já disse que, **se** sentar no banco dos réus, três petistas sentarão junto: José Dirceu, Delúbio Soares e Silvio Pereira.” (Texto 1 – Edição nº 22 – 01-06-2005)

No lide da reportagem, o locutor já utiliza o operador de condicionalidade **se** (se *p* então *q*): se Jefferson sentar no banco dos réus, então José Dirceu, Delúbio Soares e Silvio Pereira também sentarão. Isso faz que o interlocutor espere informações da existência de fatos que comprometem tanto Roberto Jefferson quanto os três citados por ele.

(70) “Lula começou seu governo sendo comparado ao americano Franklin Roosevelt, presidente que venceu a II Guerra Mundial e tirou seu país da depressão econômica. Terá sorte **se** sair dele com a avaliação de que, pelo menos, foi diferente de Fernando Collor.” (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

No fragmento 70, o operador argumentativo **se** (se *p* então *q*) introduz um argumento de condicionalidade. Se for verdadeiro que Lula conta com a sorte (se *p*), então será verdadeiro que Lula sairá com uma avaliação diferente de Fernando Collor (então *q*). Fazendo essa relação de condicionalidade, o enunciador deixa subentendido que não acredita na semelhança entre Lula e Franklin Roosevelt.

(71) “É possível que a compra de deputados, **se** vier a se confirmar, seja uma expressão pecuniária do desprezo que o PT nutre pelo Parlamento.” (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

Nesse fragmento, o enunciador coloca o argumento como hipotético, não se responsabilizando pela afirmação. Reforça ainda a hipótese por meio do operador

argumentativo **se**, que introduz argumento de condicionalidade. É possível que a compra de deputados seja uma expressão pecuniária do desprezo que o PT nutre pelo Planalto, essa hipótese implica que, para que essa proposição seja verdadeira, ela está condicionada à confirmação da compra de deputados.

(72) “**Se** soube do assunto e não tomou providências, Lula pode ser acusado de crime de responsabilidade, previsto nos artigos 84 e 85 da Constituição e, também, na Lei nº 1079, editada em 1950, conhecida como Lei do Impeachment. Pela lei, o presidente, **se** soube do mensalão, tinha de ter mandado apurar”. (Texto 4 – Edição nº 29 – 01-07-2005)

Tendo já anteriormente deixado implícito que o presidente Lula sabia do mensalão, no fragmento 72 o enunciador emprega o operador argumentativo **se** com efeito de **causalidade** – nas duas ocorrências, embora camufle pelo uso do operador de condicionalidade. Convence o leitor de que Lula “pode ser acusado de crime de responsabilidade” por saber do assunto e não ter tomado providências; que o presidente “tinha que ter mandado apurar”, porque soubera do mensalão.

(73) “**Se** confirmadas, as informações de Renilda comprovam o que havia muito se suspeitava: José Dirceu era o mandachuva do mais surpreendente escândalo de corrupção...” (Texto 5 – Edição nº 31 – 03-08-2005)

O operador argumentativo de condicionalidade **se** afirma que, se o antecedente – “as informações de Renilda” – for verdadeiro, o conseqüente - “Dirceu era o mandachuva da corrupção” – também o será.

3.2.5 Operadores que obedecem a regras combinatórias

Os operadores cujo emprego obedece a regras combinatórias, isto é, “eles não entram nos mesmos contextos argumentativos”(KOCH, 2007, p.39): **apenas**, **só** e **quase**.

3.2.5.1 Operador apenas

Segundo Koch (2007, p. 39), “o operador **apenas** orienta para a negação da totalidade, o que permite seu encadeamento com *poucos*”.

(74) “Dirceu, responsabilizando-o pela construção de uma base política tão irremediavelmente filosófica. Criticou outros ministros petistas, como Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social, e Humberto Costa, da Saúde, reclamando que nunca lhe apresentam soluções, **apenas** problemas. Poupou **apenas** o ministro Antonio Palocci, da Fazenda”. (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

No fragmento 74, há duas ocorrências do operador argumentativo **apenas**. Podemos afirmar que esse operador baseia-se na sugestão de que há outras razões para acatar a conclusão *R* pretendida e não apenas as enumeradas como se poderia pensar. Na primeira ocorrência, observamos que não há exatamente valor de negação de totalidade, como menciona Koch em seus estudos, **apenas**, nesta situação, denota oposição, adversidade, quebra de expectativa, uma vez que se esperam soluções, e não problemas.

Na segunda ocorrência, tem valor de restrição, negação da totalidade dos ministros petistas, dos quais Dirceu reclamou; denota exclusão dos outros ministros, que só Palocci foi poupado das críticas de Dirceu.

(75) “O complicado é que Lula tem sido enfático **apenas** nas palavras.”
(Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)

No fragmento 75, o argumento introduzido pelo operador **apenas** estabelece uma relação de exclusão de tudo que não sejam palavras. O uso desse operador aponta uma crítica do produtor do texto, ao fato de que Lula fala, mas não faz.

(76) “Na semana passada, por meio da assessoria de imprensa, o deputado confirmou a *VEJA* que a primeira conversa com Lula aconteceu em 5 de janeiro deste ano, no Palácio do Planalto, tendo sido testemunhada **apenas** pelo ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia”. (Texto 4 – Edição nº 29 – 01-07-2005)

Nesse fragmento, o movimento argumentativo ocorre porque o enunciado introduzido por **apenas** denota exclusão e pode levar o leitor a concluir que o número de testemunhas – apenas uma – não é suficiente para provar algo.

(77) “Miro Teixeira, que havia **apenas** três semanas assumira a liderança do governo na Câmara, começou a ser procurado pela tropa interessada em saber como seria paga a mesada dali em diante”. (Texto 4 – Edição nº 29 – 01-07-2005)

Nesse fragmento, o uso do operador **apenas** indica restrição de tempo, atuando como argumento de defesa de Miro Teixeira.

3.2.5.2 Operador só

(78) “A operação abafa do governo foi a maior mobilização política já realizada nos trinta meses de governo petista e incluiu seis ministros e um punhado de aliados. Até João Pedro Stedile, o líder dos sem-terra, entrou no jogo, mas **só** conseguiu o recuo da deputada Luci Choinacki, do PT catarinense.” (Texto 1 – Edição nº 22 – 01-06-2005)

Nesse mesmo trecho o operador **só** denota exclusão e denota a negação da totalidade. Com a exclusão de tudo que o líder poderia ter conseguido além do recuo da deputada, o enunciador realça que a conquista foi pequena demais. Tem como efeito a incompetência do governo, a perda do poder.

(79) “O Ministério Público também já ouviu o deputado Roberto Jefferson, o qual em seu depoimento, revelou que seus contatos com Marinho foram um pouco mais numerosos do que admitira em seu discurso de defesa na Câmara há duas semanas – e incluíram até dois encontros no prédio dos Correios.[...] A CPI dos Correios pode desvendar o esquema de corrupção do PTB em vários setores do governo e, calcada nisso, sugerir, por exemplo, que se reduza o número de cargos de confiança na esfera federal – uma forma de evitar que legendas fisiológicas abram suas picadas na máquina pública. **Só** uma CPI pode fazer isso.” (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

Nesse fragmento o operador **só** exerce importante função argumentativa: há a exclusão de tudo que não seja CPI, pois dizer “**só** uma CPI pode fazer isso” leva o interlocutor a interpretar o enunciado como sendo a CPI a única oportunidade para se desvendar o esquema de corrupção do PTB em vários setores do governo. Leva o interlocutor a acreditar na necessidade da abertura da CPI.

3.2.5.3 Operador quase

Segundo Koch (2007), o operador **quase** obedece a regras combinatórias, ou seja, não entra nos mesmos contextos argumentativos. Ele estabelece relação de afirmação de totalidade.

Ducrot (1981), ao analisar o operador **quase**, destaca que, dado um enunciado p' , convencionou-se chamar *quase p'* o enunciado obtido ao modificar com o auxílio de **quase** o predicado p' . Esse autor ainda ressalta que, se se considera que p' é, argumentativamente, mais forte que *quase p'*, a situação respectiva dos dois enunciados é apresentada com a parte de seu valor intrínseco, antes de qualquer utilização retórica.

(80) “Na segunda-feira de manhã, tão logo a entrevista de Jefferson chegou à bancas, o PT levou **quase** quatro horas reunido para, ao fim, lançar uma nota pífia”. (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

(81) “O deputado jura que deixou o cargo porque discordou do número excessivo de medidas provisórias, o que não deixa de ser curioso porque as MPs eram excessivas, antes, durante e depois de sua passagem pela liderança e, nos dias em que foi líder, o governo manteve sua média de despachar no Congresso Nacional **quase** uma MP por semana, sem nenhuma alteração no padrão histórico. (Texto 4 – Edição nº 29 – 01-07-2005)

Nos fragmentos 80 e 81, o operador argumentativo **quase** direciona o texto no sentido de aproximação, falta de certeza: número indeterminado de MP (80) e número indeterminado de horas (82). Nos dois exemplos, além desse valor específico, o operador realça ironicamente uma crítica ao número excessivo de MP e ao exagerado tempo gasto pelo PT para tentar, inutilmente, defender-se.

3.2.6 Operadores que estabelecem relação de oposição

São operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias – contrajunção. Koch (2007, p. 37) divide esses operadores em dois grupos: os do grupo do **mas** e os do grupo do **embora**, que, do ponto de vista semântico, tem funcionamento semelhantes, os operadores dos dois grupos opõem argumentos de perspectivas diferentes, que orientam, portanto, para conclusões contrárias.

3.2.6.1 Operador mas

No que diz respeito às pesquisas sobre o operador **mas**, temos como ponto de partida para uma descrição semântica, o fato de que Ducrot (1989) considera esse operador como “operador argumentativo por natureza”. A aceitação desse postulado parece-nos pertinente, uma vez que esse operador liga dois atos distintos p mas q , em

que o **mas** introduz uma proposição q orientando para uma conclusão $n\tilde{a}o-r$, contrária a uma conclusão r a que p poderia conduzir. Em se tratando de argumentação, isso significa que o enunciador do texto apóia-se no segundo enunciado imprimindo-lhe maior força argumentativa para concluir $n\tilde{a}o-r$, negligenciando o primeiro enunciado.

Segundo Guimarães (2001), os estudos argumentativos sobre o *mas* (Anscombe, Ducrot 1977e Vogt e Ducrot, 1980) sugeriram que o **mas** fosse dividido em dois tipos: o que equivale ao **SN** (do espanhol *sino* e do alemão *sondern*) e o que equivale ao **PA** (do espanhol *pero* e do alemão *aber*). O *masSN* serve para retificar, vem sempre depois de uma proposição negativa = $n\tilde{a}o\sim p$ mas q (*ele não é inteligente, masSN apenas esperto*) e não argumentativa e possui valor pragmático de refutação, retificação, ou ainda, justificação de uma recusa de p , segue sempre uma proposição negativa ($Neg.p'$ Mas q) e que pode ser substituído ou desenvolvido por “ao contrário”. Além disso, não tem função argumentativa, pois não permite uma descrição polifônica. O *masPA* orienta o enunciado para uma conclusão $n\tilde{a}o r$ oposta a uma conclusão r , é o *mas* argumentativo em sentido estrito (*ele é inteligente, masPA estuda pouco*).

Vogt (1997, p. 104) o *masSN* serve para retificar, vem sempre depois de uma proposição negativa $p = n\tilde{a}o p'$ e introduz uma determinação q que substitui a determinação p' negada em p e atribuída a um interlocutor real ou virtual. O *masPA*, ao contrário, não exige necessariamente que a proposição precedente, p , seja negativa, sua função é introduzir uma proposição **i** que orienta para uma conclusão $n\tilde{a}o-r$ oposta a uma conclusão r para a qual p poderia conduzir.

Guimarães (2001) salienta que os estudos argumentativos realizados sobre esse operador consideram que *masSN* não estabelece orientação argumentativa, em contrapartida o *masPA* estabelece.

Koch (1996), para discutir o jogo adversativo em estruturas com o *masPA*, parte do pressuposto de que q se opõe diretamente a p . O **mas**, no caso, estabelece oposição entre dois atos de asserção: o locutor, de certo modo, admite a possibilidade de argumentar a favor da conclusão r por meio do argumento p ; no entanto, embora não se oponha a essa conclusão, introduz o argumento q , por meio do qual declara que seria precipitado tirar de p a conclusão r .

Para análise do operador **mas** na dimensão semântica, seguimos Neves (2000), para quem, semanticamente, a definição básica de **mas** é a noção de desigualdade. Nesse sentido, a autora salienta que, nos segmentos coordenados por esse operador, passa-se de uma desigualdade para o contraste e chega-se à negação. Assim, ela propõe diferentes valores e especificações ao **mas**, segundo sua distribuição.

A- Iniciando sintagmas, orações ou enunciados em função atributiva, pode indicar contraposição ou, mais fortemente, eliminação:

1- Contraposição: não elimina o elemento anterior, admite-o, mas se contrapõe a ele, em direção oposta, na mesma direção ou em direção independente.

1.1. na mesma direção: o segundo não é inferior ao primeiro, envolve comparação.

1.2 em direção oposta:

1.2.1 marca contraste (positivo x negativo, certo x errado, verdade x mentira).

1.2.2 Nega inferência - admite-se um fato e nega-se a inferência do que foi asseverado – (envolve outros elementos da frase além do operador **mas**).

1.2.3 marca compensação; às vezes, tem valor próximo da concessão, (informação verbal): sem gradação ou com gradação (do argumento mais forte para o mais fraco/ do mais fraco para o mais forte).

1.2.4 restringe por acréscimo de informação. Essa restrição pode excluir parcialmente: acrescentando um circunstante limitador; acrescentando uma qualificação restritiva.

1.3. em direção independente:

1.3.1 o argumento anterior é menos relevante, pode envolver outros elementos. A desconsideração pode vir lexicalizada (*o importante é, o que importa é*).

1.3.2 o argumento anterior é insuficiente.

1.3.3. mudança de foco da narrativa ou da conversação.

1.3.4. Introdução de um novo tema.

2. Eliminação: a oração iniciada pelo **mas** elimina ou parece eliminar o elemento anterior.

2.1 no tempo

2.1.1 negada a subsequência, nada se põe no lugar.

2.1.2 nega-se a subsequência, mas há uma recolocação.

2.2. rejeição de elemento da situação de enunciação.

2.3. sem substituição (relação de causalidade).

2.4. com substituto.

2.5. rejeição do primeiro membro por desconsideração (sem relevância).

2.6. sem relação temporal.

B- Empregos em início de enunciado, obedecendo a determinações pragmáticas.

1. Contraposição

1.1. em direção oposta.

1.2 com restrição por refutação e restrição por questionamento.

1.2 em direção independente.

1.2.1 sugestão de novo argumento, frequentemente hipotético interrogativo.

A condição adicional do novo argumento pode vir lexicalizada pelo *e*.

1.2.2. mudança de foco.

1.2.3. introdução de novo tema.

2. Eliminação

2.1. sem recolocação.

2.2. com recolocação:

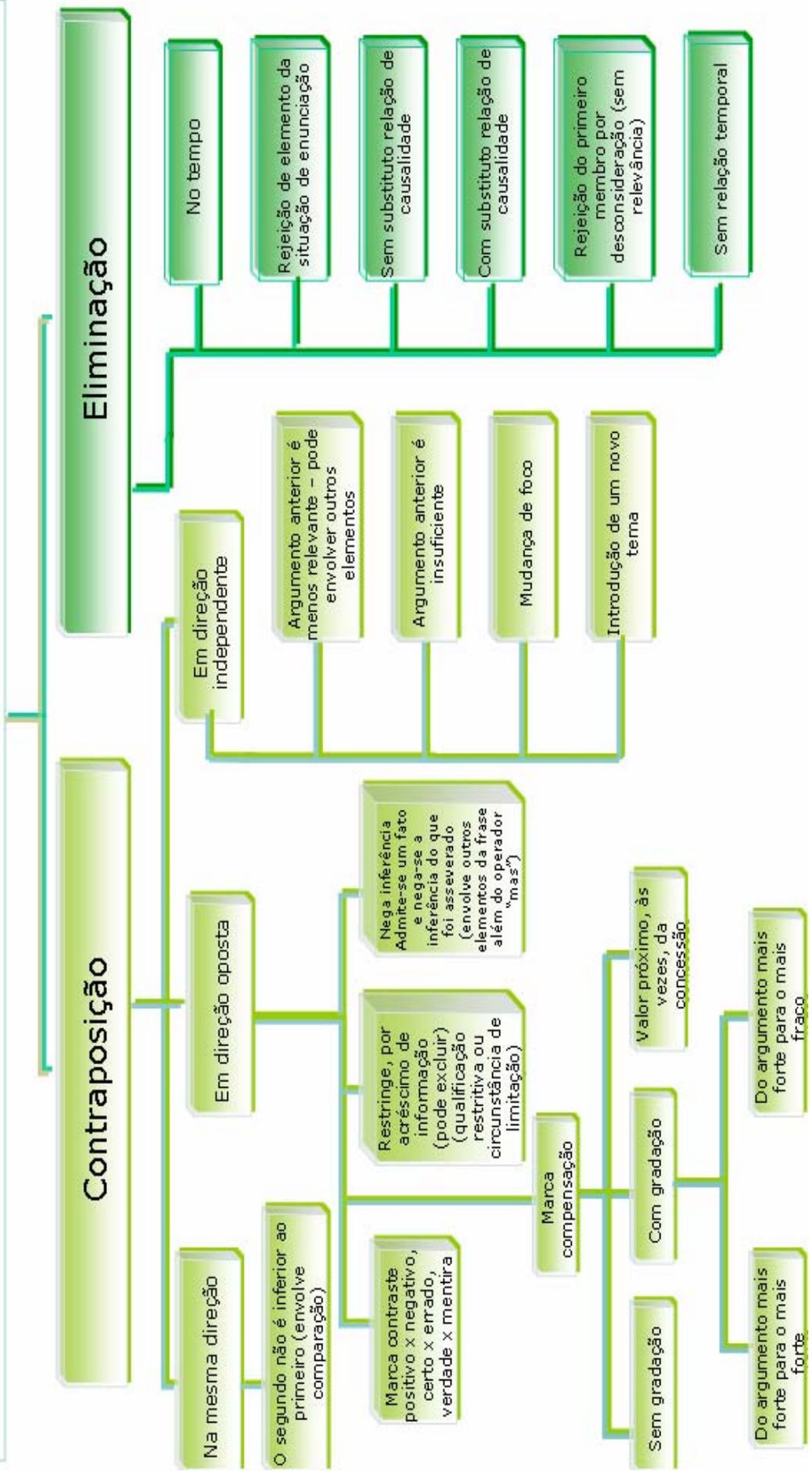
2.2.1 desconsideração do enunciado anterior, rejeitando-se o próprio ato de enunciação.

2.2.2. rejeição de algum elemento da situação de enunciação.

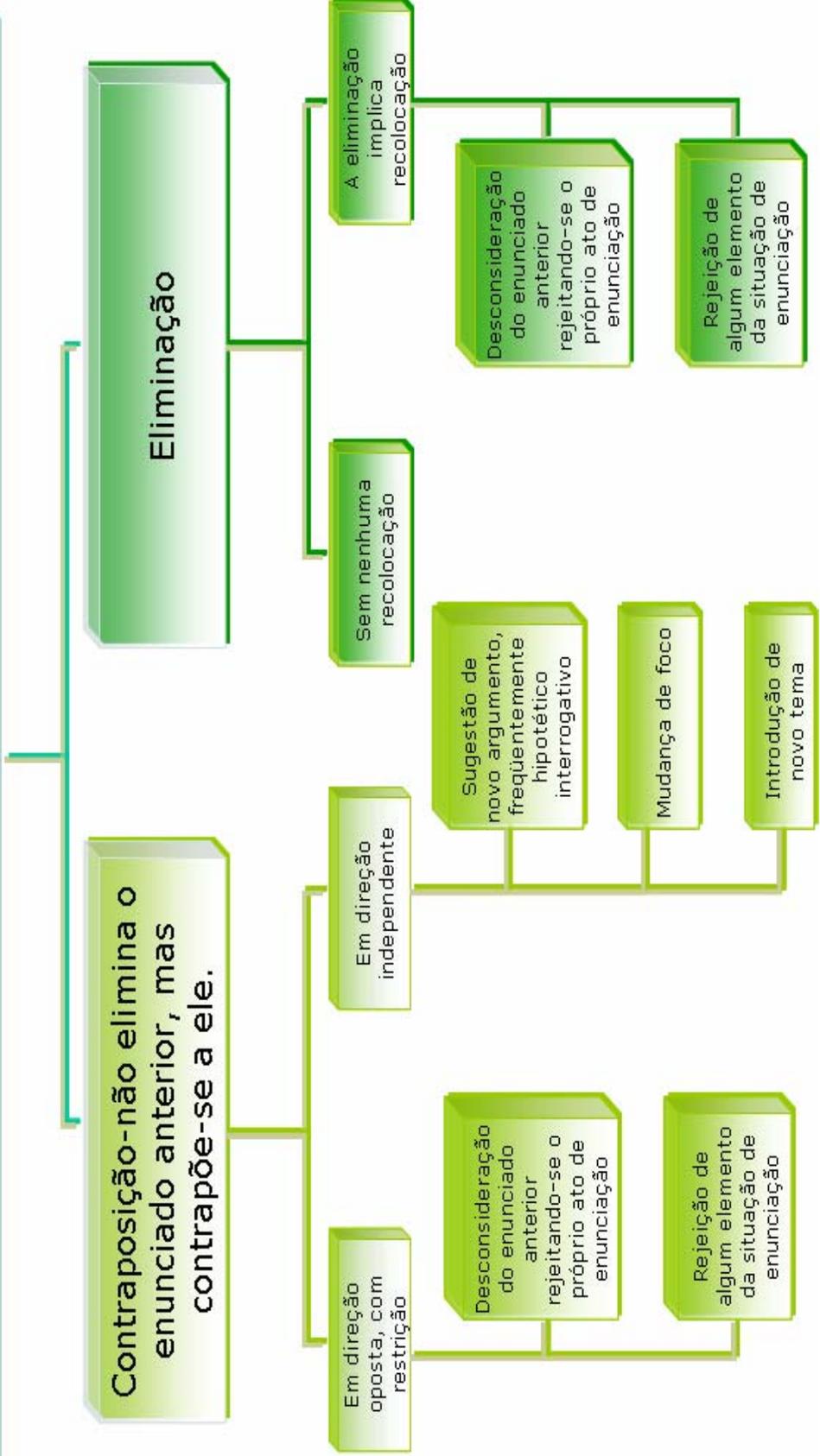
Segundo Neves (2000), o uso do articulador **mas** pode assumir efeitos de contraposição ou eliminação e produzir relações de desigualdade utilizadas para a organização da informação e para a construção da argumentação. Em nosso *corpus*, dentre os usos indicados nos organogramas a seguir, identificamos: contraposição com valor de concessão, marcando compensação com lexicalização, marcando contraste positivo x negativo ou negativo x positivo, sugestão de um novo argumento hipotético interrogativo, introdução de um novo tema; eliminação – rejeição de elemento da situação de enunciação. Além dos usos elencados por Neves, identificamos o uso do **mas** com valor de adição.

Os valores semânticos do operador argumentativo **mas** (relação de desigualdade) podem ser visualizados nos organogramas a seguir, adaptados da *Gramática de usos do português* (NEVES, 2000).

“Mas” – Não elimina o elemento anterior; admite-o mas contrapõe-se a ele. Iniciando sintagmas, orações ou enunciados em função atributiva.



“Mas” – Empregos que só ocorrem em início de enunciado – obedecendo a determinações pragmáticas.



Tomemos alguns fragmentos do *corpus* que nos permitam discutir a questão do valor semântico do **mas**.

- (82) “[...] o deputado Roberto Jefferson, aquele que diminuiu o estômago **mas** cujo apetite aumentou. Na segunda-feira à noite, os ministros Aldo Rebelo e José Dirceu foram ao apartamento de Jefferson, na Asa Norte de Brasília, **mas** o deputado, irritado com os governistas, não os deixou subir. Na manhã do dia seguinte, os dois voltaram a procurar Jefferson, **mas** de novo não foram autorizados a ir ao apartamento.” (Texto 1 – Edição nº 22 – 01-06-2005)
- (83) “O fato é que, depois de ouvir tudo o que Jefferson tinha a dizer, Aldo Rebelo e José Dirceu imploraram ao deputado para que retirasse sua assinatura do pedido de CPI e orientasse os outros dezesseis parlamentares do PTB a fazer o mesmo [...] **Mas** por que o governo se agarrou tanto ao PTB de Roberto Jefferson, mais até do que ao aliado de primeira hora, o PL do vice-presidente?” (Texto 1 – Edição nº 22 – 01-06-2005)
- (84) “As nove fontes ouvidas pela entrevista pertencem a cinco partidos diferentes – são eles: PT, PMDB, PSB, PP e PFL – **mas** todos informaram que o pagamento era feito pelo PT”. (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

No fragmento 82, há três ocorrências do operador argumentativo de contrajunção **mas**. Na primeira ocorrência, embora exista oposição de sentido literal entre “diminuir o estômago” e “aumentar o apetite”, seu valor é mais **concessivo que adversativo**. Na expressão do enunciador, entretanto, o sentido é figurado: “apetite” quer dizer *busca de poder*, *busca de riqueza*, e está ironicamente relacionado à *diminuição do estômago* por meio do operador **mas**. Os outros dois referem-se à contradição entre as tentativas de Aldo Rebelo e Dirceu de falarem com Jefferson e ele (Jefferson) os receber.

No fragmento 83, o **mas** não estabelece oposição explícita entre dois processos verbais. Está demonstrando a indignação do enunciador ao fazer a pergunta. Na verdade, não faz parte do enunciado, mas da instância da enunciação e seu efeito é de anunciar uma conclusão: há algo errado.

No fragmento 84, o operador **mas** estabelece relação de contradição, ou, pode-se dizer, que no mínimo, há estranhamento entre os enunciados, produzindo a dúvida no leitor: algo está errado.

(85) “A idéia, ao promover esse inchaço, nasceu de uma arrogância tipicamente petista: aumentava-se a base de apoio ao governo **mas** mantinha-se a pureza ética e ideológica do PT, sem contaminá-lo com a filiação de políticos filológicos e aventureiros”. (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

(86) “Jefferson desmentiu a mesada, **mas**, para sua irritação, ninguém lhe deu crédito.” (Texto 1 – Edição nº 22 – 01-06-2005)

No fragmento 85, a argumentação é reforçada pelo operador **mas**, que mostra um PT que diz não perder a “pureza ética e ideológica” com a filiação de outros partidos, que apenas aumentam o apoio ao governo. Não é essa, entretanto, a impressão do jornalista: ele deixa clara a “arrogância tipicamente petista”.

No fragmento 86, o conectivo **mas** estabelece contradição entre enunciados. O interlocutor apresenta uma proposição p , “Jefferson desmentiu a mesada”, que leva a uma conclusão (R). Com o uso do operador argumentativo **mas**, não previne o interlocutor de que se pretende apresentar, por meio de q “ninguém lhe deu crédito”, um argumento mais forte a favor da conclusão ($\sim R$).

(87) “A operação abafa do governo foi a maior mobilização política já realizada nos trinta meses de governo petista e incluiu seis ministros e um punhado de aliados. Até João Pedro Stedile, o líder dos sem-terra, entrou no jogo, **mas** só conseguiu o recuo da deputada Luci Choinacki, do PT catarinense.” (Texto 1 – Edição nº 22 – 01-06-2005)

No fragmento 87, o operador **mas** introduz um argumento contrário, deixando clara a incompetência do governo.

(88) “As denúncias de Jefferson ainda precisam de apuração, **mas** já acertaram o coração do PT, comprometendo seu discurso histórico em defesa da ética, e – o que é ainda mais grave – podem fazer sangrar o Palácio do Planalto”. (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

No fragmento 88, o operador **mas** estabelece contradição entre o enunciado “as denúncias ainda precisam de apuração”, que poderia conduzir a uma conclusão r (não há motivo para preocupação) e o enunciado “**mas** já acertaram o coração do PT”. O **mas** introduz um argumento contrário à conclusão r , levando a uma conclusão $\text{não-}r$ (as denúncias já acertaram o coração do PT, comprometendo o discurso do PT em

defesa da ética, uma vez que esse partido sempre apareceu em primeiro lugar nas pesquisas de opinião como o partido mais idôneo e mais confiável do país).

- (89) “O Presidente Lula, por sua vez, admitiu ter ouvido falar da mesada, porém ressaltou que não recebera uma denúncia, **mas** só um ‘comentário genérico’, sendo que Jefferson não apontou ‘fatos’ nem ‘pessoas’.” (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

No fragmento 89, o operador de contrajunção **mas** opõe enunciados de orientações argumentativas opostas, prevalecendo a orientação argumentativa do enunciado introduzido pelo operador. Do ponto de vista argumentativo, o locutor negligencia o primeiro enunciado e apóia-se sobre o segundo, imprimindo-lhe mais força argumentativa para concluir *não-r*. Esse operador argumentativo introduz um argumento que contradiz o fato de Lula dizer que não sabia da mesada, ter recebido apenas uma denúncia. O uso desse operador leva o leitor a concluir que o presidente Lula recebeu comentário genérico, portanto ficou sabendo da mesada.

- (90) “Lula mandou dizer que, ao tomar conhecimento disso, pediu a dois auxiliares que examinassem o assunto. Os dois souberam que a Câmara faria uma investigação quando o caso foi denunciado por Miro Teixeira no *Jornal do Brasil*, em setembro de 2004. **Mas**, como Miro disse que não disse o que dissera ao *JB*, o caso foi arquivado na Câmara.” (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

Nesse fragmento, o jornalista usa novamente um operador argumentativo de contradição, introduzindo o argumento de que as decisões sérias do governo acabam não sendo tomadas efetivamente.

- (91) “Com lábios ressecados de nervosismo, vacilante e inseguro, Delúbio disse que estava sendo “caluniado e massacrado”, **mas** não acusou Roberto Jefferson de ser um mentiroso”. (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

No fragmento 91, o operador **mas** tem o poder de argumentar em duas direções: “Delúbio disse que estava sendo ‘caluniado e massacrado’”, mas não acusou Roberto Jefferson (de tê-lo caluniado e massacrado – informação implícita).

- (92) “Não se conhecem os motivos exatos da irritação de Silvio Pereira, **mas** o fato é que a ameaça de Jefferson – de que, se caísse, levaria junto José Dirceu, Delúbio Soares e o próprio Silvio Pereira –

começou a materializar-se na semana passada com as denúncias contra o tesoureiro”. (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

- (93) “Não era uma sombra oculta nos desvãos do poder, como seu antecessor PC Farias no governo de Fernando Collor. Além disso, na semana passada o governo tentou tomar distância do mensalão, **mas** escolheu um caminho risível”. (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

O operador argumentativo **mas**, no fragmento 92, introduz oposição à afirmação de que “Não se conhecem os motivos exatos da irritação de Sílvio Pereira”. Se o fato de Jefferson levar consigo (se caísse) o próprio Sílvio Pereira deflagrou denúncias contra o tesoureiro, isso constitui um conhecido motivo da irritação de Sílvio Pereira. No fragmento 93, **mas** também introduz um argumento que prova a incapacidade administrativa do governo: ao tentar livrar-se das acusações, tomou caminho errado.

- (94) “Com isso, a CPI dos Correios saiu do papel. **Mas** outra está a caminho – a CPI do Mensalão”. (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

- (95) “Com a saída de José Dirceu, porém, Lula dá um passo fundamental em direção a duas coisas essenciais: salvar seu governo e preservar sua biografia. Até agora, não apareceu uma prova da existência do mensalão. **Mas** os indícios de que o troca-troca partidário na Câmara era movido por impulsos pecuniários não param de pipocar”. (Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)

- (96) “Não se sabe o que aconteceu na Casa Civil, **mas** o fato é que, no mês seguinte, os três procuraram os líderes tucanos e disseram o seguinte: topariam ficar no PSDB, e não votar mais com o governo, se recebessem o mesmo que lhes foi oferecido para bandear-se para o PTB: 30.000 reais por mês mais uma quantia entre 300.000 e 500.000 reais para honrar dívidas, além de um cargo na hidrelétrica de Furnas”. (Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)

No fragmento 94, não há contrariedade; o operador **mas** introduz um novo tema, que contrasta com o anteriormente selecionado: “a CPI dos Correios saiu do papel”. Fica, assim, marcada uma nova progressão temática: a CPI do Mensalão está a caminho. Também no fragmento 95, o **mas** não introduz um argumento de contradição: não há oposição entre o fato de não ter aparecido uma prova da existência do mensalão e o fato de haver indícios de que o troca-troca partidário na Câmara era movido por impulsos pecuniários. O texto instiga, porém, o leitor a crer que José Dirceu tenha saído

do governo por motivos “pecuniários”, ou seja, estaria envolvido no escândalo do mensalão.

Como no fragmento 95, no fragmento 96 o operador **mas** não introduz argumento contrário: o fato de *os três procurarem líderes tucanos e toparem ficar no PSDB em troca de favores* não é argumento oposto a *não se saber o que aconteceu na Casa Civil*. O jornalista tem por objetivo revelar, ironicamente, que se sabe: *foi na Casa Civil que se ofereceram os favores*.

(97) “Em seu programa quinzenal de rádio, disse que estava "indignado" com as denúncias de corrupção e prometeu que não sobrarão "pedra sobre pedra". **Mas** dois dos sete diretores afastados do comando dos Correios sob denúncias de corrupção foram contratados como "consultores" da nova diretoria sem que se tenha colhido um único indício de que ambos sejam inocentes”. (Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)

(98) “Os meandros da reforma não estão decididos – há especulações variadas em torno de nomes e cargos, **mas** a direção das mudanças está definida. Lula quer aproximar-se da oposição, com a qual Dirceu queimou todas as possibilidades de dialogar”. (Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)

(99) “Para isso, Lula está tentando atrair o PMDB, que já tem dois ministérios no governo. **Mas**, para o constrangimento de Lula e num sinal eloqüente da gravidade da situação, esse PMDB, celebrizado por sua voracidade fisiológica, começa a achar que, em vez de entrar ainda mais no governo, talvez seja a hora de sair inteiramente dele”. (Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)

O operador argumentativo **mas**, no fragmento 97, está realmente opondo o segundo argumento ao primeiro, convencendo o leitor de que a promessa de Lula não se cumpriu; pelo contrário, dois diretores do comando dos Correios foram readmitidos apesar das denúncias de corrupção contra eles. No fragmento 98, o **mas** introduz argumento contrário ao anterior, para provar que “os meandros da reforma estão decididos”: não se conhece a correspondência entre nomes e cargos, mas já se definiu a direção das mudanças. A frase seguinte esclarece qual é essa direção: aproximação de Lula com a oposição, numa manobra política. No fragmento 99, temos o primeiro enunciado informando que, para reforçar sua base de apoio, Lula está tentando atrair o PMDB – que já tem dois ministérios no governo. O segundo enunciado, introduzido pelo operador argumentativo **mas**, contradiz o primeiro, quebra a expectativa, pois propõe uma conclusão adversa àquela que se esperava. Conclusão esperada: Lula

atrairia o PMDB na reforma ministerial. Conclusão não esperada: Em vez de aliar-se ao Governo, o PMDB quer sair inteiramente dele.

- (100) “Lula conserva, por enquanto, o respeito popular que conquistou. **Mas** o estrago na imagem imaculada está feito. Tem conserto?” (Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)

O operador argumentativo de oposição **mas**, no fragmento 100, tem por objetivo convencer o leitor de que Lula não conservará “o respeito popular que conquistou”, porque houve “estrago na imagem imaculada” do presidente.

- (101) “O tema oficial era a distribuição de cargos federais para o PTB, **mas**, a certa altura, Jefferson atalhou dizendo que o mensalão vinha causando problemas ao seu partido”. (Texto 4 – Edição nº 29 – 01-07-2005)

- (102) “Miro Teixeira disse que recebeu a denúncia, **mas** acrescentou que Jefferson lhe narrou inclusive ‘uma certa corrupção num ambiente ministerial’”. (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

Nos fragmentos 101 e 102, o operador argumentativo **mas** não orienta o discurso em sentido oposto, ele soma argumentos. Em 101, a afirmação de Jefferson “acrescenta” informação, não se opondo ao tema da reunião. Em 102, Miro acrescentou a narração de Jefferson ao que já havia dito (“Miro recebeu a denúncia”).

3.2.6.2 Operador porém

- (103) “O Presidente Lula, por sua vez, admitiu ter ouvido falar da mesada, **porém** ressaltou que não recebera uma denúncia, mas só um ‘comentário genérico’, sendo que Jefferson não apontou ‘fatos’ nem ‘pessoas’.” (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

No fragmento 103, por meio do operador de contrajunção **porém**, opõem-se enunciados de orientações argumentativas opostas, prevalecendo a orientação argumentativa do enunciado introduzido pelo operador. Do ponto de vista argumentativo, o locutor negligencia o primeiro enunciado e apoia-se sobre o segundo, imprimindo-lhe mais força argumentativa para concluir *não-r*. No caso do operador **porém**, teríamos:

P: O presidente Lula admitiu ter ouvido falar da mesada. *R*: Lula ficou sabendo.

Q: porém ressaltou que não recebera denúncia. *não-R*: Lula não recebeu uma denúncia, não ficou sabendo oficialmente.

- (104) “O PT já atravessou várias crises. A última, que colocou em campos opostos o Palácio do Planalto e uma parte do partido, aconteceu durante o debate em torno da aprovação da reforma da Previdência Social. Agora, **porém**, a natureza ética da crise torna as coisas ainda mais confusas e imprevisíveis”. (Texto 2 – Edição nº 24 – 15-06-2005)

O operador **porém**, no fragmento 104, marca oposição entre dois enunciados buscando conduzir o leitor à conclusão de que a crise, de natureza ética, é mais comprometedora para o PT que as crises anteriores.

- (105) “Um governador e dois senadores ouviram da boca de Marconi Perillo o relato completo de sua conversa com o presidente, em Rio Verde. Perillo, **porém**, não quer mais se manifestar sobre o assunto”. (Texto 4 – Edição nº 29 – 01-07-2005)

Nesse fragmento, o enunciado *p* informa que “um governador e dois senadores ouviram da boca de Marconi Perillo o relato completo da conversa de Jefferson com o presidente”. Esse enunciado provoca um efeito de sentido: acreditar que os políticos citados pelo produtor do texto assumirão o que sabem, engrossando as provas de Jefferson. No entanto, ao usar o operador **porém**, que introduz o argumento *q* “**porém** Perillo não quer se manifestar”, esse procedimento instaura uma contradição, levando o leitor a concluir *não-r*: *Marconi Perillo não quer reafirmar o que disse*.

- (106) “O ex-ministro diz que, por culpa de Lula, saiu do governo de maneira humilhante. Afirma que decidiu deixar o cargo logo depois das primeiras acusações do deputado Jefferson de que ele seria o chefe do mensalão. A disposição, **porém**, durou pouco.” (Texto 5 – Edição nº 31 – 03-08-2005)

No fragmento 106, um outro operador de contrajunção **porém** é utilizado pelo locutor para confirmar o desentendimento entre Dirceu e o Presidente Lula e, sobretudo, para enfatizar a falta de convicção do presidente: Lula aceitou a permanência de José Dirceu no cargo e imediatamente demitiu-o.

3.2.6.3 Operador no entanto

- (107) “Em seu esforço para impedir a criação da CPI dos Correios, o Palácio do Planalto apelou para arsenal tradicional do presidencialismo brasileiro: ameaças, cargos e dinheiro. Um recurso em particular, **no entanto**, chamou atenção: as súplicas dirigidas ao presidente do PTB...” (Texto 1 – Edição nº 22 – 01-06-2005)

Nesse fragmento, o operador argumentativo de contração **no entanto** mostra ao mesmo tempo três oposições:

✓ recursos tradicionais	x	recursos particulares
✓ ameaças, cargos, dinheiro	x	recurso particular
✓ poder	x	não poder (“humildade”)

Além dos apelos tradicionais do presidencialismo brasileiro, o Palácio utilizou “particular”.

- (108) “Seus petardos mais devastadores, **no entanto**, foram dirigidos contra José Dirceu e José Genoíno”. (Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)

Nesse fragmento, o operador argumentativo **no entanto** estabelece uma relação de contradição: Jefferson revelou erros da sua bancada x atacou mais ainda José Dirceu e José Genoíno.

- (109) “Miro Teixeira contou o motivo real de sua demissão da liderança de governo para pelo menos cinco interlocutores, que relataram o caso a *VEJA*. Ele, **no entanto**, nega que tenha conversado sobre mensalão com o presidente”. (Texto 4 – Edição nº 29 – 01-07-2005)

No fragmento 109, o enunciado *p* informa ao leitor que os interlocutores de Miro relataram a *Veja* o real motivo da demissão dele. Diante do exposto, o leitor poderia concluir que Miro assumiria suas declarações. O operador **no entanto** introduz o enunciado *q* “Miro nega que tenha conversado sobre o mensalão com o presidente”. Esse operador não apenas liga as sequências, mas também altera a orientação argumentativa e projeta o significado de maneira a levar o leitor do texto à adesão da idéia que está sendo defendida: Miro sabia e o presidente também sabia, porém ninguém quer assumir que tem conhecimento do mensalão.

- (110) “Se o presidente teve ciência disso, caracteriza-se uma omissão, que é um típico crime de responsabilidade, afirma o jurista Miguel Reale Júnior, que redigiu a petição que resultou no impeachment de

Fernando Collor, em 1992. Um impeachment, **no entanto**, não é um processo meramente jurídico.” (Texto 4 – Edição nº 29 – 01-07-2005)

Nesse fragmento, o enunciado *p* deixa claro que havia motivo suficiente para um impeachment contra Lula: a sua omissão, “típico crime de responsabilidade”. O operador **no entanto** direciona em sentido oposto do enunciado *q*: não haverá “impeachment” por falta de vontade política.

3.2.6.4 Operador embora

O ponto de partida para uma análise semântica do operador **embora** reside no fato de que ele exprime oposição, porém com natureza concessiva, isto é, o argumento que ele introduz é apresentado, mas marcado como não válido.

Segundo Koch (1996), a estrutura gramatical das línguas naturais possibilita discernir entre argumento possível e argumento decisivo. Nesse sentido, há uma asserção *p* sendo considerada pelo locutor como argumento possível em favor de uma conclusão *r*, entretanto ele recusa a virtualidade desse argumento, por existirem razões que o fazem admitir ou defender a conclusão oposta *não-r*. Observemos os exemplos:

- (111) “A seus interlocutores próximos, o presidente Lula disse que a demissão de José Dirceu, companheiro de tantos anos com o qual mantém uma relação de respeito **embora** pontuada por atritos e divergências, foi "a decisão mais difícil" de seus trinta meses de governo. É até compreensível que tenha sido assim devido tanto à dificuldade do presidente em demitir quem quer que seja – pior ainda quando a demissão é um corte na própria carne” (Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)

O operador **embora** exprime oposição, mas com natureza concessiva, isto é, o argumento introduzido pelo **embora** é apresentado, porém marcado como incapaz de impedir a ocorrência do fato expresso na oração a que se vincula. Nesse fragmento, temos *p*: embora pontuada por atritos e divergências”, *q*: Lula disse que a demissão de Dirceu foi a decisão mais difícil de seus trinta meses de governo. Nesse caso, o operador **embora** anula o primeiro argumento (*p*). A estratégia introduzida por esse operador pretende dotar o discurso de maior poder persuasivo, com o objetivo de desarmar e reforçar a dificuldade encontrada pelo presidente ao demitir o “amigo” José

Dirceu, pois, anulados os “atritos e divergências”, realçavam-se ainda mais “os laços de amizade”.

- (112) “É difícil prever como o presidente Lula atravessará as investigações, para o bem de seu governo e de sua biografia. **Embora** ciente de que não tinha alternativa senão se livrar de José Dirceu, Lula manifestou certa perplexidade na semana passada”. (Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)
- (113) “**Embora** negada peremptoriamente, a história é explosiva, se comprovada, e prospera como rastilho de pólvora, como desejam os amigos do ex-ministro.” (Texto 5 – Edição nº 31 – 03-08-2005)
- (114): “O problema de Dirceu é que, **embora** repita que nada sabia sobre o esquema ilícito de arrecadação, ninguém acredita.” (Texto 5 – Edição nº 31 – 03-08-2005)

Nos fragmentos a seguir, o operador **embora** exprime oposição, mas com natureza concessiva, ou seja, o argumento que ele introduz é apresentado, porém marcado como não válido, utilizando a estratégia de antecipação. Em 112, reforça o argumento de que o Presidente Lula encontrou dificuldade para demitir o amigo José Dirceu. O operador **embora** anula a força argumentativa de que não havia outra alternativa. Em 113, nega-se, elimina-se de início o argumento contrário ao alastrar-se da história: ela havia sido negada peremptoriamente. Reforça-se o argumento de que a história continua sendo muito comentada. No fragmento 114, reforça-se, por meio da contrariedade, a reação do povo brasileiro buscada pela revista: que ninguém acredite nas palavras de Lula.

3.2.6.5 Operador apesar de

- (115) “Por último, ninguém consegue expulsar Delúbio do PT, **apesar de** todos os seus trambiques, com medo da reação do ex-ministro. Isso que é inimizade.” (Texto 5 – Edição nº 31 – 03-08-2005)

No fragmento 115, o locutor utiliza o operador argumentativo de concessão **apesar de**, que anula o argumento de que os “trambiques” possam ser motivo suficiente para a demissão de Delúbio. Fica confirmado, portanto, o seguinte argumento: com medo da reação de José Dirceu, ninguém tem coragem de “expulsar” Delúbio do PT.

3.2.6.6 Operador **ainda assim**

- (116) “O curioso é que, **ainda assim**, Delúbio fez questão de preservar Dirceu em seu depoimento à CPI, dizendo que o ex-ministro não sabia nada de nada dos empréstimos bancários malandros contraídos pelo PT e avalizados por Marcos Valério.” (Texto 5 – Edição nº 31 – 03-08-2005)

No fragmento 116, o operado **ainda assim** inclui argumento contrário ao esperado – Delúbio denunciaria Dirceu em seu depoimento, pois pode-se observar, no enunciado anterior, que a relação entre os dois não seria das melhores, **ainda assim** (operador argumentativo de concessão) Delúbio fez questão de preservar Dirceu em seu depoimento à CPI. Fica reforçada a relação de dependência entre José Dirceu e Delúbio: a queda de um implica a do outro.

- (117) “Na reunião, Dirceu teria falado muito sobre economia e, só no finalzinho, um pouco sobre o que interessava, e **ainda assim** para dizer que trataria do assunto após as eleições municipais. Após a denúncia, Dirceu primeiro se calou e depois afirmou que não se lembrava do encontro. Só após o Banco Rural ter emitido uma nota confirmando a reunião é que a memória, sempre muito boa, funcionou.” (Texto 5 – Edição nº 31 – 03-08-2005)

Utilizando o operador **ainda assim**, o locutor estabelece outra relação de concessão, anulando o argumento de que Dirceu teria falado sobre o mensalão: ele apenas mencionava o assunto, prometendo discuti-lo após as eleições municipais.

3.2.6.7 Operador **ainda que**

- (118) “Lula está decidido a recolocar seu governo nos trilhos, **ainda que** seja preciso voltar a cortar na própria carne”. (Texto 3 – Edição nº 25 – 22-06-2005)

O operador **ainda que** estabelece uma relação de concessão. Há dois argumentos que conduzem a conclusões implícitas contrárias. Nessa construção concessiva, prevalece o argumento de que Lula estava decidido a resolver o problema, para que o governo passasse a ter credibilidade. Anula-se a hipótese de que ele recuará diante da necessidade de demitir pessoas muito amigas.

3.2.6.8 Operador mesmo que

(119) “Para isso é vital não se aprofundar em descobrir o quanto Lula sabia dos desmandos a sua volta, **mesmo que** não seja crível que ele possa ter estado alheio a tudo”. (Texto 4 – Edição nº 29 – 01-07-2005)

O operador **mesmo que** coloca em oposição dois argumentos: acreditar-se que Lula sabia dos “desmandos a sua volta” *versus* não ser crível esse desconhecimento. Com sentido concessivo, o operador anula o argumento de que o presidente desconhecia. Assim, fica reforçado o argumento a favor de não se acreditar na “inocência” de Lula com relação aos casos de “desmandos”, para se evitar um “desfecho catastrófico”.

A análise dos fragmentos deixou claro que *Veja* tinha pelo menos duas intenções: provar que o Mensalão existiu (existe) e que Lula sabia (sabe) ou é mentiroso, como o são seus “companheiros”. O quadro a seguir ajudará a sintetizar as “vozes” que se contradizem nos textos.

MENTIRAS	VERDADES	CONCLUSÕES
Lula afirma não saber do Mensalão	Há evidências de que Lula sabia	<p>Argumentando por meio da revelação de mentiras e verdades, a revista <i>Veja</i> deixa clara a intenção do governo em mascarar a realidade, ocultando as manobras ilícitas e os desmandos: Ninguém assume culpa nem demonstra cumplicidade nos erros.</p> <p>O vasto emprego dos operadores argumentativos com valor disjuntivo encaminha o leitor a não acreditar nas mentiras. Está claro o valor dos elementos coesivos linguísticos, que por si só revelam a ideologia da revista: elucidar verdades a respeito de declarações falsas de políticos que direcionam suas declarações no sentido de seus próprios interesses.</p>
Mantinha-se a pureza ética e ideológica do PT	Aumenta a base de apoio ao governo	
Jefferson desmentiu reportagem que acusava Lula de ter apoio do PTB	Jefferson desmentiu após a campanha de Marta.	
Lula prometeu decisões sérias para apurar o caso do Mensalão e punir os culpados	Funcionários afastados por motivos de corrupção foram admitidos em outros cargos.	
Aparentemente Lula mantém o respeito popular que conquistou.	Houve abalo na “imagem imaculada” do metalúrgico pobre	
Lula prometeu apurar os fatos	Lula não apurou os fatos	
Delúbio afirma que José Dirceu desconhecia os desvios de dinheiro feitos pelo PT	José Dirceu conhecia sim toda a tramóia	
Dirceu afirma que nada sabia sobre o esquema ilícito de arrecadação.	Ninguém acredita na afirmação de José Dirceu.	
Miro Teixeira nega ter conversado com o presidente sobre o Mensalão	Miro Teixeira conversou sim com Lula sobre o Mensalão	
Nega-se a existência do Mensalão.	Existiu o Mensalão.	
Lula prometeu falar com José Dirceu e apurar a denúncia sobre o Mensalão.	Lula não voltou a falar no assunto.	
Houve ameaça de demissão de apadrinhados de parlamentares.	Não aconteceram as demissões.	
Lula disse que não recebeu denúncia, apenas “comentário genérico”.	Lula admitiu ter ouvido falar da mesada. “Ele ficou sabendo”.	

3.3 Análise quantitativa dos operadores argumentativos

A seguir apresentamos duas tabelas e sete gráficos com o objetivo de proporcionar melhor visualização dos operadores encontrados nos cinco textos selecionados. A Tabela 2 mostra a ocorrência dos operadores em cada texto. Na Tabela 3 podemos visualizar os vinte operadores distribuídos em seis grupos e a frequência de cada grupo de operadores com suas respectivas porcentagens de acordo com o número de ocorrências em relação ao total de duzentas e setenta e cinco ocorrências dos operadores analisados.

Apresentamos para cada texto, um gráfico, em que se pode visualizar a porcentagem da ocorrência de cada operador. No sexto gráfico, pode-se observar a porcentagem de cada operador no *corpus*. Por último apresentamos um gráfico no qual há a visualização da frequência dada na Tabela 3.

Tabela 2 – Ocorrência dos Operadores argumentativos

OPERADOR	TEXTO 1	TEXTO 2	TEXTO 3	TEXTO 4	TEXTO 5	TOTAL OCORRÊNCIA
	48	68	68	47	44	275
E	14	23	17	16	11	81
TAMBÉM	6	1	6	3	5	21
AINDA	2	5	2		2	11
ALÉM DISSO		1	1			2
ALÉM DE	2	1	3		1	7
ATÉ	6	3	6	6	3	24
INCLUSIVE		1			2	3
ALIÁS					1	1
SE	2	6	6	2	5	21
APENAS	1	2	3	5		11
QUASE		1		1		2
SÓ	3	5	5	3	2	18
MAS	7	16	14	7	4	48
PORÉM	1	2	1	2	2	8
NO ENTANTO	1	1	1	2		5
EMBORA			2		2	4
AINDA QUE	2		1			3
AINDA ASSIM					2	2
APESAR DE	1				1	2
MESMO QUE					1	1

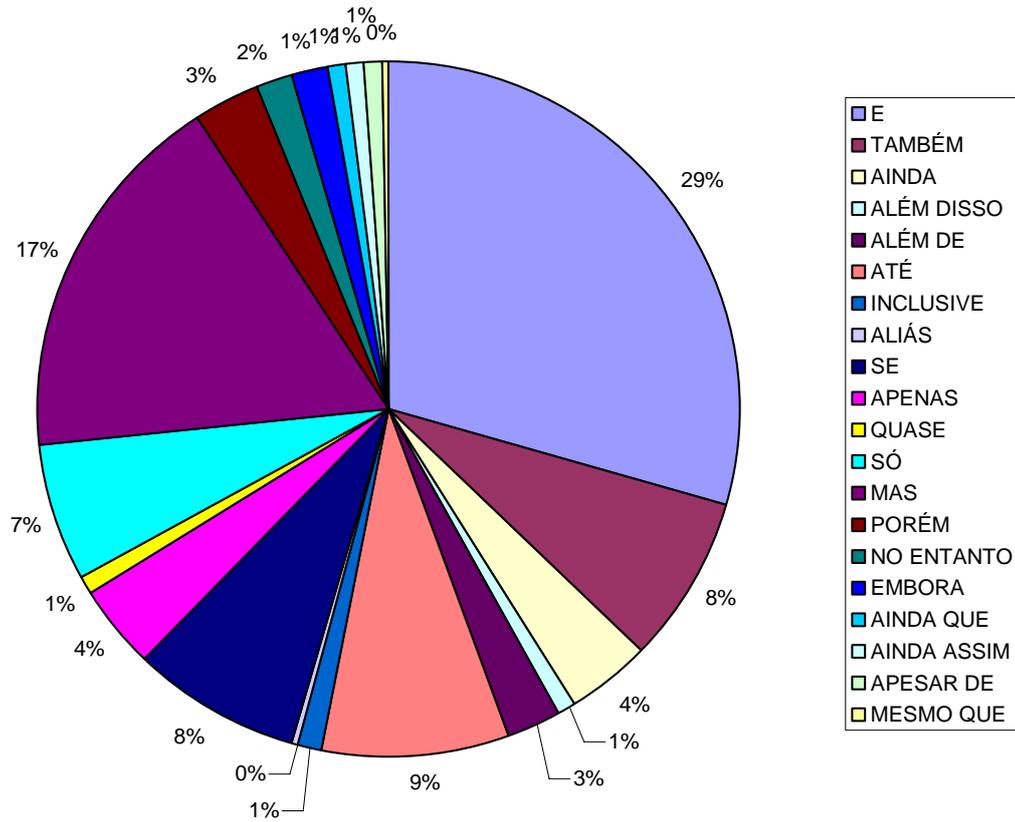


Gráfico 1 – Texto 1: O que será que ele sabe?

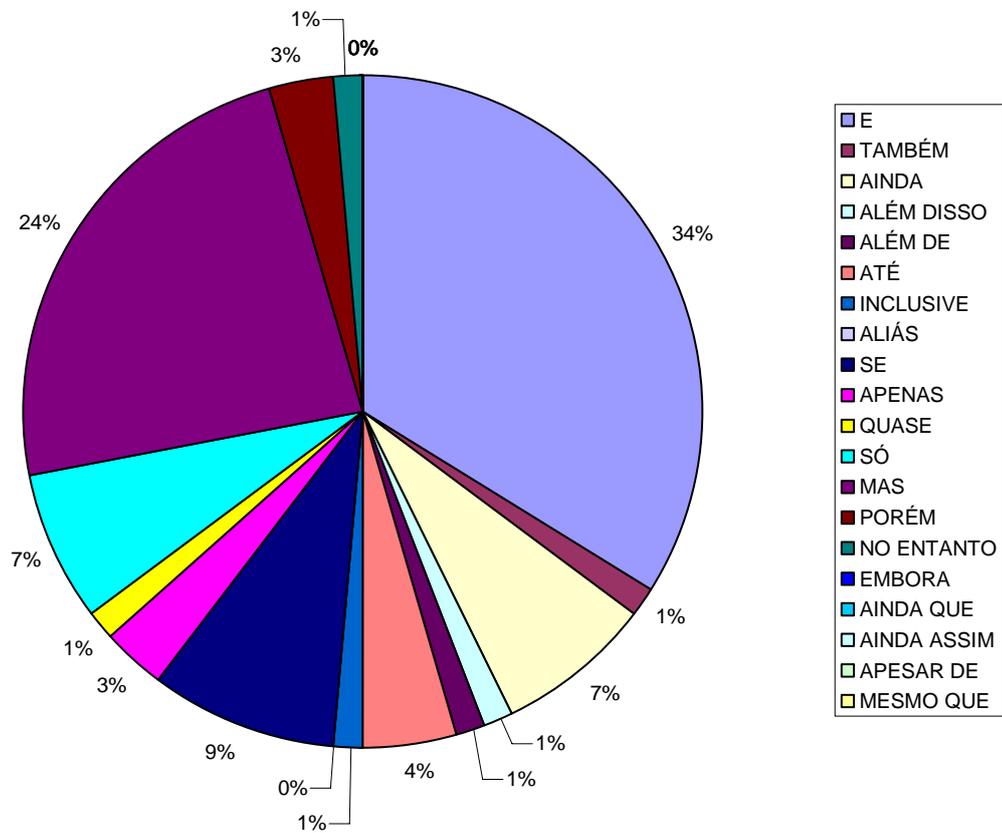


Gráfico 2 – Texto 2: O PT assombra o Planalto

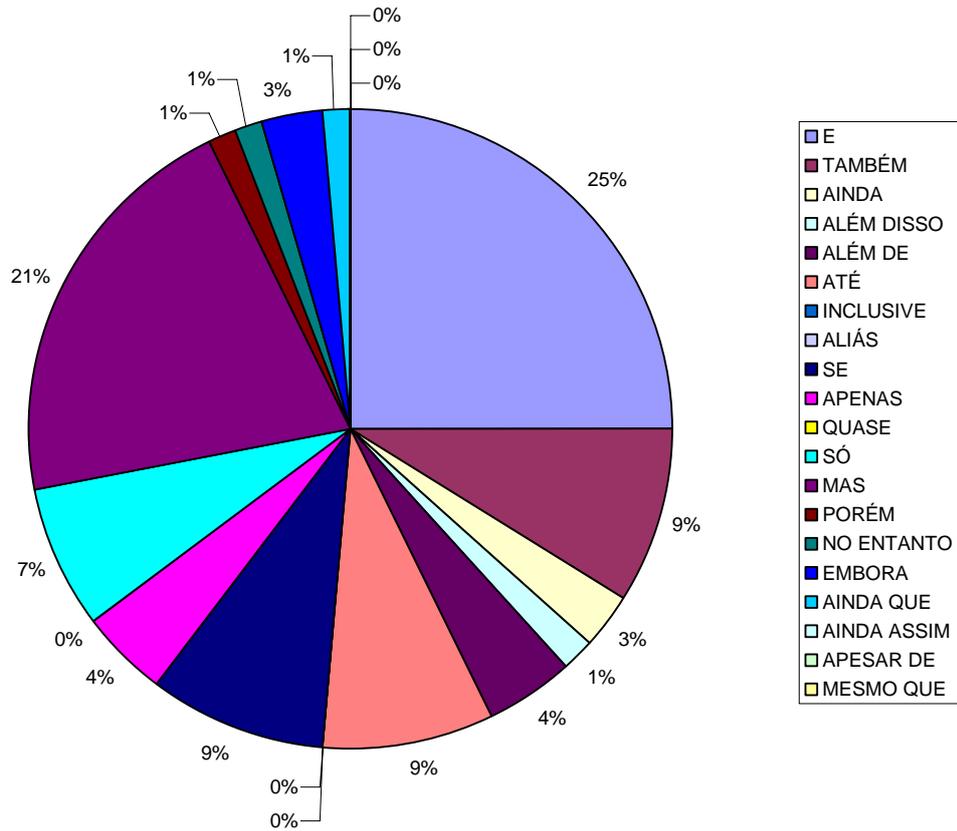


Gráfico 3 – Texto 3: Nocaute

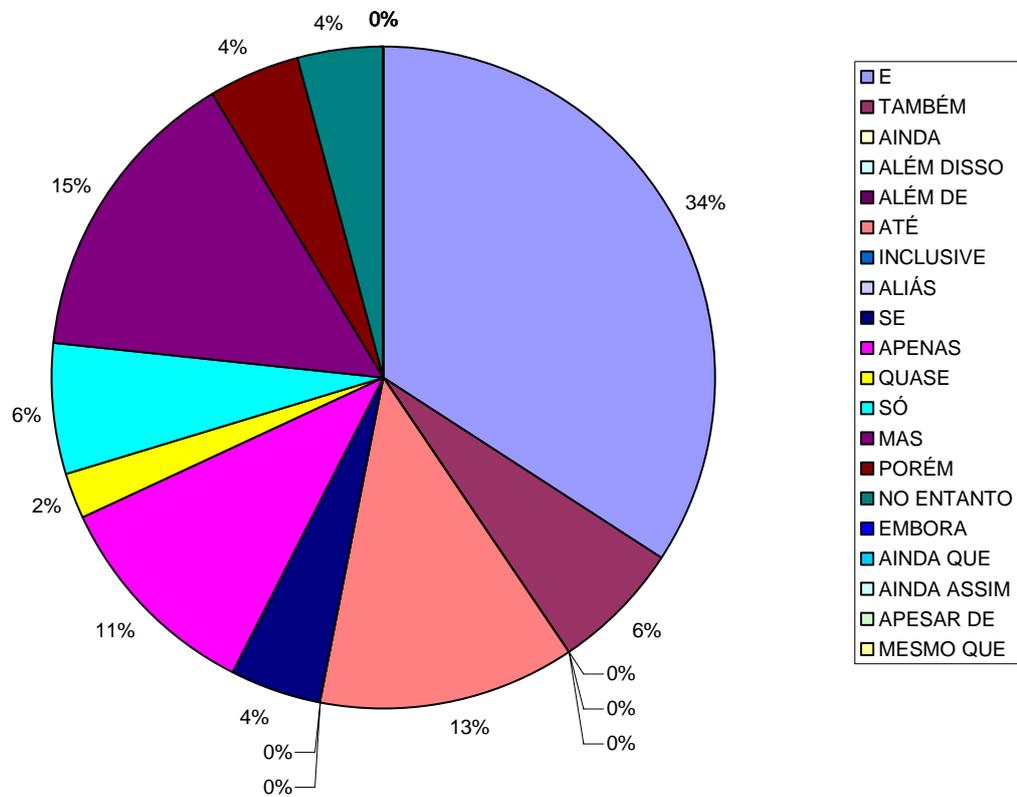


Gráfico 4 – Texto 4: Quanto ele sabia

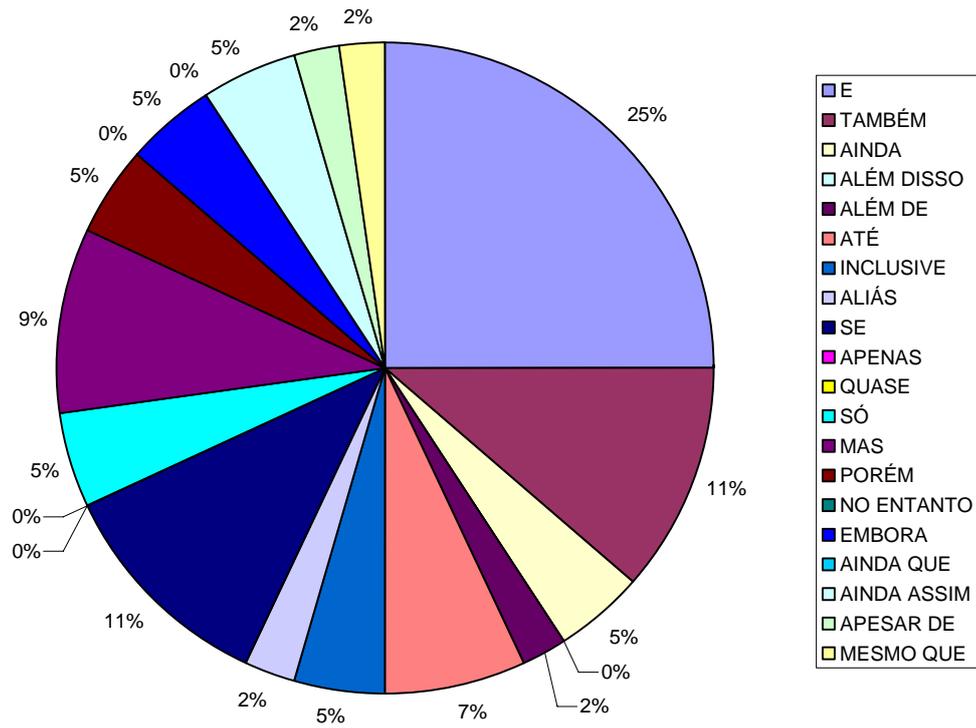


Gráfico 5 – Texto 5: Ele assusta o governo

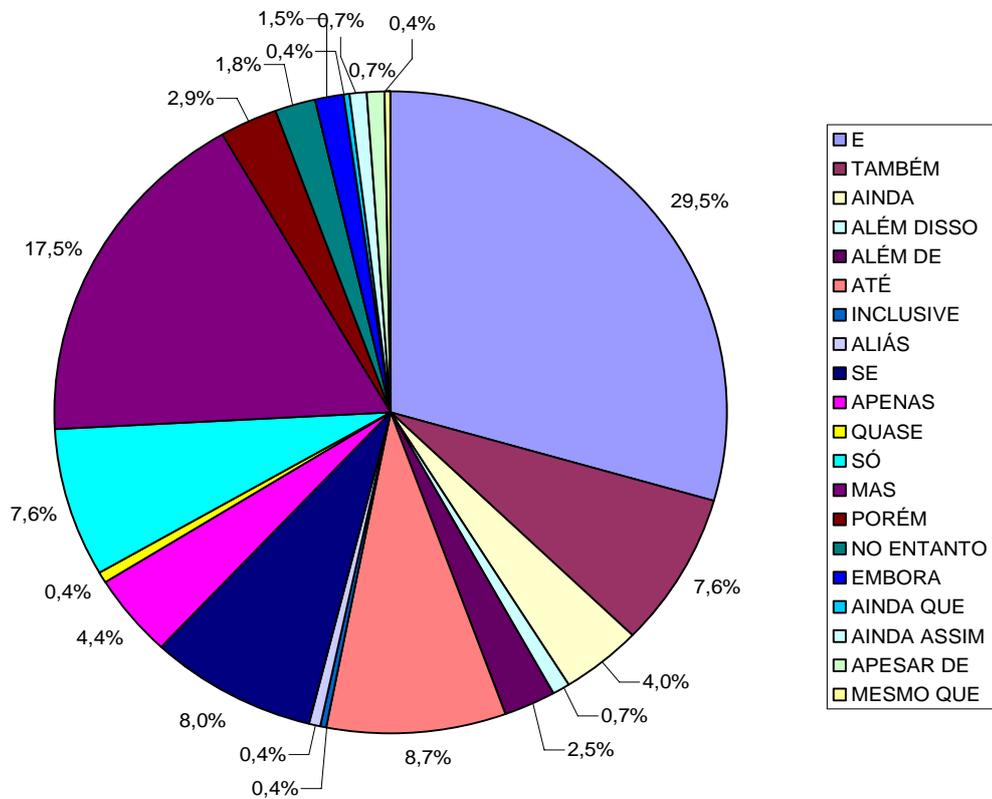
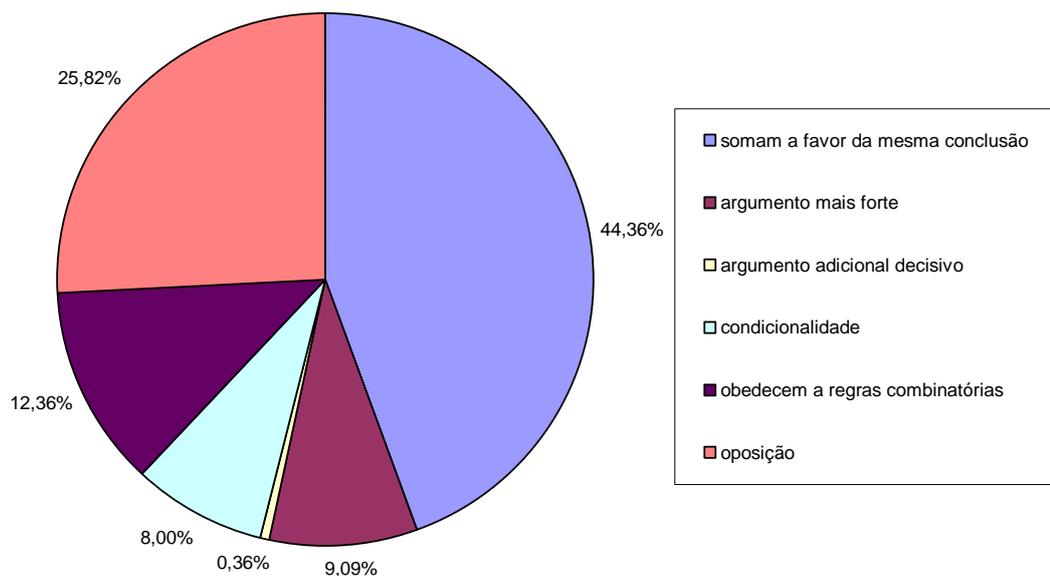


Gráfico 6: Porcentagem no *corpus*

Tabela 3 – Frequência dos Operadores no *corpus*

OPERADORES	RELAÇÃO	OCORRÊNCIA	PORCENTAGEM
E	Somam a favor da mesma conclusão	122	44,36
TAMBÉM			
AINDA			
ALÉM DISSO			
ALÉM DE			
MAS	Contração	71	25,82
PORÉM			
NO ENTANTO			
EMBORA			
AINDA QUE			
AINDA ASSIM			
APESAR DE			
MESMO QUE			
APENAS	Obedecem a regras combinatórias	34	12,36
QUASE			
SÓ			
ATÉ	Argumento mais forte	25	9,09
INCLUSIVE			
SE	Condicionalidade	22	8,00
ALIÁS	Argumento adicional decisivo	1	0,36

Gráfico 7: Frequência dos Operadores no *corpus*

Considerando que, em reportagens, na maioria das vezes, são veiculados assuntos polêmicos, que tem a intenção de convencer o leitor a realizar, no âmbito intelectual, uma ação, a observação do percentual de uso dos operadores encontrados com maior frequência nas reportagens permite-nos constatar que os operadores funcionam como marcas linguísticas na superfície do texto que contribuem para tornar a argumentação mais forte e, por isso, mais eficaz.

Os operadores que somam a favor da mesma conclusão (e, também, ainda, além de, além de) são usados com maior frequência - 44,36%. Dentre esses operadores, destaca-se o operador **e**, usado com maior frequência em todos os textos. Como o seu papel básico é acrescentar um argumento que passa a ser decisivo, quando há duas escalas no mesmo sentido, podemos considerar que os jornalistas buscam, com o uso desse operador, de maneira tão significativa, reforçar o argumento que consideram mais importante com o objetivo de persuadir o leitor da revista. Talvez a alta frequência possa ser explicada também porque o operador **e** pode ser usado com outro valor, o de opor argumentos.

Conforme nossa análise, os operadores de oposição (mas, porém, no entanto, embora, ainda que, ainda assim, apesar de, mesmo que) também foram usados com bastante frequência- 25,82%. Em ordem decrescente, seguem os operadores que obedecem a regras combinatórias (apenas, quase, só) – 12,36%; os que somam argumento mais forte (até, inclusive) - 9,09%; o operador que estabelece relação de condicionalidade (se) – 8,00% e por último, com menor frequência, o operador que soma um argumento decisivo (aliás) – 0,36%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolvemos este estudo a partir da Semântica Argumentativa e da Linguística Textual, investigando o uso de operadores argumentativos em reportagens da revista *Veja*, tendo em vista que eles aparecem com frequência nesse gênero textual, funcionando como estratégias argumentativas que tem por objetivo levar o leitor a concordar com determinado ponto de vista.

Constatamos que a linguagem das reportagens tem características próprias, cujo objetivo é induzir o leitor a aceitar a tese defendida pelo jornalista. Verificamos que o valor argumentativo de uma frase não é apenas uma consequência das informações que ela traz, mas, dependendo de como ela for construída – comportando diversos recursos linguísticos –, além de informar, pode fornecer a orientação argumentativa do enunciado.

Os efeitos de sentido pretendidos são construídos por meio das relações semântico-pragmáticas, cujas instruções determinam a intenção argumentativa a ser atribuída aos enunciados.

É preciso enfatizar que o discurso constrói-se, com efeito, em função de uma finalidade, já que, ao usar a língua, o “eu” exerce uma função sobre o “outro”. A atividade verbal é uma interação entre dois interlocutores e as intenções do enunciador podem ser as mais variadas. Por isso, não se deve ter a pretensão de atribuir ao texto uma única interpretação; ele comporta uma multiplicidade de sentidos possíveis, visto que a linguagem nem sempre é clara, precisa.

Vale ainda ressaltar que, para captar as intenções do locutor, é preciso seguir certos sinais ou pistas, que são, em grande parte, responsáveis pela significação global do texto. Além da significação explícita no texto, existem as informações implícitas que se ligam à intencionalidade do enunciador e que, sendo na maioria das vezes sutis, revelam-se cruciais para produzir os sentidos que se pretende: levar o leitor a determinados tipos de conclusão com exclusão de outras.

Diante disso, podemos afirmar que grande parte da formação argumentativa do texto está, relacionada a essas marcas, que são elementos capazes de orientar a sequência do discurso, em face de sua natureza argumentativa.

Como nosso objetivo limitou-se a analisar o funcionamento de alguns operadores argumentativos (mas, porém, no entanto, embora, apesar de, ainda assim, mesmo que, ainda que, e, também, ainda, além de, além disso, até, inclusive, aliás, se,

quase, apenas e só) em reportagens da *Veja* sobre o Escândalo do Mensalão, os fatos observados permitiram-nos perceber que o grupo de operadores mais usados em todo o *corpus* tem como função introduzir um argumento apresentado como acréscimo, isto é, um argumento a favor de uma determinada conclusão. Do total de 275 operadores analisados, esse grupo equivale a 44,36% das funções analisadas.

Constatamos também que os operadores que exercem a função de contrapor argumentos orientados para conclusões contrárias são bastante frequentes nas reportagens. Esse grupo equivale a 25,82% do total. O grupo dos operadores que estabelecem relação de condicionalidade foi usado nas reportagens com baixa frequência.

Verificamos que, de acordo com as funções mais frequentes encontradas introduzidas principalmente pelos operadores **e** e **mas**, as estratégias básicas da argumentação das reportagens são introduzir um argumento apresentado como acréscimo e contrapor argumentos orientados para conclusões contrárias. Isso nos permite afirmar que há uma correlação entre os dois tipos de operadores argumentativos mais usados como estratégias básicas de argumentação que vão somando e opondo-se e os tipos de argumentos mais frequentes.

Ressaltamos que os operadores, dependendo da situação e do contexto da comunicação, figuram nas reportagens com funções distintas das que lhes são habitualmente atribuídas nos estudos gramaticais tradicionais. Quanto à frequência, os operadores distribuem-se da seguinte maneira:

- a) operadores que somam e/ou acrescentam um argumento quando há duas ou mais escalas orientadas no mesmo sentido - 44,36%.
- b) operadores que contrapõem argumentos e/ou assinalam uma oposição entre elementos semânticos explícitos ou implícitos – 25,82%.
- c) operadores que introduzem um argumento adicional mais forte a um conjunto – 12,36 %.
- d) operadores que obedecem a regras combinatórias - apontam para a afirmação e/ou para a negação da totalidade - 9,09%.
- e) operadores que estabelecem relação de condicionalidade – 8,0%.
- f) operador que introduz argumento adicional decisivo a um conjunto de argumentos já enunciados – 0,36%

A leitura das reportagens também demonstra claramente a existência de uma intencionalidade da Revista *Veja*, que traz discursos notoriamente perlocutórios, no

sentido de exercer certos efeitos sobre o interlocutor, como convencê-lo, alertá-lo ou agradar-lhe. Enfim, é possível observar tentativas de direcionamento da leitura, buscando conduzir o leitor para um sentido unívoco do texto. Assim, observa-se que a *Veja* deixa de lado uma pretensa objetividade jornalística e apresenta sua versão dos fatos, na perspectiva de orientar a assimilação e, conseqüentemente, as interpretações possíveis de seus leitores, construindo a imagem dos atores envolvidos.

Acreditamos que nosso estudo atingiu os objetivos propostos e esperamos que contribua para os estudos linguísticos, visto que pudemos verificar a importância do uso dos operadores argumentativos nas reportagens e a relação que tem com as técnicas argumentativas. Isso nos permite ressaltar que uma atenção especial ao uso dos operadores argumentativos pode ser um ponto de partida eficiente para detectar os acordos do processo argumentativo nas reportagens de revista, já que, quanto mais esse gênero de texto estiver permeado por operadores argumentativos, mais persuasivo se tornará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Jean Michel. *Les textes: types et prototypes – Récit, description, argumentation, explication et dialogue*. Paris: Nathan, 1993.

_____. Types de textes ou genres de discours? In: *Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan, 1999.

ALMEIDA, Lucimar de. *Análise semântica de operadores argumentativos em textos publicitários*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia – MG, 2001. 154 f. (Dissertação de Mestrado).

ANSCOMBRE, Jean Claude. e DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue. Langues*. Paris, n 42, p. 5-27, 1983.

_____. *La argumentación en la lengua*. Madrid: Ed. Gredos, 1988.

_____. (org.) *Théorie des topoï*. Paris, Kimé, 1995.

ANTUNES, Irandé Costa. A coesão pela conexão. In: *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1977.

_____. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermanita Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: Brait B. (org.) *Bakhtin, dialogismo e construção dos sentidos*. Campinas: UNICAMP, 1997.

BENVENISTE, Emile. *Problemas de linguística geral*. Campinas: Pontes, 1988.

_____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BRONCKART, Jean Paul. *Atividades de linguagem, textos e discurso*. São Paulo: Educ, 1999.

CABRAL, Otávio. O que será que ele sabe? *Veja*. Edição 1907, ano 38, n 22, p. 50-63, jun. 2005.

_____. O PT assombra o Planalto. *Veja*. Edição 1909, ano 38, n 24, p. 48-51 jun. 2005.

_____. Nocaute. *Veja*. Edição 1910, ano 38, n 25, p. 46-53 jun. 2005.

_____. Quanto ele sabia. *Veja*. Edição 1914, ano 38, n 29, p. 48-54 jul. 2005.

CABRAL, Otávio e DUAILIBI, Julia. Ele assusta o governo. *Veja*. Edição 1916, ano 38, n 31, p. 56-62 ago. 2005.

CALVES, Nathalie Mattos Garcia. *A crise educacional brasileira em revista: o “Ponto de Vista da Veja”*. UFMS/Três Lagoas. 2008. 155p. (Dissertação de Mestrado)

COSTA VAL, Maria. *Redação e textualidade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Trad. de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Trad. de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CHIAPPINI, Lígia. (Coord. Geral). *Aprender e ensinar com textos*. São Paulo: Cortez, 1997. 1 e 2 v. em 3.

CIVITA, Victor. Carta ao leitor. *Veja*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/numero1/index.html>>. Acesso em: 25 abr. 2008.

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica linguística: dizer ou não dizer*. Trad. de Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Rosa A. Filgueira. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. *Les mots du discours*. Paris. Les Éditions de Minuit, 1980.

_____. *Provar e dizer: linguagem e lógica*. Tradução de Maria Ap. Barbosa, Maria de Fátima G. Moreira e Cidmar Teodoro País. São Paulo: Global, 1981.p.13-38.

_____. *O dizer e o dito*. Trad. de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Argumentação e topoi argumentativos*. In: Guimarães Eduardo (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas, São Paulo: Cortez, 1989.

FÁVERO, Leonor Lopes e KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Linguística textual: uma introdução*. São Paulo: Cortez, 1983.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000. Série Princípios

_____. *Elementos da análise do discurso*. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FIORIN, José Luiz e SAVIOLI, Francisco Platão. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1996.

GARCIA, Othon, Moacyr. *Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar*. 6.ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GOULART, Alexandre. Uma lupa sobre o jornalismo de revista. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=388DAC001>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.

_____. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. 2. ed. Campinas – SP: Pontes, 2001.

HERNANDES, Nilton. *A revista Veja e o discurso do emprego globalizado: uma análise semiótica*. Salvador: Edufba; Maceió: Edufal, 2004.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1992.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A coesão textual*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. *Argumentação e linguagem*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; FÁVERO, Leonor Lopes. *Introdução à lingüística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVÁGLIA, Luiz Carlos. In: ANTUNES, Irandé Costa. *A coesão pela conexão*. In. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola, 2005.

KOTSCHO, Ricardo. *A prática da reportagem*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

LISPECTOR, Clarice. Os desastres de Sofia. In: *Felicidade Clandestina*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. *Em sobressaltos: formação de professora*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

MAIER, Félix. O mensalão através dos tempos. Disponível em <<http://www.midiaseम्मascara.com.br>>. Publicado em 29 de outubro de 2005. Acesso em: 08 jul. 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes/Ed. da UNICAMP. 1993.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2005.

MALFATTI, Selvino Antonio. Reflexões éticas sobre o estado de corrupção política no Brasil atual. Disponível em: <<http://www.paroquiatapiramuta.com.br/fepolitica/reflexões>>. Acesso em: 12 de jul. 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. A ação dos verbos introdutórios de opinião. *Revista Brasileira de Comunicação*, 1991.

_____. *A questão do suporte dos gêneros*. 2003. Disponível em: <<http://bbs.metalink.com.br/~lcoscareli/GEsuporte.doc>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel e BEZERRA, Maria Auxiliadora. (org.). *Gêneros textuais e ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARTINS, Franklin. *Jornalismo político*. São Paulo: Contexto, 2005.

MELO, José Marques de. *Normas de redação de cinco jornais brasileiros*. São Paulo: ECA/USC, 1972.

_____. *Jornalismo opinativo*. São Paulo: Editora Mantiqueira, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PARREIRA, Mirian Silveira. *Um estudo do uso de operadores argumentativos no gênero editorial de jornal*. Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia – MG. 2006. 223 f. (Dissertação de Mestrado).

PATARRA, Ivo. *O Chefe*. São Paulo: Creative Commons, 2006. Disponível em: <<http://www.escandalodomensalao.com.br>>. Acesso em: 20 de nov. 2007.

PICCARDI, Tatiana. *A construção do sentido em textos empresariais institucionais: confronto de vozes e ideologia*. Universidade de São Paulo. 1999. 143f. (Dissertação de Mestrado).

PICHELLI, Kátia Regina et alli. O discurso de formação da opinião: análise dos editoriais sobre as denúncias do “Mensalão” nas revistas Veja e Carta Capital. *UNIrevista* – vol. 1, n.º 3 jul. 2006.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. São Paulo: Contexto, 2003.

SCHMIDT, J. Siegfried. Conceito e geração de texto. In. *Linguística e Teoria do Texto: os problemas de uma linguística voltada para a comunicação*. Trad. Port. Ernst F. Schurmann. São Paulo: Pioneira, 1978, p.163-187.

SILVA, Geraldo José da. *O uso do discurso relatado na construção do texto informativo on-line: nota e reportagem de tema polêmico*. Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. 2006. Disponível em: <www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Por/55.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2008.

SOUZA, Cristiane Pereira de Moraes e. *Discurso e mídia: o mote do desarmamento em Veja e ISTOÉ*. UFMS/Três Lagoas. 2008. (Dissertação de Mestrado).

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.

VAN DIJK, Teun Adrianus e KINTSCH, Walter. *Strategies of discourse comprehension*. Nova York: Academic Press, 1983.

VEJA. 1907 – Carta ao leitor. Nem golpe nem conspiração. 1º jul. 2005, p. 7.

VOGT, Carlos. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1997.

ANEXOS

Texto 1 - O que será que ele sabe?

Otávio Cabral - edição 1907 – ano 38 – n.º 242– 1º de junho de 2005.

Brasil

O QUE SERÁ QUE ELE SABE?

A operação anti-CPI falhou. E Jefferson já disse que, se sentar no banco dos réus, três petistas sentarão junto: José Dirceu, Delúbio Soares e Silvío Pereira

MONTAGEM COM FOTOS DE PAULO VITALI E SERGIO DOTTINE

Otávio Cabral

Em seu esforço para impedir a criação da CPI dos Correios, o Palácio do Planalto apelou para o arsenal tradicional do presidencialismo brasileiro: ameaças, cargos e dinheiro. Um recurso em particular, no entanto, chamou atenção: as súplicas dirigidas ao presidente do PTB, o deputado Roberto Jefferson, aquele que diminuiu o estômago mas cujo apetite aumentou. Na segunda-feira à noite, os ministros Aldo Rebelo e José Dirceu foram ao apartamento de Jefferson, na Asa Norte de Brasília, mas o deputado, irritado com os governistas, não os deixou subir. Na manhã do dia seguinte, os dois voltaram a procurar Jefferson, mas de novo não foram autorizados a ir ao apartamento. Na tarde de terça-feira, a empregada de Jefferson, sem saber que os ministros estavam proibidos

de subir e com o patrão ocupado tomando banho, inadvertidamente deixou Aldo Rebelo e José Dirceu entrarem no apartamento. Jefferson recebeu-os em sua sala e desfiou um agressivo rosário de reclamações. Disse que estava sendo abandonado pelo governo, que o governo sabia de tudo que ele, Jefferson, vinha fazendo e que, agora, ainda tinha de agüentar calado o discurso de José Genoino, presidente do PT, segundo o qual o governo precisava se empenhar em “requalificar” sua base de apoio.

Num dado momento, Roberto Jefferson dirigiu-se ao ministro José Dirceu e repetiu o que já dissera a um aliado no café-da-manhã daquele dia: “Na cadeira em que eu sentar na CPI, também vão sentar você, o Delúbio e o Silvío”, afirmou. Jefferson estava se referindo ao tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e ao secretário-geral do partido, Silvío Pereira. Os dois participaram mais diretamente

da distribuição de cargos federais aos aliados. Há duas semanas, a mesma preocupação de que uma CPI seria pudessem pegar “Delúbio e Silvío” foi externada pelo ministro José Dirceu a um aliado. O fato é que, depois de ouvir tudo o que Jefferson tinha a dizer, Aldo Rebelo e José Dirceu imploraram ao deputado para que retirasse sua assinatura do pedido de CPI e orientasse os outros dezesseis parlamentares do PTB a fazer o mesmo. Encerrado o encontro, Jefferson comentou a postura dos ministros: “Só faltou eles se ajoelharem aos meus pés”. Mas por que o governo se agarrou tanto ao PTB de Roberto Jefferson, mais até do que ao aliado de primeira hora, o PL do vice-presidente? O que Roberto Jefferson sabe que tanto apavora o PT?

Já surgiram indícios de que o PT também tinha al-



Jefferson, presidente
do PTB: querem
varrê-lo para
debaixo do tapete



uma participação no esquema espúrio dos Correios desvendado pelo jornalista Policarpo Junior, da sucursal de VEJA em Brasília. Segundo confessa candidamente o próprio senador

Fernando Bezerra, que vem a ser líder do governo no Congresso, na reportagem que pode ser lida na página 52 desta edição, um indicado seu para os Correios não poderia ser empossado enquanto não fosse concluída uma licitação milionária de interesse do PT na estatal. Também apareceram sinais de que diretores indicados pelo partido em estatais tinham a estranha mania comum de beneficiar um corretor chamado Henrique Brandão. Quem é Brandão? Ora, é um amigão, sócio e generoso contribuinte das campanhas políticas de interesse de Roberto Jefferson — aquele que provocou a genuflexão de dois poderosos ministros do atual governo. Jefferson ficou aborrecido ao ser pressionado por sua própria bancada num jantar na segunda-feira. Seus correligionários pediram explicações sobre a mesada de 400 000 reais que o PTB exigiu da direção do IRB, a estatal de resseguros, da qual eles não tinham conhecimento. Jefferson desmentiu a mesada, mas, para sua irritação, ninguém lhe deu crédito. Não surgiram ainda evidências irrefutáveis que autorizem a afirmação de que setores do PT e do PTB se associaram em esquemas clandestinos nos desvãos do governo. O que existe e é irrefutável é o fato de que a aliança entre os dois partidos, principalmente quando se tenta verificar o que há debaixo do tapete, exibe um vigor e uma solidez que vão muito além dos compromissos programáticos e dos interesses políticos mais evidentes entre as duas agremiações. Por quê?

O Palácio do Planalto foi o artifice do regime de engorda do PTB, que saiu das urnas com 26 deputados e hoje tem 47 — crescimento que, como até as emas do Alvorada sabem, não costuma se materializar à base de argumentos políticos ou ideológicos. Agora, ninguém sabe igualmente quais os argumentos políticos ou ideológicos que convenceram Jefferson a retirar o apoio do PTB à CPI. O certo é que, além de Jefferson, o governo ficou apavorado com a própria criação da CPI. Procurou



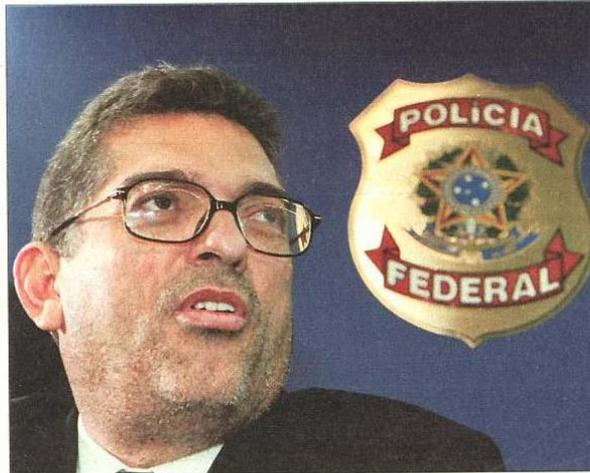
até o ex-governador Anthony Garotinho, que vinha sendo tratado como inimigo número 1. Entre segunda e quarta-feira, José Dirceu falou seis vezes com Garotinho. “O ministro me suplicava”, ironizou o ex-governador. Na última hora, Garotinho tentou extorquir do governo o cancelamento da assinatura de quinze deputados sob sua influência. Mandou o deputado Eduardo Cunha procurar o secretário de Política Econômica, Bernard Appy. Cunha mostrou a Appy as procurações dos quinze deputados autorizando a retirada das assinaturas e pediu o desbloqueio de 350 milhões de reais da privatização do Banerj. Appy resistiu à chantagem. Cunha rasgou, ali mesmo, as quinze procurações.

A CPI dos Correios foi aprovada com a assinatura de 236 deputados e 52 senadores, dos quais catorze deputados e um senador pertencem ao próprio PT. A última adesão foi a do senador Eduardo Suplicy, que chegou às lágrimas ao anunciar sua decisão e dizer que o governo, fechado nos palácios, não está percebendo a realidade nem sentindo a indignação que se espalha na sociedade — raciocínio semelhante ao exposto até pelo ex-assessor de imprensa do presidente Lula, o jornalista Ricardo Kotscho, em artigo publicado no NoMínimo, um site de notícias e opinião. “Você pega os jornais e não sobra pedra sobre pe-

dra no cenário político, pinta um clima de fim de feira moral, de desesperança, de indignação, de salve-se quem puder, de tudo ao mesmo tempo”, escreveu Kotscho. Pois, para se salvar da CPI, o governo tentou de tudo. Anunciou que poderia gastar 773 milhões de reais e chegou a desembolsar 12 milhões para financiar emendas ao Orçamento que viabilizam obras de interesse direto dos deputados em seus feudos eleitorais. Também ameaçou demitir os apadrinhados de parlamentares que apoiassem a CPI e, é claro, prometeu punição aos petistas rebeldes. Tudo, porém, em vão.

A operação abafa do governo foi a maior mobilização política já realizada nos trinta meses de governo petista e incluiu seis ministros e um punhado de aliados. Até João Pedro Stedile, o líder dos sem-terra, entrou no jogo, mas só conseguiu o recuo da deputada Luci Choinacki, do PT catarinense. Os petistas procuraram governadores de oposição, com propostas escancaradamente heterodoxas. Ao governador de Minas Gerais, o tucano Aécio Neves, em troca da retirada da assinatura de deputados mineiros, prometeram que o PT desistiria de criar uma CPI para investigar os investimentos em educação. Aécio não aceitou a barganha.

O discurso do governo apoiou-se em dois pontos. O primeiro é um espanto:



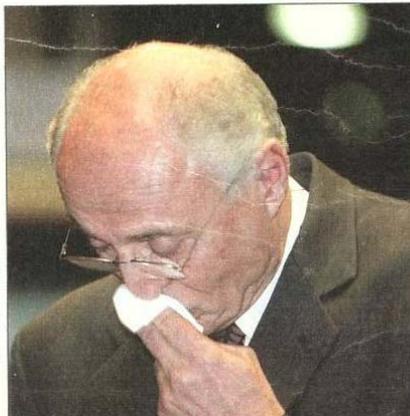
EM DUAS FRENTES

No Congresso, um grupo de opositores exibe uma faixa em que satiriza a guinada ética do PT, outrora tão cioso de fazer CPIs (à esq.), e o servidor dos Correios Mauricio Marinho, ao depor na Polícia Federal: agora, são duas frentes de investigação

dizia que a criação da CPI era “golpismo” das “elites” que não se conformam em ver “um operário na Presidência da República”. Esse delírio foi disseminado pelo ministro José Dirceu e pelos deputados Arlindo Chinaglia e Professor Luizinho, o atual e o ex-líder do governo na Câmara. O líder do PT na Câmara, deputado Paulo Rocha, também andou falando coisa parecida. O ministro Aldo Rebelo não usou as mesmas palavras, mas chegou ao alucinado destempero de insinuar que a crise atual é semelhante à de 1954, que levou Getúlio Vargas ao suicídio, e à de 1964, que resultou no golpe militar. Obviamente não é nada disso. O presidente Lula, em viagem ao outro lado do mundo, ficou protegido pela distância entre Brasil e Japão das ondas de choque das trombadas de seus auxiliares diretos no Planalto. Lula jantou com Antonio Palocci em Tóquio na quinta-feira. Tomaram vinho e conversaram as amenidades costumeiras a que se dedicam sempre que se encontram socialmente.

FILA DE PUNIÇÃO

O petista Eduardo Suplicy, que chorou ao assinar o pedido de CPI dos Correios: agora, à espera das punições do PT



RAFAEL MOURA/REUTERS

ANTONIO DE FREITAS/SAG - O GLOBO

tente” — que, como se sabe, é aquele modo que pode pegar Silvino e Delúbio. O contraste entre a calma do presidente e o alvoroço de Dirceu, Rebelo e Genoio tem duas razões básicas. A primeira é que o regime presidencialista permite ao presidente reinventar seu governo a qualquer momento — por exemplo, trocando todos os ministros. A segunda deriva do fato de que Lula sabe melhor do que ninguém que as denúncias de corrupção e o aproveitamento político delas pela oposição fazem parte do jogo democrático normal. Os que viram “golpismo” e “conspiração das elites” muito provavelmente estão mais preocupados com a manutenção da própria cabeça sobre os ombros do que com a tranquilidade do presidente Lula. Seria de esperar que, como membros de um governo “operário”, eles tivessem absorvido

melhor a sabedoria popular. Qualquer brasileiro sabe que, diante de tipos como Roberto Jefferson e Anthony Garotinho, ajoelhou, tem de rezar.

Na semana passada, a Polícia Federal tomou o depoimento de Mauricio Marinho, o servidor do vídeo, que voltou a dizer que suas palavras foram apenas “bravatas” e que o maço de 3 000 reais era um adiantamento de uma consultoria que seria feita no futuro. O Ministério Público também já ouviu o deputado Roberto Jefferson, o qual, em seu depoimento, revelou que seus contatos com Marinho foram um pouco mais numerosos do que admitira em seu discurso de defesa na Câmara há duas semanas — e incluíram até dois encontros no prédio dos Correios. Apesar da rapidez das investigações, nada substituiu o trabalho de uma CPI. Nenhuma outra instância, seja a Polícia Federal, seja a Corregedoria da União, seja o Ministério Público, tem a prerrogativa de propor mudanças institucionais com base em suas investigações. Uma CPI tem. A CPI dos Correios pode desvendar o esquema de corrupção do PTB em vários setores do governo e, calada nisso, sugerir, por exemplo, que se reduza o número de cargos de confiança na esfera federal — uma forma de evitar que legendas fisiológicas abram suas picadas na máquina pública. Só uma CPI pode fazer isso. ■

Texto 2 – O PT assombra o Planalto

Otávio Cabral - edição 1909 – ano 38 – n.º 24 – 15 de junho de 2005.



ASSOMBRA PLANALTO

Alvejado pela acusação de comprar deputados com mesada de 30 000 reais, o PT vê desmoronar seu discurso ético e enfrenta uma crise que, no seu desdobramento mais dramático, pode afundar o governo junto

Otávio Cabral





As denúncias explosivas do deputado Roberto Jefferson, o homem-bomba do PTB, detonaram a mais grave crise política dos últimos anos e jogaram uma espessa nuvem de fumaça sobre o futuro próximo. Ao contar, numa gravíssima entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, que o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, pagava mesada de 30 000 reais aos deputados do PP e do PL, Roberto Jefferson fez uma vítima poderosa: o PT, essa legenda que, acalentada no berço por sindicalistas, estudantes e intelectuais e alçada ao comando do país aos 22 anos de vida, senta agora no banco dos réus para ser acusada de carregar a mala preta, imagem-síntese da roubalheira nacional, para corromper e subornar políticos.

Logo o PT, que, em todas as pesquisas de opinião, sempre apareceu em primeiro lugar como o partido mais "idôneo" e mais "confiável" do país. As denúncias de Roberto Jefferson

ainda precisam de apuração, mas já acertaram o coração do PT, comprometendo seu discurso histórico em defesa da ética, e — o que é ainda mais grave — podem fazer sangrar o Palácio do Planalto. A pergunta inevitável é se Lula sabia das traficâncias do tesoureiro do PT. Antes mesmo que se tenha uma resposta sem rodeios a essa pergunta, o simples fato de a dúvida existir já atinge o presidente. Lula começou seu governo sendo comparado ao americano Franklin Roosevelt, presidente que venceu a II Guerra Mundial e tirou seu país da depressão econômica. Terá sorte se sair dele com a avaliação de que, pelo menos, foi diferente de Fernando Collor.

Na entrevista, entre insinuações, provocações e recados explícitos ou velados, Roberto Jefferson disse que:

■ O dinheiro das mesadas era entregue pelo tesoureiro Delúbio Soares a líderes ou presidentes dos partidos. Os deputados Valdemar Costa Neto e Bispo



Muitos escândalos, pouca explicação

Escândalo dos Correios

Na edição que chegou às bancas em 14 de maio, VEJA denuncia a existência de um esquema de corrupção nos Correios. O então chefe do departamento de contratação e administração de material, Maurício Marinho, é flagrado, em vídeo, recebendo suborno de empresários e dizendo que a cobrança da propina era comandada pelo próprio presidente do PTB, Roberto Jefferson

O que falta explicar

Sendo os Correios um órgão da administração federal, a pergunta é: Roberto Jefferson teria agido por conta própria ou com a anuência de membros do governo?



Propina no IRB

Na edição que chegou às bancas em 21 de maio, VEJA revela que **Lídio Duarte** se demitiu do cargo de presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) por não suportar mais cobranças do PTB para que recolhesse mensalmente 400 000 reais para o partido. Em junho, em depoimento à Polícia Federal, Duarte negou as pressões. Dois dias depois, VEJA publica gravações que mostram que o ex-presidente do IRB mentiu à PF

O que falta explicar

Por que Lídio Duarte mudou sua versão? Após sua saída do IRB, seu sucessor, Luiz Appolonio Neto, cedeu às pressões do PTB? O superior de ambos, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sabia da cobrança de propina?

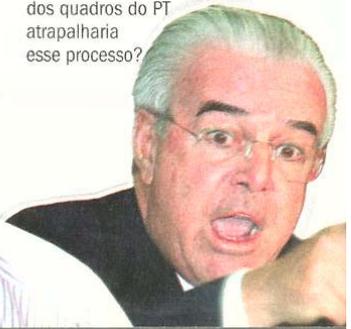


Indicação polêmica

Na edição que chegou às bancas em 28 de maio, o senador **Fernando Bezerra**, líder do governo, diz em depoimento a VEJA que não conseguiu indicar um afilhado político para a diretoria de tecnologia dos Correios. Isso porque, segundo foi informado, a nomeação atrapalharia uma licitação fraudulenta em área de interesse do PT

O que falta explicar

Por que uma licitação deveria ser de interesse de um partido e por que a nomeação de alguém de fora dos quadros do PT atrapalharia esse processo?





E A REELEIÇÃO?
O presidente Lula:
ele diz que perdeu
o ânimo de tentar
a reeleição e,
agora, só quer
preservar a
sua biografia

Rodrigues, ambos do PL, e Pedro Henry, do PP, recebiam e distribuíam nas suas bancadas.

■ A mesada de 30 000 reais também foi oferecida ao PTB, mas ele, Roberto Jefferson,

não aceitou a proposta.

■ Em um ano de peregrinação para denunciar o caso, Jefferson relatou o episódio — pela ordem — aos ministros Walfrido Mares Guia (Turismo), José Dirceu (Casa Civil), Ciro Gomes (Integração Nacional), Miro Teixeira (então ministro das Comunicações) e Antonio Palocci (Fazenda).

■ Em janeiro deste ano, contou ao presidente Lula em reunião com quatro testemunhas. Lula chorou. O pagamento da mesada foi interrompido. "Ele meteu o pé no breque", disse Jefferson.

■ Contraditoriamente, a crise na base do governo no Congresso Nacional não resulta da suspensão da mesada, mas

DEJA CARRETTI/AGF

Cupins da corrupção

Na edição que chegou às bancas em 4 de junho, VEJA publica reportagem que aponta três petistas entre os presos numa operação da PF contra a corrupção no Ibama de Mato Grosso. Um dos detidos é **Hugo Werle**, gerente executivo do instituto, membro do conselho fiscal do PT no estado e arrecadador informal da campanha do partido à prefeitura de Cuiabá no ano passado

O Homem-Bomba

Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, publicada no dia 6 de junho, **Roberto Jefferson** diz que o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, era responsável por um esquema de pagamento de 30 000 reais a parlamentares da base aliada em troca de apoio nas votações de interesse do governo. A prática, conhecida por mensalão, foi denunciada por Jefferson a pelo menos três ministros e ao próprio presidente Lula

O que vai acontecer agora

Pelo menos uma CPI será aberta no Congresso, restando definir se investigará somente o escândalo dos Correios ou também o mensalão

O que falta explicar

Como um ocupante de alto cargo no governo federal pôde, ao mesmo tempo, atuar como arrecadador de recursos para uma campanha eleitoral do PT?



O que falta explicar

Se a acusação é verdadeira, de onde vinha o dinheiro das propinas? E quem autorizava Delúbio a distribuí-las?





MAIS DÚVIDAS

O tesoureiro falou à imprensa mas não esclareceu as questões mais sérias em relação às denúncias de que ele dava dinheiro a parlamentares em troca de apoio e votos favoráveis ao governo

do fato de que o PT se recusou a aumentá-la para algo entre 50 000 e 60 000 reais mensais.

A reação à denúncia é um notável choque de versões. Houve desde ministro que fez silêncio sobre o assunto (José Dirceu) até ministro que confirmou tudo mas nada fez por falta de provas (Ciro Gomes). Houve ministro que confirmou só uma parte (Mares Guia) e ministro que negou tudo (Antonio Palocci). Houve, ainda, quem tenha confirmado até mais do que lhe foi perguntado. Miro Teixeira disse que recebeu a denúncia, mas acrescentou que Jefferson Ihe narrou inclusive “uma cena de corrupção num ambiente ministerial”. O presidente Lula, por sua vez, admitiu ter ouvido falar da mesada, porém ressaltou que não recebera uma denúncia, mas só um “comentário genérico”, sendo que Jefferson não apontou “fatos” nem “pessoas”. Lula mandou dizer que, ao tomar conhecimento disso, pediu a dois auxiliares que examinassem o assunto. Os dois souberam que a Câmara faria uma investigação quando o caso foi denunciado por Miro Teixeira ao *Jornal do Brasil*, em setembro de 2004. Mas, como Miro disse que não disse o que dissera ao *JB*, o caso foi arquivado na Câmara. E o governo se deu por satisfeito.

De todas as negativas e explicações, a mais impressionante veio do tesoureiro Delúbio Soares. Na quarta-feira, depois de dois dias escondido da imprensa, o tesoureiro, diligentemente escutado pelo presidente do PT, José Genoíno, apareceu diante de uma cen-

LULUBRAG LIZ

“Nós não aceitamos chantagem. Não me prejudquem pela versão de uma chantagem”

FALTOU EXPLICAR

Uma chantagem pressupõe a existência de um chantagista e de um motivo que a justifique. Soares não disse quem era o chantagista nem que informação ele teria para praticar a tentativa de extorsão

tena de jornalistas para explicar-se. Com lábios ressecados de nervosismo, vacilante e inseguro, Delúbio disse que estava sendo "caluniado e massacrado", mas não acusou Roberto Jefferson de ser um mentiroso. Não prometeu levá-lo às barras dos tribunais, não exigiu retratação e, na passagem mais lamentável, recusou-se a fazer uma aca-reação com seu detratador. Pior: disse que Jefferson, cujo nome não citou, fazia "chantagem". É uma declaração enigmática, já que chantagem pressu-põe que o chanta-geado tenha culpa no cartório, pois do contrário não é chantagem, é blefe inócuo (veja qua-dro na pág. 56). Mas, antes que res-postas esclarece-doras surgissem, Genoino levantou-se e encerrou a en-trevista com linguajar de galpão: "Ago-ra chega, vamos embora". O tesoureiro deixou a sede do PT sendo, como sem-pre, escoltado por batedores de motoci-cleta. Um luxo de autoridade.

O presidente Lula queria uma res-posta mais firme e irritou-se com a de-cisão do PT de manter Delúbio Soares no cargo de tesoureiro. Na noite anterior à entrevista do tesoureiro, o presi-dente teve uma conversa áspera com José Genoino. Foi por telefone. Durou uns dez minutos. Segundo relato obti-do por VEJA de dois ministros que tes-

LULA SABIA?
A senadora Heloisa Helena, expulsa do PT há um ano e meio e hoje filiada ao PSOL, acha que sim. "No PT, não tem atuação individual"



WILSON JUNIOR/VEJA

"Ponho à disposição meu sigilo fiscal e bancário"

FALTOU EXPLICAR

Evidentemente, Soares não teria tirado dinheiro da própria conta bancária para pagar propinas a deputados. A referência à quebra de seu sigilo telefônico — este, sim, fundamental nas investigações — não foi mencionada pelo tesoureiro

"Em trinta anos de militância, não acumulei bens nem vantagens. Tudo o que tenho foi com muito esforço"

FALTOU EXPLICAR

Soares não fez menção à acusação de que teria comprado, em dinheiro vivo, uma fazenda em Goiás, registrada em nome de parentes e com preço abaixo do valor de mercado

"Não tenho nenhum problema em encontrar com o presidente do PL (Valdemar Costa Neto), seja na minha casa, seja no escritório do PT"

FALTOU EXPLICAR

O tesoureiro também não disse os motivos que justificariam o fato de um petista sem cargo no governo federal encontrar-se com o principal dirigente de um partido da base aliada



SILÊNCIO DO MINISTRO Até a sexta-feira passada, José Dirceu, acusado de ser informado do mensalão, não tocou no assunto



temunharam o diálogo, Lula acusou o PT de estar "acabando com o governo" e exigiu que o partido afastasse o tesoureiro do cargo enquanto as investigações fossem realizadas. No dia seguinte, ao saber que não fora atendido, fez um desabafo a dois ministros. "O PT não entendeu o tamanho da crise", disse. Falou mal do ministro José Dirceu, responsabilizando-o pela construção de uma base política tão irremediavelmente fisiológica. Crítico outros ministros petistas, como Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social, e Humberto Costa, da Saúde, reclamando que nunca lhe apresentam soluções, apenas problemas. Pouçou apenas o ministro Antonio Palocci, da Fa-

ROSANE MARINHO/E



ROBERTO STUCKERT/FILHO&GLÓRIO

zenda, que está se tornando cada vez mais o interlocutor mais assíduo e mais confiável de Lula.

O que o PT não entendeu é que será impossível e inútil tentar espantar a crise atual com palavreado vazio, como se a platéia fosse formada por uma massa de imbecis. Na segunda-feira de manhã, tão logo a entrevista-bomba de Jefferson chegou às bancas, o PT levou quase quatro horas reunido para, ao fim, lançar uma nota pífia. Sem a indignação dos injustiçados, a nota limita-se a dizer que as denúncias não têm “o mínimo fundamento na realidade” — e, oito horas depois, para desmoralização do teatro petista, o próprio presidente Lula confirmaria que ouvira,

sim, o “comentário genérico” de Jefferson. Na nota, o PT ainda cai na estupidez de afirmar que a relação do partido com as legendas aliadas “se assenta em pressupostos políticos e programáticos” — e, um dia depois, com o partido novamente desmoralizado pela mais óbvia das evidências, um ministro viria a público dizer que o PT estava pagando o preço por andar com “más companhias”, o que nada tem a ver com os tais “pressupostos políticos e programáticos”.

Pagando um preço, literalmente: são 30 000 reais por mês para um plan-

ENFIM, A CPI
A instalação da CPI dos Correios: ela vai investigar a corrupção nas estatais, mas outra CPI pode ser criada para apurar a mesada

tel estimado de uns noventa deputados, o que daria cerca de 2,7 milhões de reais mensais. A mesada, que na gramática de Jefferson é mensalão, uma irônica referência ao apelido dado ao pagamento antecipado de imposto por contribuintes com mais de uma fonte de renda, é um segredo de po-

lichinelo no Congresso. Na semana passada, VEJA conversou com três ministros, cinco deputados e um senador: todos confirmaram, com a condição de não ter a identidade revelada, a existência do mensalão. As nove fontes ouvidas pela revista pertencem a cinco



partidos diferentes — são eles: PT, PMDB, PSB, PP e PFL —, mas todas informam que o pagamento era feito pelo PT.

Esses políticos contam que Delúbio desembarcava em Brasília com o dinheiro e se dirigia à residência dos líderes e presidentes de partidos para fazer a distribuição. Novidade? Desgraçadamente, talvez não. Já começava a se solidificar com indícios os rumores insistentes de que a mesma prática foi adotada na gestão da ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy (veja reportagem na pág. 69).

É possível que a compra de deputados, se vier a se confirmar, seja uma expressão pecuniária do desprezo que o PT nutre pelo Parlamento. "O PT acredita que é um poder burguês.

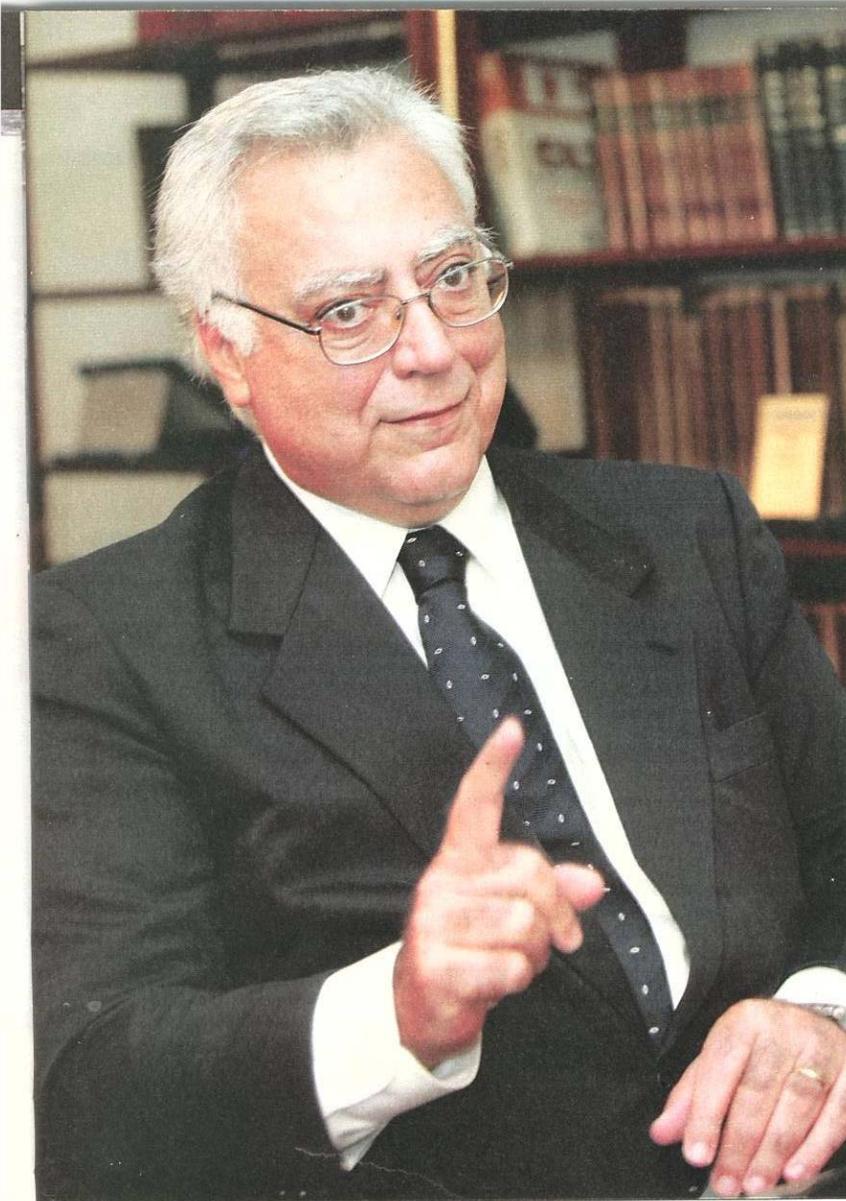
Por isso, acha que lá só tem corrupto e que o jeito mais fácil de controlá-lo é com dinheiro", afirma um dos petistas mais bem votados para deputado federal. É fato que o PT, sob o comando do ministro José Dirceu, fez a mais acin-tosa e violenta intervenção nos partidos representados no Congresso Nacional. O PL, por exemplo, saiu das urnas com 26 deputados e hoje tem mais que o dobro disso — precisamente 53. O PP elegeu 49 deputados e hoje tem 54, com um crescimento bastante modesto. Já o PTB, o partido que não aceitou receber o mensalão, segundo Jefferson, cresceu de 26 para 47 deputados. Sabe-se lá à base de que argumentos ideológicos. A idéia, ao promover esse inchaço, nasceu de uma arrogância tipicamente petista: aumentava-se a base de apoio ao governo mas mantinha-se a pureza ética e ideológica do PT, sem contaminá-lo com a filiação de políticos fisiológicos e aventureiros.

O mensalão é um enorme desastre para o PT. O partido que encarnou as aspirações nacionais de ética na política e construiu uma liderança moral agora enfrenta o desafio de reinventar-se, sob pena de virar cinzas. O PT perdeu uma perna quando arriou sua bandeira de combate à "política econômica neoliberal", dado o fato de que o governo Lula aderiu — responsabilmente, diga-se — às práticas civilizadas do equilíbrio fiscal e manteve com ênfase redobrada a rota econômica do governo anterior. Restava seu discurso histórico em defesa da ética na política e da moralidade pública. Essa segunda perna começa agora a fraquejar. Terá o PT se degenerado numa máquina glutona que corrompe até seus militantes mais antigos? Um caso envolve um ex-professor de matemática, Delúbio Soares, que saiu de uma família humilde no interior de Goiás para virar um dirigente partidário — perfil clássico de petista. Em outro caso, o acusado de cobrar propina é um ex-professor de geografia, Hugo Werle, sujeito de classe média que vira funcionário público ao assumir o Ibama em Mato

ELE NÃO FALOU TUDO

Ele garante que o seu PTB não pegava mesada, mas a sigla também inchou desde a eleição: qual o argumento ideológico que o PT usou para atrair petebistas?

SERGIO LIMA/OLHA IMAGEM



PIOR DO QUE PARECE
Miro Teixeira: ele confirmou que recebeu a denúncia, mas numa versão ainda mais grave

nistro José Dirceu, não conseguiria escapar de uma CPI minimamente bem-feita, queria pedir licença do partido para defender-se. Foi demovido, mas fez um desafo: "Depois do que vi nesta semana, não confio em mais ninguém. Só na minha família e em meus amigos". Não se conhecem os motivos exatos da irritação de Silvio Pereira, mas o fato é que a ameaça de Jefferson — de que, se caísse, levaria junto José Dirceu, Delúbio Soares e o próprio Silvio Pereira — começou a materializar-se na semana passada com as denúncias contra o tesoureiro.

A crise, no entanto, não está apenas no PT. O Palácio do Planalto ainda pode vir a ser atingido em cheio por ela. Em primeiro lugar, porque Delúbio Soares sempre foi um desenvoltado frequentador do Palácio do Planalto. Não era uma sombra oculta nos desvãos do poder, como seu antecessor PC Farias no governo de Fernando Collor. Além disso, na

Grosso — outra biografia-padrão de petista (veja reportagem na pág. 70). São eles os novos corruptos?

O PT já atravessou várias crises. A última, que colocou em campos opostos o Palácio do Planalto e uma parte do partido, aconteceu durante o debate em torno da aprovação da reforma da Previdência Social. Agora, porém, a natureza ética da crise torna as coisas

ainda mais confusas e imprevisíveis. Na bancada do PT, na semana passada, havia praticamente unanimidade sobre os casos de corrupção nos Correios e no IRB e também sobre o pagamento de mesadas — mas todos ressalvavam a figura do presidente Lula. Em São Paulo, o secretário-geral do PT, Silvio Pereira, o outro membro da cúpula petista que, segundo as palavras do mi-

semana passada o governo tentou tomar distância do mensalão, mas escolheu um caminho risível. Ao comentar o assunto, o ministro Aldo Rebelo tentou dizer que isso não afetava o governo, pois era uma denúncia de pagamento do PT e outros dois partidos (PL e PP). Ora, a quem interessa que os deputados do PL e do PP votem a favor dos projetos do governo? Por acaso o



PT virara só uma espécie de “especulador de partidos”, comprando legendas na baixa para vendê-las na alta? E tudo isso sem nenhum outro interesse além do de faturar uma grani-nha? A senadora Heloísa Helena, expulsa do PT há um ano e meio e hoje filiada ao PSOL, tem uma explicação explosiva para as atividades de Delúbio e Waldomiro Diniz, aquele ex-assessor de José Dirceu que foi pilhado pedindo propina. “Se Delúbio, Waldomiro e outros, entre aspas, quadros partidários agiam, é porque havia autorização e leniência do presidente Lula”, afirma a senadora. “Pelo que eu conheço do PT, não existe atuação individual.”

O presidente Lula parece ter sucumbido à perplexidade desde que VEJA trouxe a primeira reportagem mostrando a corrupção nos Correios e, depois, no IRB. Mas, na semana passada, finalmente adotou uma linha correta e mais vigorosa. Demitiu as diretorias das duas estatais sob suspeita, mandou os governistas apoiarem a criação da CPI dos Cor-

reios e defendeu a reforma política, que se esconde na origem da bagunça partidária e da feira fisiológica que se realiza no Congresso. Fez, ainda, seu melhor discurso desde que a crise começou. Ao discursar na abertura de um fórum sobre corrupção promovido

pela ONU em Brasília, Lula disse que, se for necessário, vai “cortar na própria carne” e, demonstrando clareza, diagnosticou: “O que está em jogo é a respeitabilidade das nossas instituições, das quais sou o principal guardião”. Com isso, a CPI dos Correios saiu do papel. Mas outra está a caminho — a CPI do Mensalão. O pedido de abertura foi apresentado por PPS, PV e PDT, depois que correu a suspeita de que petistas e tucanos fizeram acordo para que a CPI dos Correios acabasse em pizza. “Não vamos permitir que qualquer acordo impeça a faxina ética que o país exige”, diz o senador Demostenes Torres, do PFL de Goiás.

Mesmo tendo adotado um rumo correto para fazer frente à crise, o presidente Lula esteve desanimado na semana passada. Chegou a comentar, em



ROBERTO STAVENHERT/REUTERS/AG. O GLOBO

DESCONFIANÇA GERAL
Silvío Pereira, o outro ameaçado de ser pego por CPI bem-feita: “Depois do que vi nesta semana, não confio em mais ninguém”



GUARDIÃO DE TESOUREIRO
Genoino, ao encerrar entrevista
de Delúbio, na qual nada foi
esclarecido: escoltando um
entrevistado nervoso e vacilante

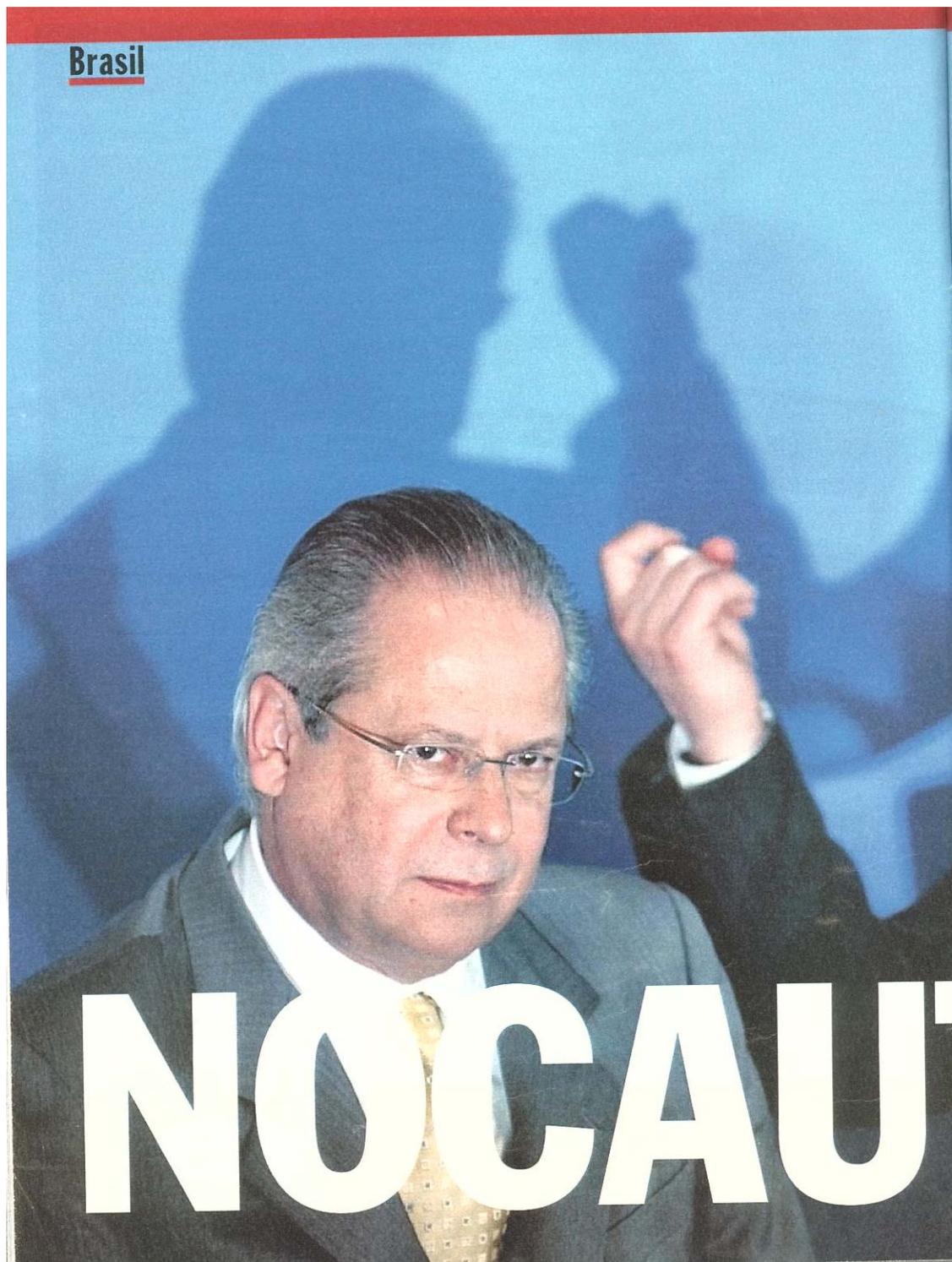
conversas reservadas com interlocutores mais íntimos, que perdera o ânimo para disputar a reeleição e que seu objetivo, agora, teria passado a ser encerrar bem seu mandato e evitar um processo de impeachment. Sim, falou-se na palavra impeachment, uma possibilidade que passou a ser discutida não apenas nas rodas de oposição, mas também no principal gabinete do Palácio do Planalto. Tudo o que Lula dizia querer, na semana passada, era lutar para preservar sua biografia, marcada por uma honestidade de propósitos e pela defesa da ética. Para um ministro, Lula comentou: "Não vou segurar ninguém acusado de corrupção. Esse governo não é conivente com corruptos e não vou manchar minha biografia". Que assim seja. ■

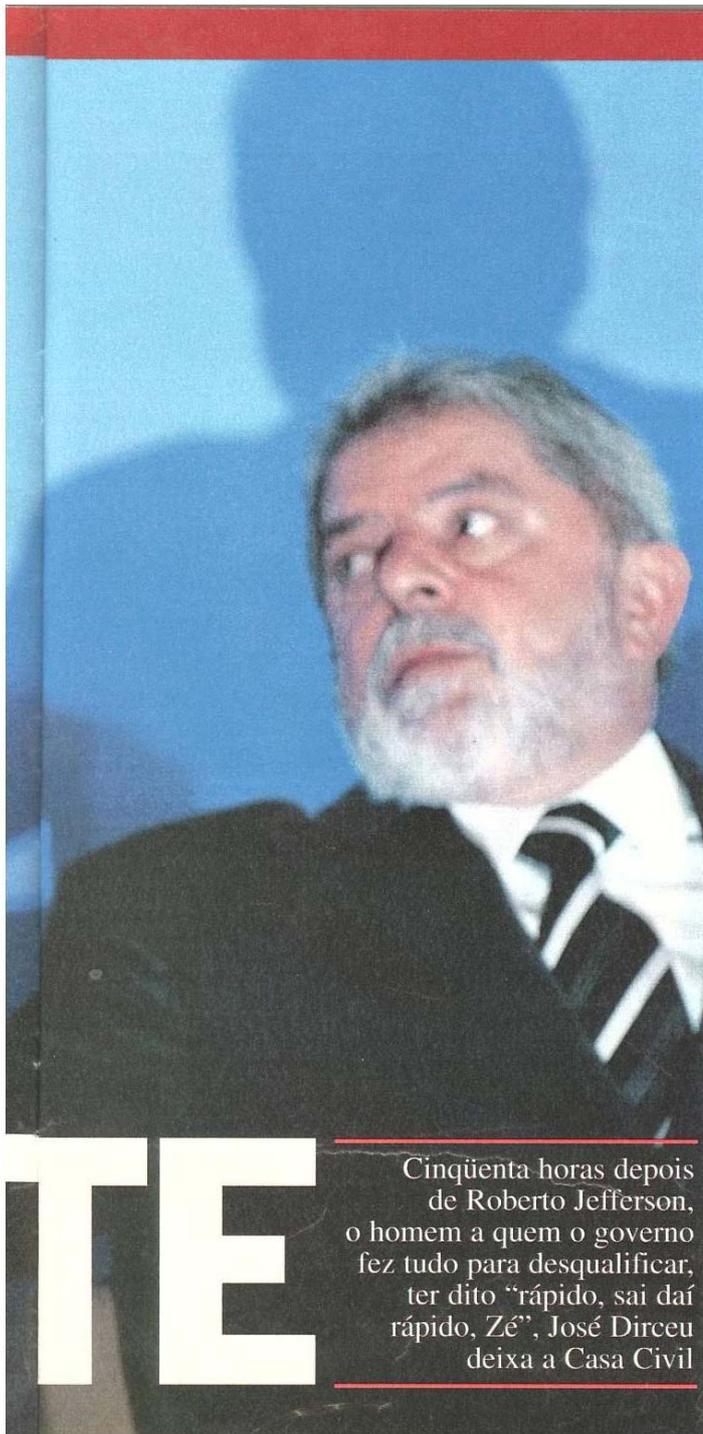
veja
ON-LINE

Leia matérias de arquivo
sobre corrupção em
www.veja.com.br

Texto 3 – Nocaute

Otávio Cabral - edição 1910 – ano 38 – n.º 25 – 22 de junho de 2005.





TE

Cinquenta horas depois de Roberto Jefferson, o homem a quem o governo fez tudo para desqualificar, ter dito "rápido, sai daí rápido, Zé", José Dirceu deixa a Casa Civil

Otávio Cabral

Há trinta meses, José Dirceu de Oliveira e Silva subiu a rampa do Palácio do Planalto e, fiel à sua história de militante cassado e exilado, fez de seu notável triunfo político um emocionado tributo aos que tombaram na luta contra a opressão. Na quinta-feira passada, José Dirceu de Oliveira e Silva, aos 59 anos, saiu do Palácio do Planalto pela porta dos fundos, sob o peso da acusação de comandar o mensalão, apelido da mesada de 30 000 reais com a qual o PT é suspeito de comprar o voto de deputados aliados. No discurso de despedida, ecoando o lamentável estilo dos políticos ortodoxos flagrados com a boca na botija, José Dirceu disse que saía de "mãos limpas" e "cabeça erguida". O anúncio da demissão do ministro foi ainda precedido por uma cena melancólica. Ao depor no processo de cassação de seu mandato, o deputado Roberto Jefferson, do PTB, pediu a demissão de Dirceu. "Zé Dirceu, se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente, que é o presidente Lula." E, olhando para a câmara de televisão, aduziu: "Rápido, sai daí rápido, Zé!". Cinquenta horas depois disso, o que aconteceu? O Zé saiu. Informado da demissão por telefone, Jefferson deu gargalhadas.

A cronologia da demissão de Dirceu sugere que o governo, ao mesmo tempo em que tenta desqualificar Jefferson e suas denúncias, não consegue esconder que o deputado exerce algum poder sobre o próprio governo e os petistas mais estrelados. Ao depor no processo de cassação de seu mandato, Jefferson procurou comportar-se como se fosse um, digamos assim, gigante da baixa política: confessou crimes que ele próprio cometeu, desmentiu mentiras que ele próprio contara antes e distribuiu acusações abertas a cinco ministros e sete deputados. Fez questão de inocentar o presidente Lula — "um homem de bem, honrado, simples, correto" — e acusar o que chamou de "cabeça do PT", composta, além de José Dirceu, pelo presidente José Genoíno, pelo secretário-ge-

A DECISÃO MAIS DIFÍCIL
Os companheiros Lula e Dirceu: o presidente diz que aceitar a saída do ministro foi sua "decisão mais difícil" em trinta meses de governo

OS ALTOS E...



ALIANÇA ANTIGA
José Dirceu com Lula:
a relação é antiga,
mas sempre foi
pontuada por atritos
e discordâncias

ROBERTO GASTRO/AF

ral Silvío Pereira e pelo tesoureiro Delúbio Soares. Apontou ainda o suposto operador do mensalão, o mineiro Marcos Valério Fernandes de Souza, que seria responsável por transitar com malas de dinheiro (veja reportagem na pág. 56). Numa das várias tentativas de purificar-se banhando-se em sua própria lama, Jefferson contou que a bancada do seu honrado PTB chegou a votar — votar! — se queria ou não receber o mensalão de 30 000 reais.

Seus petardos mais devastadores, no entanto, foram dirigidos contra José Dirceu e José Genoíno. Jefferson admitiu que mentira quando desqualificara uma reportagem publicada por VEJA em setembro de 2004, na qual se informava que a bancada do PTB estava irritada com o governo por razões financeiras. A revista noticiara que o PT comprara o apoio do PTB por 10 milhões de reais, mas entregara só parte do dinheiro. Na semana seguinte à pu-

blicação, Jefferson desmentiu a reportagem “veementemente”, mas agora confessou: o acordo existia, chegava a 20 milhões de reais e só 4 milhões foram pagos. Ele explicou que só desmentira tudo antes para “não atrapalhar a candidatura de Marta Suplicy”, que então concorria à reeleição para a prefeitura de São Paulo. Ao fazer a confissão, Jefferson comprometeu a si próprio e a Dirceu e Genoíno. Sobre Genoíno, disse que, ao receber malas de

...OS BAIXOS DE DIRCEU

Janeiro/2004

PODERES LIMITADOS

Na primeira reforma ministerial do governo, por sugestão do ministro Luiz Gushiken, Dirceu perde o comando da Coordenação Política para Aldo Rebelo. Passa a ser apenas o “gerentão” do governo

Fevereiro/2004

CASO WALDOMIRO DINIZ

O braço-direito de José Dirceu é flagrado em um vídeo pedindo propina durante a campanha eleitoral de 2002. Pela primeira vez, o governo cogita a demissão do ministro

Mai/2005

ESCÂNDALO DOS CORREIOS

VEJA revela uma rede de corrupção nos Correios e no Instituto de Resseguros do Brasil. O deputado federal Roberto Jefferson, presidente do PTB, é apontado como o líder do esquema

6 de junho/2005

MENSALÃO

Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, Roberto Jefferson denuncia o mensalão e diz que José Dirceu tinha conhecimento do esquema

1º de janeiro/2003

ASCENSÃO

Na posse do presidente Lula, José Dirceu sobe a rampa do Palácio do Planalto, ao lado do general Jorge Felix, ministro do Gabinete de Segurança Institucional, momento que define como “o mais importante” de sua carreira política

Junho/2003

O SUPERMINISTRO

Tem sob controle quase 20 000 cargos de confiança na administração federal, coordena os ministérios e cuida da articulação política

Dezembro/2003

CAÇA AOS INFIÉIS

Comanda a expulsão da senadora Heloísa Helena, que votou contra a reforma da Previdência. Também são banidos os deputados federais Luciana Genro (RS), João Fontes (SE) e Babá (PA)

dinheiro do PT, indagou como esquentariam a grana. Genoíno, despreocupadamente, teria dito que tudo seria acertado mais tarde com uma manobra contábil entre os dois partidos. Sobre Dirceu, contou que o ministro reclamara que o PT estava na penúria porque a Polícia Federal, “meio tucana”, prendera dezenas de doleiros e “a turma que ajuda não está podendo internar dinheiro no Brasil”.

Ao encerrar seus trinta meses de governo acossado por denúncias de corrupção, José Dirceu assumiu seu posto como uma glória do governo, mas saiu de lá como sua tragédia. Foi ele quem levou para o regaço do governo legendas como PTB, PL e PP — e, ao executar sua estratégia, produziu um duplo desastre: uma base parlamentar gelatinosa e o escândalo do mensalão. “José Dirceu acabou vítima de si próprio”, analisa o filósofo Roberto Romano, professor de ética política da Universidade Estadual de Campinas. “Procurou Roberto Jefferson, que jamais cairia naturalmente no colo de um governo petista, e acabou destruído

PELOS FUNDOS
José Dirceu, ao anunciar sua saída do cargo: contraste agudo de quem chegou pela rampa e saiu pela porta dos fundos

por ele. Era uma aliança nos moldes da máfia, que não tinha como acabar bem.” Na Casa Civil, a turma de Dirceu ficou conhecida como o pedaço mais contaminado do governo. Waldomiro Diniz, um de seus principais assessores, responsável pela negociação de cargos e emendas com deputados e senadores, caiu em fevereiro do ano passado ao ser pilhado num vídeo em que pedia propina a um empresário de jogos, Marcelo Sereno, seu assessor especial, deixou o governo sob a acusação de que fora alertado sobre as tramóias de Waldomiro Diniz e nada fizera para contê-las.

Agora, cai o próprio José Dirceu, também com água até o pescoço em um mar de suspeitas. E vai juntar-se a seus aliados mais fiéis dentro do PT, todos igualmente sob a mira das denúncias de

ajuda financeira eleitoral clandestina e pagamento de mensalão: José Genoíno, Silvio Pereira e Delúbio Soares. A seus interlocutores próximos, o presidente Lula disse que a demissão de José Dirceu, companheiro de tantos anos com o qual mantém uma relação de respeito embora pontuada por atritos e divergências, foi “a decisão mais difícil” de seus trinta meses de governo. É até compreensível que tenha sido assim devido tanto à dificuldade do presidente em demitir quem quer que seja — pior ainda quando a demissão é um corte na própria carne — quanto à importância que Dirceu assumiu dentro do governo desde o momento da posse. “O Dirceu foi a pessoa mais importante do governo”, diz o líder do PT no Senado, Delcídio Amaral, escalado para o delicado cargo

16 de junho/2005

A QUEDA

Cinqüenta horas depois do depoimento de Roberto Jefferson ao Conselho de Ética da Câmara, 33 dias após a primeira denúncia de VEJA e 898 dias depois de ser empossado ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu deixa o cargo



JOEDSON ALVES/AGF



AS EVIDÊNCIAS
Reunião da CPI dos Correios e o deputado José Janene (à esq.): sinais cada vez mais evidentes de que havia, sim, mensalão

de presidente da CPI dos Correios. "Ele não tinha crise de consciência, seguira o PT, mostrava ao partido claramente o ônus e o bônus de ser governo. Sua dissidência foi tão pequena foi graças ao Dirceu."

Com a saída de José Dirceu, porém, Lula dá um passo fundamental em direção a duas coisas essenciais: salvar seu governo e preservar sua biografia. Até agora, não apareceu uma prova da existência do mensalão. Mas os indícios de que o troca-troca partidário na Câmara era movido por impulsos pecuniários não param de pipocar. O deputado Sandro Mabel, do PL de Goiás, por exemplo, é um dos acusados por Jefferson de receber o mensalão. Mabel nega com veemência, mas, coincidentemente, em março passado, demitiu seis funcionários de seu escritório político em Goiânia — cada um recebia cerca de 5 000 reais. Dois dos de-

mitidos contaram a VEJA que o deputado, ao dispensá-los, alegou que a fonte de onde vinham os recursos secura. José Janene, do PP do Paraná, também nega ter embolsado mensalão, mas até o ex-tesoureiro de seu partido, Benedito Domingos, sentiu-se à vontade para vir a público e dizer que um "zunzunum" dá conta de que o mensalão era distribuído no apartamento de Janene. "A casa do Janene era chamada de pensão", disse Benedito Domingos em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*.

Já apareceram indícios de que o mensalão também circulava dentro do honrado PTB, aquele partido cuja bancada — nunca é demais lembrar — levou a voto a proposta da mesada. Em maio de 2003, três deputados filiados à época ao PSDB foram avisados pelo então presidente do partido, José Aníbal, de que poderiam ser expulsos da legenda porque vinham votando com o governo. Os três pediram socorro a José Dirceu. Não se sabe o que aconteceu na Casa Civil, mas o fato é que, no mês seguinte, os três procuraram os líderes tucanos e disseram o seguinte: topariam ficar no PSDB, e não votar mais com o governo,